

PRINCÍPIOS



MONARQUIA



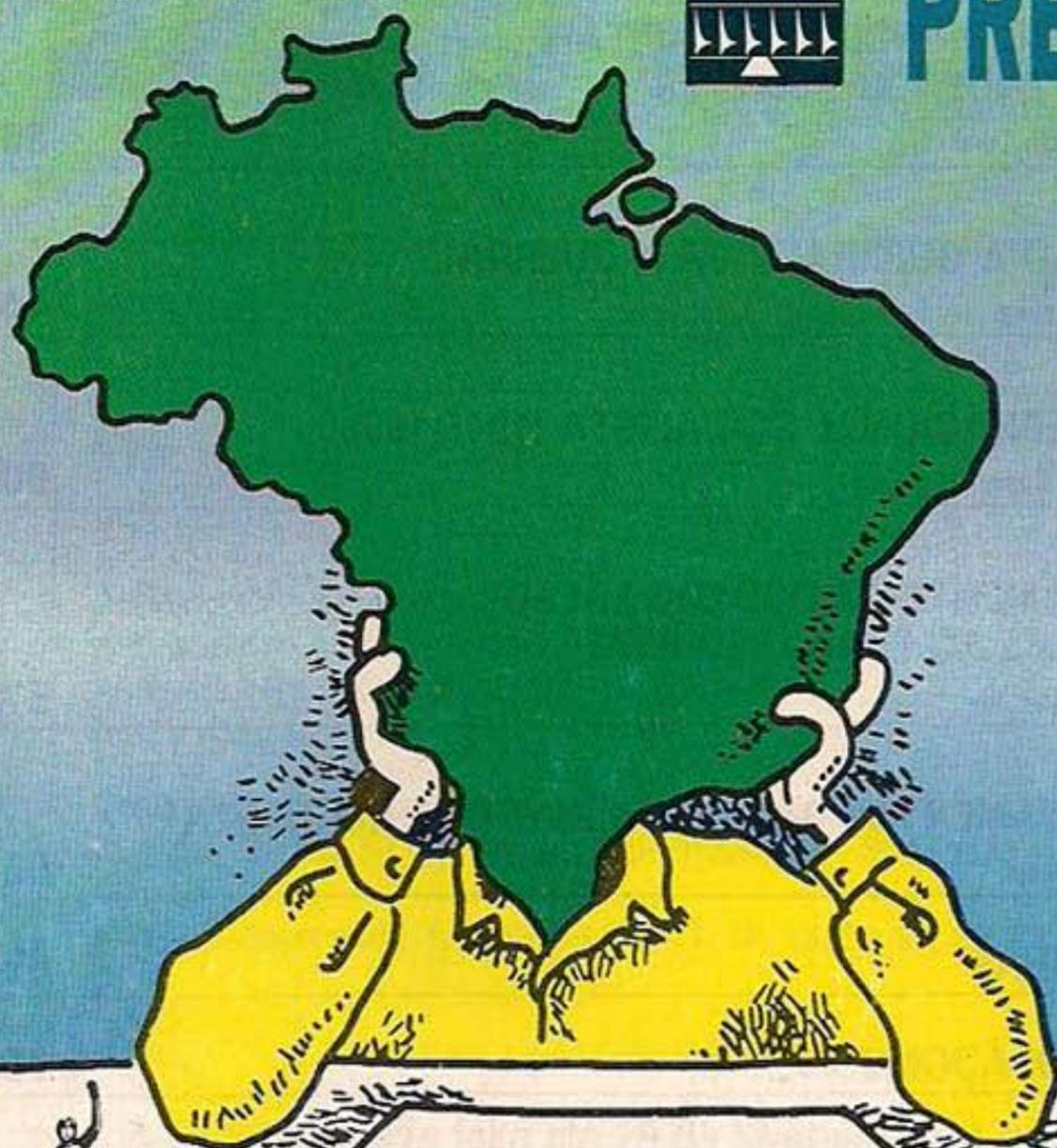
REPÚBLICA



PARLAMENTARISMO



PRESIDENCIALISMO



REIMPRESSÃO

CHINA
e o socialismo

PRINCÍPIOS

Revista Teórica
Política e de
Informação

**Diretor e
Jornalista Responsável**
João Amazonas

Editor
Olival Freire Jr.

Conselho Editorial
Aldo Arantes
Bernardo Joffily
Fernando Pupo
Haroldo Lima
Helena de Freitas
Jô Moraes
José Carlos Ruy
José Reinaldo de Carvalho
Luís Fernandes
Luís Paulino
Luiz Manfredini
Madalena Guasco
Olival Freire Jr.
Pedro de Oliveira
Rogério Lustosa †
Umberto Martins
Walter Sorrentino

Colaboradores
Agenor Silva
Altamiro Borges
Ana Maria Rocha
Ary Normanha
Carlos Pompe
Clóvis Moura
Luis Marcos Gomes
Loreta Valadares

Edição de Arte
Pedro de Oliveira

Revisão
Gabriela de Oliveira

Diagramação
Adélia Cukauskas

**Administração, Distribuição
e Assinaturas**
Divo Guisoni

Editoração Eletrônica
Compuart - (011) 278-1634

Publicação da
Editora Anita Garibaldi Ltda.
Rua dos Bororós, 51 - 1.º andar
CEP 01320-020 - São Paulo - SP
Tel.: (011) 278-3220

Artigos, resenhas, notas e
cartas devem ser enviadas ao
editor, no endereço da Editora
Anita Garibaldi Ltda.

CONTRA A PLATAFORMA CONSERVADORA	3
ROGÉRIO LUSTOSA E A NOVA PRINCÍPIOS Bernardo Joffily	4
AVANÇAR OU RECUAR NA DEMOCRACIA? Haroldo Lima	6
PELO PARLAMENTARISMO DEMOCRÁTICO Olival Freire Jr.	11
O SISTEMA DISTRITAL NO BRASIL Sérgio Sérvulo da Cunha	17
O VOTO DISTRITAL NA EUROPA E EUA Walter Sorrentino	20
A VITÓRIA DE CLINTON E A CRISE AMERICANA Luis Marcos Gomes	23
A PROPÓSITO DO SOCIALISMO NA CHINA Haroldo Lima	28
O FLUXO MUNDIAL DE CAPITAIS E AS TENDÊNCIAS ATUAIS Dilermando Toni	36
ABAIXO A GUERRA! VIVA A GUERRA! Edgar Carone	44
A INTERNACIONAL SOCIALISTA (1945-1985) Augusto Cesar Buonicori	50
SANEAMENTO BÁSICO: DO FALSO MILAGRE AO FRACASSO REAL Téia Magalhães	57
APONTAMENTOS PARA UMA ESTÉTICA MARXISTA Ichi Terukina	62
RESENHAS	69
NOTAS	73

Contra a plataforma conservadora

Novo ano na vida dos brasileiros. Afastado em definitivo o pesadelo Collor de Melo o novo governo, resultado da luta pelo *impeachment*, esboça suas primeiras medidas buscando alterar, em certa medida, a política econômica inspirada no neoliberalismo. Ano de plebiscito onde decidiremos pela manutenção do presidencialismo ou daremos um passo adiante experimentando um sistema de governo, parlamentarista, que permita participação política mais ativa da sociedade.

É ano também de contraposição à nova moda das elites oligárquicas. Agora trata-se de imitar o Primeiro Mundo copiando o sistema eleitoral e partidário alemão. O objetivo não declarado é diminuir, e mesmo eliminar, a representação popular e democrática no Congresso Nacional. São propostas que atingem também direitos constitucionais. A eliminação de direitos políticos e sociais inscritos na Constituição é também plataforma das forças conservadoras que já se organizam com tal objetivo. É ano portanto de intensificar a resistência popular buscando criar as condições para a reversão destes planos.

Neste número dedicamos especial atenção a essa ofensiva conservadora que sob o manto do aprimoramento das nossas instituições políticas, visa de fato restringir a representatividade das casas legislativas. A este tema se remetem os artigos de Haroldo Lima ("Avançar ou recuar na democracia?"), Olival Freire Jr. ("Pelo parlamentarismo democrático"), Sérgio Sérvulo da Cunha ("O sistema distrital no Brasil") e Walter Sorrentino ("O voto distrital").

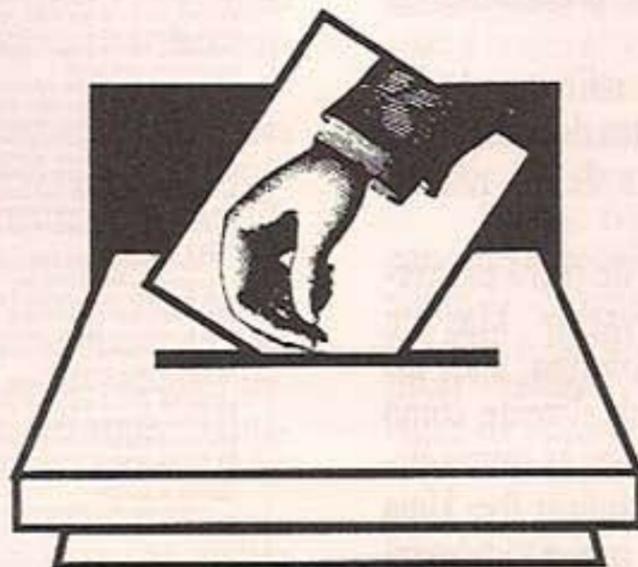
Destacamos, também, os artigos de Luis Marcos Gomes ("A vitória de Clinton e a crise americana") e de Harol-

do Lima ("A propósito do socialismo na China").

Princípios enfrenta o novo ano desfalcada do seu editor, Rogério Lustosa, prematuramente desaparecido. Rogério dirigiu a revista nos últimos três dos seus doze anos de existência. Seguramente a sua fase mais importante onde a revista afirma-se analisando criticamente a crise do socialismo, denunciando o caráter excludente da Nova Ordem Mundial, contrapondo-se à onda neoliberal, sustentando e buscando desenvolver a perspectiva socialista. A revista presta sua homenagem ao seu antigo editor através do artigo assinado por Bernardo Joffily, membro do Conselho Editorial. Mas a melhor homenagem que os colaboradores, assinantes e leitores podem prestar a Rogério Lustosa é desenvolver ainda mais o projeto da revista. Ela passa a depender ainda mais de cada um que voluntariamente escreve contribuições, faz uma assinatura ou compra um exemplar.

A *Princípios* não se propõe objetivos limitados. Revista teórica, política e de informação quer aglutinar o pensamento avançado daqueles que pugnam pelo futuro deste país e de seu povo. Futuro que só pode ser democrático, soberano e socialista. Futuro que está a exigir idéias novas, justas e mobilizadoras, no âmbito político, econômico, social e cultural.

Princípios quer contribuir para desenvolver o pensamento libertário do nosso tempo. Em contraposição aos arautos de seu fim a barbárie capitalista dos dias atuais atualiza diariamente o vigor e a justeza do pensamento fundado por Karl Marx e Friedrich Engels. A revista se pretende uma tribuna a serviço de sua divulgação e elaboração, contra as tramas conservadoras.



Rogério Lustosa e a nova *Princípios*

BERNARDO JOFFILY

Este é o primeiro número desta revista a sair sem a colaboração de Rogério Lustosa. Ele morreu do coração, de uma hora para outra do dia 21 de outubro passado, aos 49 anos de idade e quase trinta de militância revolucionária. Na edição anterior, de dezembro, *Princípios* publicou seu último trabalho, o artigo "Partidos e democracia para o século XXI", polemizando, com a inconfundível mordacidade de sempre, sobre a relação entre o consciente e o espontâneo na rebelião dos cara-pintadas.

A trajetória de Rogério representa até certo ponto o sonho e o plano de toda uma geração que fez, no Brasil e no mundo, a década de 60 e muito especialmente 1968. Mineiro, estudando na PUC do Rio de Janeiro, ele entrou para a luta pelas portas da AP, Ação Popular, na época em que o golpe de 1964 empurrava aquela organização de estudantes e pensadores católicos de esquerda para a resistência clandestina, a radicalização e o marxismo.

Eram tempos tumultuados: assassinato de Edson Luis, "Massacre da Candelária", tomada do palanque do 1º de Maio em São Paulo, "Sexta-feira Sangrenta", "Passeata dos 100 Mil", "Batalha da Maria Antônia", "Congresso (da UNE) de Ibiúna", tudo brutalmente interrompido pelo Ato Institucional Número 5.

Mesmo sem ter ocupado a ribalta da inesquecível agitação de seu tempo, Rogério foi um dos seus principais arquitetos. Com o "nome frio" de João Bigode, era ele que coordenava da clandestinidade a Comissão Nacional Estudantil da AP, que dava o rumo para boa parte do movimento estudantil da época (entre seus militantes estavam os presidentes da UNE e da Ubes).

Que concepções empurravam milhares de jovens para a rua, para os enfrentamentos desiguais com a PM, para a aventura da conquista de um mundo revolucionário e socialista?

Predominava o marxismo, via de regra em versões "à esquerda", maoísta ou guevarista. Mas um marxismo enxergado apenas como doutrina, a ser assimilada e defendida, e apenas residualmente como teoria a ser desenvolvida para responder às camas-de-gato que a história estava em vias de aplicar-lhe. Uma visão de mundo juvenil, a noção de que o movimen-

to revolucionário compreende fases de fluxo e refluxo. Prevalencia a idéia de um ascenso linear, das passeatas para a guerrilha, a vitória e o Reino dos Céus.

Essas crenças passaram por uma rude prova depois que o Brasil mergulhou nas trevas da ditadura pós-Ato 5, das torturas, assassinatos e esquartejamentos políticos. Quando a vida política recobrou certa precária normalidade, com a Anistia de 1979, os incendiários de 68, na sua maioria, reapareceram penitenciando-se por seus arroubos de outrora como pecados de juventude e defendendo idéias bem menos ousadas, enquadráveis na vasta gama das tendências social-democráticas ou social-democratizantes.

Poucos mantiveram suas convicções revolucionárias. E pouquíssimos enfrentaram o desafio bem maior de substituir os elementos românticos do revolucionarismo de 68 por outros mais sólidos, científicos. Rogério Lustosa foi um deles.

Não caberia aqui historiar as peripécias de sua militância - a rápida passagem pelo movimento operá-

4.

PRINCÍPIOS

Partidos e democracia para o século XXI

ROGÉRIO LUSTOSA

De repente uma "descoberta": o espontâneo é mais democrático. E o descompromisso é melhor do que a organização. A campanha contra os partidos tem endereço certo

Esta manifestação foi espontânea, os partidos não interferiram. Esse tipo de comentário, com conotação religiosa, aparece aqui e acolá, principalmente em relação aos recentes protestos dos jovens contra o governo Collor. Promove-se a idéia de que sem os partidos as coisas se tornam mais democráticas. Segue-se também que sem política os movimentos são mais "puros".

No Congresso Nacional, a primeira de combater o fisiologismo, corre uma campanha contra o que chamam de "fama partidária", visando limitar a representação parlamentar a um núcleo grupo de legendas.

Como parte dessa onda, aparecem idéologias com tons de "esquerda", que se aproveitam dos ventos anti-socialistas para pregar a substituição dos partidos revolucionários por agrupamentos práticos, com estrutura fraca e desprovidos de espírito combativo.

Não há dúvida de que é errada a idéia de uma democracia direta, dos indivíduos, sem a intermediação de organizações, de programas e de diretrizes para a atividade prática. Numa conjuntura onde grata a maré do entusiasmo, o apelo de "valorizar a espontaneidade dos movimentos", fora dos partidos e sindicatos, pode sensibilizar muita gente.

Não é necessário, entretanto, muita sagacidade para perceber que só a ação coletiva pode ter força de expressão na sociedade. Não existe como pisar a ideia bruta, individual, e fazer com que ela interfira nos processos sociais. É a simples soma aritmética de opiniões isoladas não adquire forma definida e sua capacidade de expressão.

Uma corrente de opinião é formada quando existe um mínimo de consciência, resultado de um meca-

nismo de elaboração coletiva, aglutinando e brilhando o que existe de essencial em idéias semelhantes e moldando um corpo coerente de pensamento. Só assim um determinado grupo social é capaz de traduzir seus interesses em programas, impulsionar movimentos de massa e agir sobre a realidade social.

A espontaneidade não é capaz de gerar ação coletiva. A não ser explosões sociais ou movimentos factuais, de alcance localizado. Isso não invalida que mobilizações com orientação definida, que correspondam aos anseios de amplas camadas sociais, recebem adesão espontânea de enormes contingentes. É que, com isso, multiplicam seu potencial. Os fenômenos de massa sempre representam uma articulação dialética entre o consciente e o espontâneo.



Solapar a atividade consciente fornece ainda mais privilégios aos grandes ricos

As jornadas pelo impeachment de Collor sensibilizaram milhões de pessoas, com papel decisivo para os jovens. Grande parte dessa maré humana tinha, certamente, uma compreensão inicial da luta política em curso. Nesse sentido pode-se falar em adesão espontânea. Mas o movimento tinha uma orientação muito clara e sempre contou com o envolvimento consciente de entidades tradicionais da juventude, como a UNE e a Ubes, e dos partidos políticos progressistas.

Os agentes privilegiados para a formação de opinião política, queira se ou não, são os partidos. Sem

11.

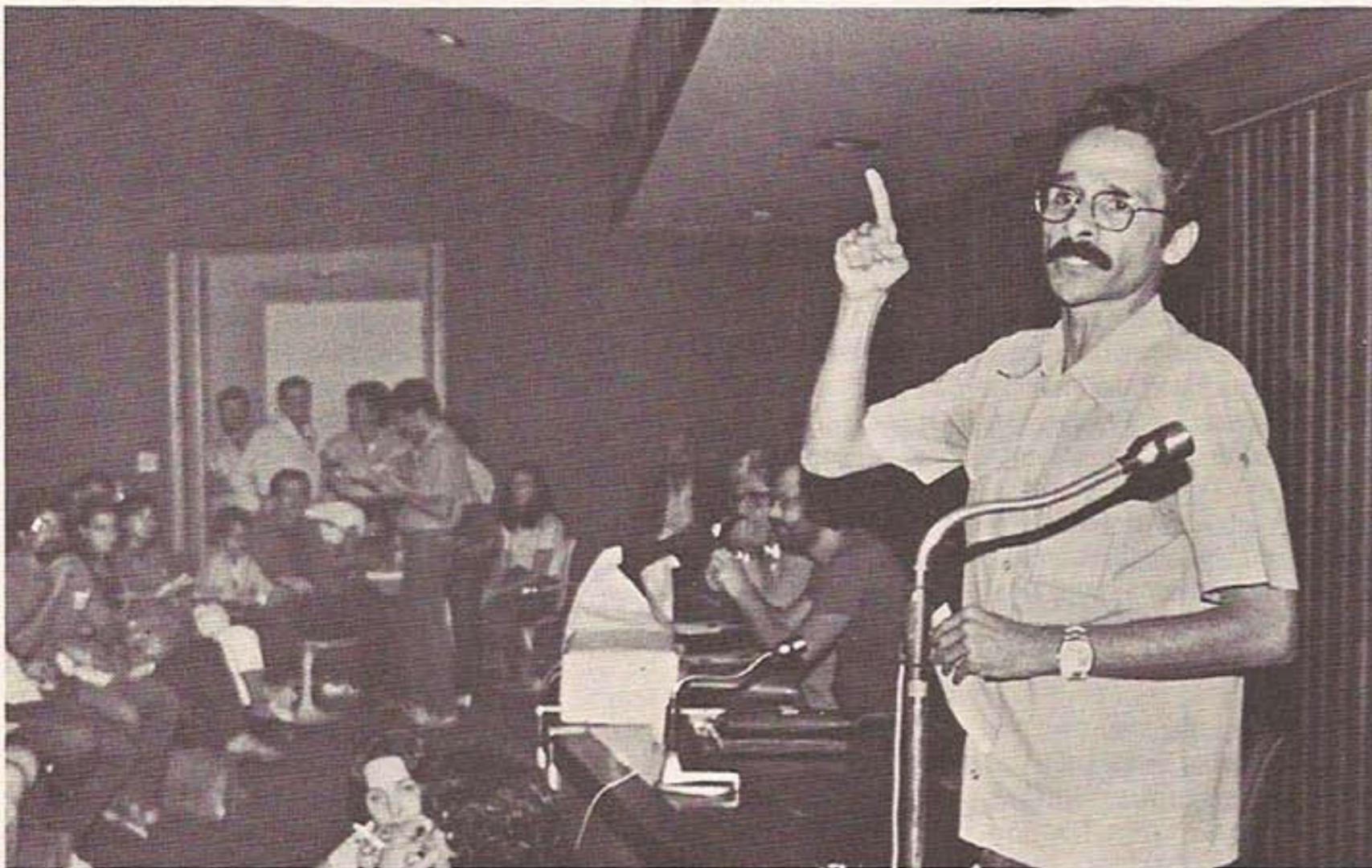


FOTO "A CLASSE OPERÁRIA"

rio de Contagem, a prisão e a tortura em Minas, a integração com a luta dos camponeses maranhenses do Vale do Pindaré, nova prisão e novas torturas no Maranhão e Ceará, o ingresso no PCdoB em 1972, a liberdade, as campanhas em defesa da Amazônia e pela Anistia, a participação no Secretariado do partido, a fundação e direção da *Tribuna Operária*, jornal perseguido, processado, apreendido, incendiado. Interessa, sim, observar que todo esse longo e atribulado itinerário teve sempre a revolução como norte. E reservou um espaço cada vez maior e mais nobre para a teoria revolucionária, até desembocar no relançamento de *Princípios*.

As carências teóricas são um antigo calcanhar de Aquiles do movimento popular e operário brasileiro. Derivam, em grande parte, da sufocante opressão cultural que pesa sobre nossas classes trabalhadoras e do vício colonial do ecletismo, tão disseminado em nossa intelectualidade. E são realimentadas pela cãndida crença de que o "jeitinho brasileiro" pode encontrar atalhos alternativos às árduas, íngremes, tortuosas e extenuantes veredas que levam aos cumes do saber em matéria de ciência social. Decididamente, não mereceríamos o elogio que Engels fazia ao proletariado alemão, sobre o gosto pela filosofia. Mas o pior é que nunca ligamos muito para isso.

A debilidade teórica sobreviveu à introdução, tardia, do marxismo, à fundação do Partido Comunista em 1922 e, embora sofrendo revezes parciais, à organização do PCdoB em 1962. Consolidou-se e justificou-se escorada na "relativa estagnação" que vitimou o pensamento marxista-leninista também em escala mundial.

Porém, com a perestroika, a derrocada do Les-

te, a queda do muro e o fim da URSS chegou a hora da verdade. Ficou patente que, ou bem damos uma prioridade nova a esta arena específica da luta de classes, que é o combate de idéias, ou a crise do socialismo, enquanto movimento vai perdurar, prolongando, até a exasperação, o apodrecimento em vida do velho sistema burguês.

Foi nestas circunstâncias, em 1990, que Rogério Lustosa assumiu o desafio da direção da *Princípios*. A revista vinha de 1981, mas com periodicidade incerta, tiragem modesta, forma gráfica pouco atraente, pauta aleatória. Era preciso remodelá-la de alto a baixo, ou desistir da ambição de fazer dela um veículo de superação da crise teórica e não de acomodamento e contemporização.

Desta forma *Princípios* entrou em sua nova fase: periodicidade regular, novo visual, conselho editorial, alargamento do corpo de colaboradores, artigos pautados pelas exigências que a luta de idéias coloca. Nos seus últimos números, permaneceram em foco especialmente as questões da democracia, crise do socialismo, da crítica ao projeto neoliberal. Não se pode dizer que os problemas da elaboração e da produção de teoria pertencem ao passado. Longe disso. Mas passou a haver uma nova disposição de enfrentá-los.

Rogério foi empreendedor dessa reviravolta. Morreu, num dia ensolarado no Parque do Ibirapuera, em pleno esforço para consolidá-la e levá-la adiante. Deixou a nova *Princípios* como uma ferramenta dos que acreditam que o socialismo, desde que se transformou em ciência, precisa ser tratado como tal, ou seja, ser estudado.

BERNARDO JOFFILY é jornalista.

Avançar ou recuar na democracia?

HAROLDO LIMA

Desenvolve-se a opinião de que a instabilidade política, hoje tão denunciada no Brasil, tem a ver ou decorre do número excessivo de partidos. O que não corresponde à realidade

6. **O** Brasil começa o ano de 1993 com a perspectiva de definições marcantes em sua história. Um plebiscito decidirá se a forma de governo será republicana ou monarquista, e se o sistema de governo será parlamentarista ou presidencialista. Por isso, dois temas assumem importância destacada e sentido de urgência: nova lei orgânica de partidos e novo sistema eleitoral. Em torno dessas questões, nos últimos meses do ano findo, desenvolveu-se no Congresso Nacional intensa movimentação.

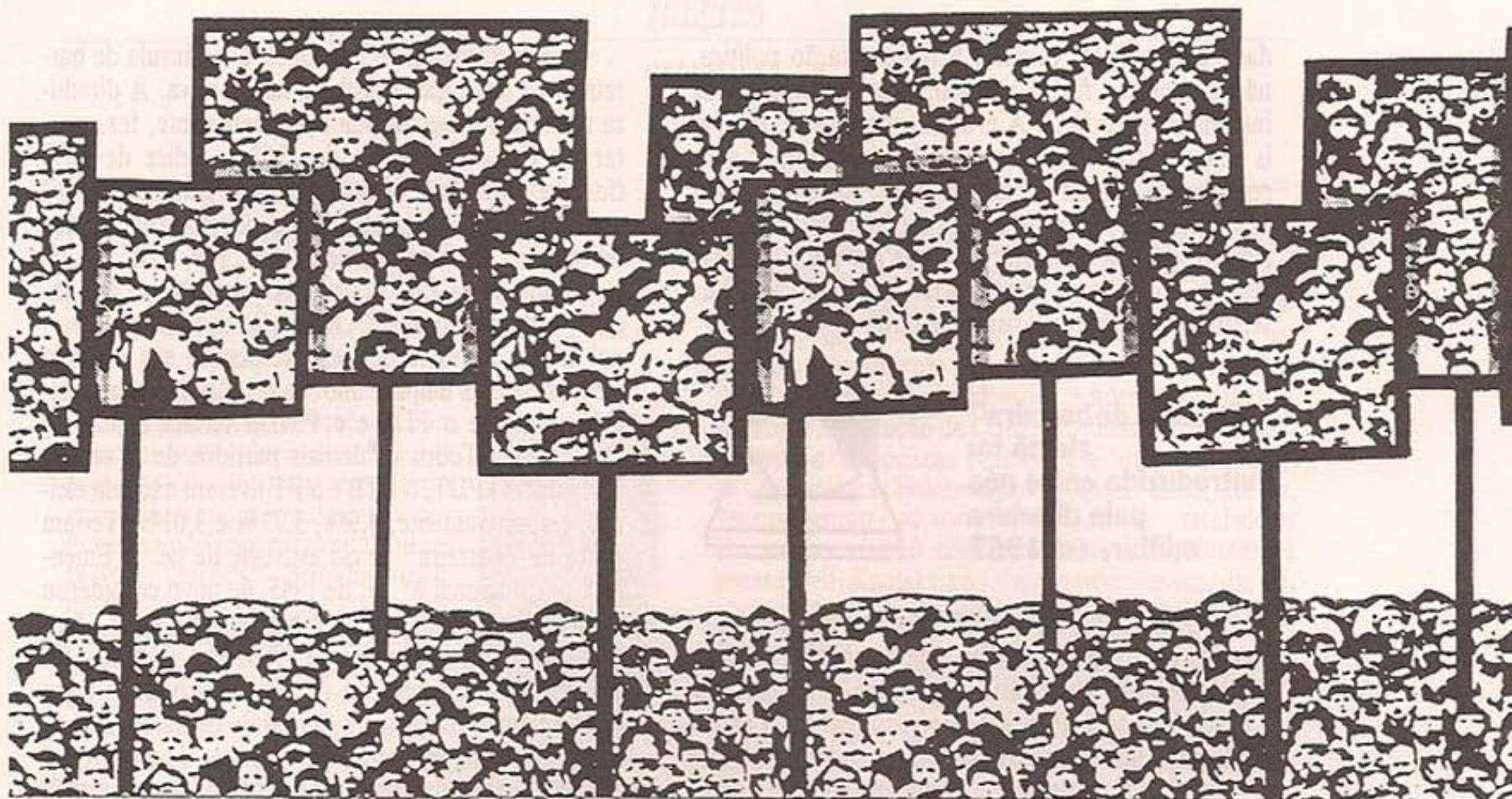
Parlamentaristas e presidencialistas divergem inclusive sobre o tratamento a ser dado aos partidos políticos. Mas há alguns setores dessas duas correntes que demonstram acordo em um ponto, o de que no Brasil há partidos demais. O senador Marco Maciel, autor de um dos projetos sobre lei orgânica dos partidos, e o senador José Fogaça, autor de substitutivo sobre a matéria, apresentaram-se a uma Comissão da Câmara, a 11 de novembro passado, defendendo, com igual ênfase a mesma tese: é necessário acabar com o pluralismo partidário demasiado no Brasil! E, contudo, o senador Marco Maciel é destacado presidencialista, tanto quanto é parlamentarista o senador Fogaça.

Em certos círculos presidencialistas desenvolve-se a opinião de que a instabilidade política, hoje tão denunciada no Brasil, tem a ver ou decorre do número excessivo de partidos políticos existentes entre nós. E isto não é verdade.

A experiência de 103 anos de presidencialismo no Brasil foi toda tumultuada. A maior parte dela, 77 anos, transcorrida sob regimes excepcionais (1930-1945, 1964-1985) ou abertamente oligárquicos (1889-1930) (1). O período de 1946 a 1964, de 18

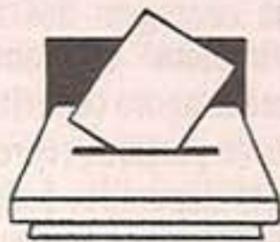
anos, e os sete anos transcorridos do fim do regime militar, em 1985, até hoje, são os dois momentos democráticos brasileiros que somam apenas 25 anos, onde o presidencialismo conviveu com partidos políticos mais ou menos atuantes e de maior ou menor expressão nacional. O professor Wanderley Guilherme dos Santos, da UFRJ, a propósito, desenvolveu todo um capítulo de seu livro "Crime e Castigo" demonstrando, com fatos dados brasileiros e de outros países, a inexistência de relação entre o grau de estabilidade política de um país e o número de partidos que nele efetivamente funcionam. Em outra oportunidade, ante a perplexidade dos que acham impossível governar o país com 20 partidos, o professor Wanderley assevera: "pois o país foi governado com 13 partidos até o início dos anos 60..." E arremata: "1964 teria ocorrido com 13, 2 ou 22 partidos. A Dinamarca, para dar um exemplo avançado, é governada há mais de 50 anos por 16 partidos..." (2)

Por outro lado, setores parlamentaristas insinuam ou insistem ser o parlamentarismo incompatível com um maior número de partidos, avesso ao voto proporcional, idéia que contrasta com as experiências parlamentaristas do mundo. A própria Constituinte de 87/88 no Brasil, trabalhando em ambiente de efervescência democrática, com o povo atento a seus movimentos, chegou a aprovar, na Comissão de Sistematização, sob a presidência do mestre Afonso Arinos, o parlamentarismo como sistema de governo, a liberdade de organização partidária e o voto proporcional para a eleição de deputados. O parlamentarismo, aí, era sistema de governo mais democrático que o presidencialismo imperial existente, um passo à frente na evolução política de nosso país. O texto parla-



mentarista, aprovado na Comissão de Sistematização, foi lamentavelmente derrubado no plenário da Constituinte, por uma aliança entre as forças conservadoras, lideradas pelo presidente Sarney e os militares, e os partidos PT e PDT, todos apoiados por Ulysses Guimarães, então presidencialista. O PCdoB, parte da esquerda e democratas, defendemos o parlamentarismo como pudemos. Por 344 votos a 212 venceu o presidencialismo.

Elites brasileiras têm o hábito de copiar soluções próprias das capitais estrangeiras



Agora as coisas são postas de maneira diversa. As elites brasileiras, formadas no colonialismo econômico e cultural, sempre tiveram o hábito de copiar as soluções que as metrópoles estrangeiras encontram para seus problemas. Copiaram o "presidencialismo" dos EUA, a "Carta del Lavoro" da Itália. Deslumbradas com o primeiro mundo, arrojaram-se agora para estruturar o que João Amazonas observou ser um "parlamentarismo de primeiro mundo", para o nosso país de terceiro mundo.

O "parlamentarismo de primeiro mundo" que alguns querem para o Brasil, foi buscar seu modelo acabado em um país em tudo e por tudo diferente do nosso - a Alemanha.

A Alemanha é uma das nações mais cultas do mundo. A América ainda não fora descoberta por Colombo e a Alemanha já dispunha de universidades

famosas, como as de Heidelberg e Colônia, no século XIV, Friburgo e Munique, no século XV. Na atualidade, unificada, a Alemanha é 24 vezes menor que o Brasil, tem uma densidade populacional 13 vezes maior, renda per capita oito vezes superior e taxa de analfabetismo insignificante. Nesse país, a partir de 1949, começou-se a elaborar nova legislação eleitoral, com a preocupação especial de evitar o surgimento de uma situação como a que propiciou a ascensão de Hitler, grande trauma nacional, que felizmente não temos (3).

No período pós-guerra, a interferência americana nos negócios da então Alemanha Ocidental era enorme, senão total. Com esta influência, o sistema eleitoral definido voltava-se em geral contra as minorias, entre as quais estavam os comunistas (4). A lei de 1949, enrijecida em 1953, depois em 1956 e, finalmente, em 1990, terminou fazendo com que, ao parlamento alemão, só tenha acesso dois ou três partidos.

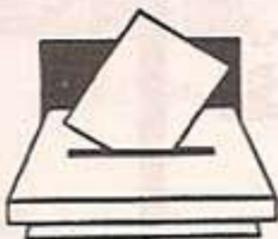
O pluralismo partidário já foi muito decantado entre nós. O princípio do pluralismo está situado, logo no artigo 1º da Constituição, como um dos "fundamentos" da República.

O artigo 17, ao definir a liberdade de organização partidária, ressalta o "pluripartidarismo". Entretanto, hoje, há setores políticos procurando as formas de conter o pluralismo partidário que estaria excessivo.

Considerar excessivo o número de partidos organizados no país é julgar exagerado o próprio pluralismo de nossa sociedade. Por que os partidos, de uma maneira geral, refletem as diferenças que existem na sociedade, entre classes, setores, facções, camadas, etc. Um pequeno número de partidos, em uma socie-

dade heterogênea, camufla a representação política, não demonstra fortalecimento, mas deformação da instituição partidária. A evolução política de um país como o Brasil também contribui para tornar mais complexo o sistema partidário. Aqui, até agora, partidos nacionais sérios se desenvolveram nos escassos e curtos períodos democráticos, que em nossa história sempre apareceram impressados nos intervalos que separaram um autoritarismo de outro.

**“Cláusula de barreira”
alemã foi
introduzida entre nós
pela ditadura
militar, em 1967**



Os partidos e a educação política do povo muito padeceram dessa irregular vida democrática, onde, a cada ascenso autoritário dissolviam-se os partidos e encasulava-se a liberdade. Por isso, em todo período democrático ressurgem plêiade de partidos e de idéias e de escolas de pensamento, dando em conjunto a impressão de certa confusão política e cultural quando é apenas momento de saudável efervescência em que, com os debates, os confrontos, as dissensões, as alianças e as eleições a vida política do país vai se decantando e se fortalecendo. Por isso também, em todo período autoritário, na vã e funesta tentativa de se “simplificar” a vida política e enquadrá-la em parâmetros supostamente racionais, investe-se contra os partidos existentes, decreta-se sua extinção e criam-se os célebres “dois partidos”, que nos EUA são chamados de “Democrata” e “Republicano”; na Inglaterra “Conservador” e “Trabalhista” e, aqui, “ARENA” e “MDB”. Tem sido assim em nossa história. A vida, mais forte, protesta contra os esquemas e os leva de roldão. Felizmente.

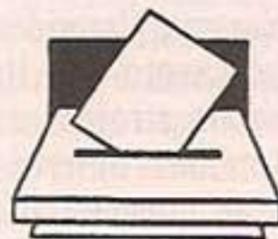
Mas, como o objetivo preconcebido é reduzir de pronto o número de partidos, grande interesse volta a despertar os mecanismos da lei alemã que lá consegue manter em atividade apenas dois ou três partidos. Os dois mecanismos básicos são: a “cláusula de barreira” e o sistema eleitoral misto, majoritário e proporcional, entre nós conhecido como distrital misto (5).

A “cláusula de barreira” alemã está consignada no inciso VI do art. 6º da sua lei eleitoral. Estabelece que “somente serão levados em consideração os partidos que tiverem obtido pelo menos 5% dos segundos votos válidos dados no território federal ou que tiverem conquistado um mandato em pelo menos três distritos eleitorais”. Os “segundos votos” são aqueles dados nas listas de candidato, ao lado dos votos nos candidatos distritais. É com base nos “segundos votos” que se calcula o número de vagas a que um partido faz jus, por isso que o sistema respeita o princípio da proporcionalidade.

A tentativa de se introduzir a “cláusula de barreira” na legislação brasileira não é nova. A ditadura militar, no auge de sua ação legiferante, fez constar na Carta outorgada de 1967 o índice de 10% “do eleitorado que haja votado na última eleição (...)” como o mínimo que um partido deveria atingir para permanecer em funcionamento (art. 149, VII). A Carta outorgada de 1969 considerou escorchante este índice e reduziu-o para 5%. Mas a Emenda Constitucional nº 22, de junho de 1982, suspendeu sua vigência para as eleições daquele ano. Se tal não tivesse acontecido, somente o PDS e o PMDB teriam ficado no Parlamento. Todos os demais partidos de lá seriam excluídos. O PDT, o PTB e o PT tiveram naquela eleição, respectivamente, 4,9%, 3,77% e 3,01%. Teriam caído na “barreira” se ela estivesse de pé. A Emenda Constitucional nº 25, de 1985, de novo considerou escorchante o índice de 5% e baixou-o para 3%. Ainda assim, para as eleições de 1986, esta exigência foi suspensa. A Constituição de 1988 extirpou do texto constitucional brasileiro a “cláusula de barreira”.

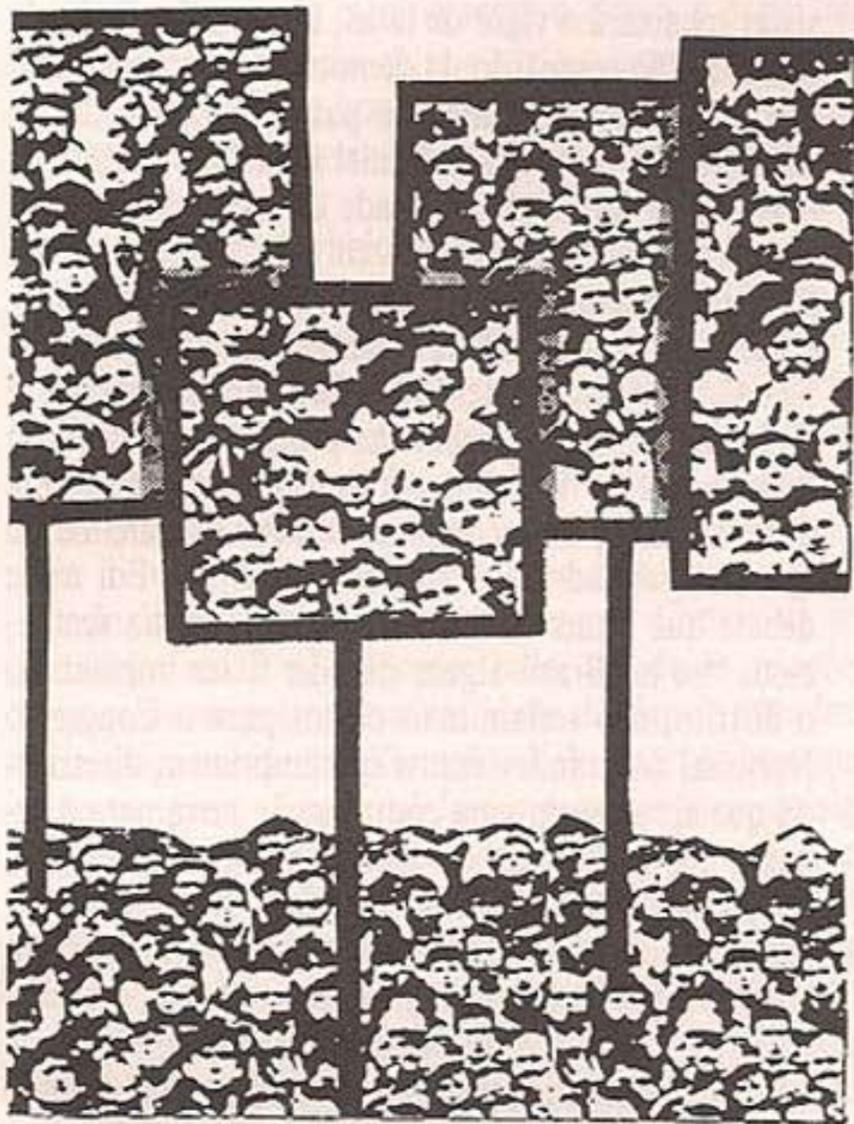
Por onde se vê que as tentativas de se introduzir no Brasil as draconianas “cláusulas de barreira”, inspiradas na legislação alemã, surgem com a ditadura militar, sobrevivem com ela e com ela se acabam sem, entretanto, nunca terem sido aplicadas. Agora, de novo, o assunto é reposto no Congresso.

Em suas versões originais os substitutivos de João Almeida, na Câmara dos Deputados, e de José Fogaça, no Senado, tentaram resgatar essa frustrada e canhestra medida autoritária do passado. João Almeida retornou ao índice de 5% da Constituição outorgada pelos ministros militares em 1969. E os 3% do Fogaça são mais contundentes, na medida em que, na contagem dos votos válidos, ficam incluídos os “brancos” e “nulos”. Qualquer dos dois índices aplicados agora ceifariam, de uma penada, onze dos dezoito partidos representados no Congresso. Setenta e oito deputados federais ficariam sem legenda, 15,5% da Câmara. O deputado mais votado do Brasil - Miguel Arraes - estaria entre eles, só lhe sendo permitido tomar posse, segundo Fogaça, se se filiasse a algum outro partido que tivesse cruzado a “barreira”.



**Ampla liberdade de
organização
partidária é direito
inscrito
na Constituição**

As “cláusulas de barreira” das versões originais dos substitutivos de João Almeida e José Fogaça tinham caráter draconiano, inaceitável e inconstitucional sobretudo por obrigarem o Tribunal Superior Eleitoral a cancelar o registro do estatuto do partido que não conseguisse o desempenho eleitoral por elas estabelecidas. Os partidos assim penalizados deixariam



de existir, na prática. Os que tivessem o fôlego que o PCdoB já demonstrou, passariam à vida clandestina...

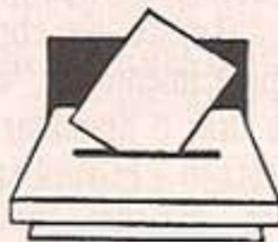
O que a Constituição em vigor remete a uma lei é a regulamentação do funcionamento parlamentar do partido. Aí sim poderia haver distinções entre diferentes situações de partidos. No curso da intensa discussão havida na Câmara, conseguimos caracterizar quatro situações partidárias: a do partido que não conseguiu eleger parlamentares, mas está registrado e é livre para funcionar; aquele que elegeu entre um e quatro parlamentares, que tomam posse mas não constituem bancada; a do que conseguiu pelo menos 1% dos votos válidos, excluídos os brancos (nulos não são válidos) e elegeu pelo menos cinco deputados em estados diferentes; e a do partido que teve apoio expresso em mais de 5% dos votos válidos computados. De acordo com essas diferenciações, os partidos teriam maior ou menor acesso às prerrogativas regimentais do Parlamento, aos meios de comunicação e ao Fundo Partidário.

O que não tem cabimento é a insistência, que permanece até agora, de admitir-se essas quatro situações como passageiras e inclui-las na parte transitória da lei. Isto é induzir a permanência apenas de partidos grandes, o que é antidemocrático. As próprias distinções entre as quatro situações partidárias referidas devem ser entendidas como fatores para valorizar devidamente os partidos em função do apoio recebido em votos, mas não para reservar privilégios abusivos e absurdos aos grandes partidos, no acesso à TV, ao Fundo Partidário e até à possibilidade impertinen-

te de apresentarem, sozinhos, candidatos a cargos executivos. Todas essas deformações, presentes na discussão em curso, e no texto recém aprovado na Câmara, flagram o empenho em fazer-se da lei orgânica um instrumento de fortalecimento dos partidos grandes e não de engrandecimento da instituição partidária no país.

A defesa da liberdade partidária, inclusive como está na Constituição, não poderá significar, por outro lado, espaços abertos para oportunistas que buscam movimentar legendas de aluguel. Acertou-se, na Câmara, entre outros, o preceito que obriga os partidos a demonstrarem prévia história mínima, de participação, por exemplo, em duas eleições consecutivas, antes do direito ao funcionamento parlamentar pleno. São formas que podem prevenir o registro de siglas para fins escusos.

Especial atenção deve merecer a pretensão de introduzir entre nós o chamado "voto distrital misto", de modelo alemão. O voto distrital, com variantes locais, tem uma longa história no Brasil. Começa com o sistema eleitoral do Império e se estende por toda a Velha República. Foram 77 anos de sistema distrital servindo com a maior eficiência às forças oligárquicas. As minorias foram sempre aplastadas. Quando, em 1856, a oposição conseguiu eleger alguns deputados, o comentarista Soares de Souza observou ter sido "mais em vista da conciliação em vigor na época do que em decorrência dos círculos". Foi o movimento renovador de 1930 que banuiu de nossa legislação esse sistema retrógrado. Com o intuito de reintroduzi-lo, várias tentativas foram feitas durante o regime militar até a Emenda Constitucional nº 22, de junho de 1982, patrocinada pelo General Figueiredo, estabelecendo que "os deputados federais e estaduais serão eleitos pelo sistema distrital misto, majoritário e proporcional". Findo o regime ditatorial, sob a presidência de Ulysses Guimarães, a Câmara revogou esse entulho, em maio de 1985. A Constituinte de 87/88 trabalhou também durante muito tempo sob essa ameaça, que, porém, não prevaleceu.



"Sistema distrital elegerá os latifundiários, o vigário, tabelião e o prefeito"

É importante acentuar que, seja a "cláusula de barreira", sejam os diferentes tipos de voto distrital, sempre foram propostos na legislação brasileira pelos representantes do conservadorismo, sendo oportuno relacionar os projetos de voto distrital misto da época da ditadura, vindos das palavras de Tarso Dutra, Gustavo Capanema, Cantídio Sampaio, Jorge Arbage, Rubens Figueiredo, José Sarney (este propôs distrital puro) e o próprio general Figueiredo.

As inconveniências do distrital puro são tão evidentes que, no momento, ninguém o está pregando. Propõe-se e defende-se o sistema distrital misto. Ao observar-se que o eleitor, nesse sistema, poderá votar duas vezes no candidato distrital e na lista dos partidos, argumenta-se que mesmo os partidos que não consigam eleger candidatos distritais poderão receber votos nas suas listas. Isso não funciona assim nem na Alemanha, quanto mais no Brasil.

O voto no candidato distrital é voto majoritário. Elege-se o deputado federal e o estadual de um distrito como se eleger um prefeito. Ganha o mais votado. É assim essa eleição, altamente polarizada, onde os centros do poder no distrito farão evidentemente prevalecer, com todos os recursos, sua força. Da mesma maneira que candidatos de origem popular, sem vínculos com as fontes de poder, só excepcionalmente conseguem se eleger prefeito, também só excepcionalmente conseguirão eleger-se deputado, no confronto majoritário com os donos do poder. Isso assegura, de saída, quase a metade ou toda a metade das vagas em disputa para as forças ligadas aos setores dominantes locais. Sobra a outra metade que seria preenchida pelos partidos que receberão os "segundos votos", os votos nas listas. E aí surge a tentativa de empulhar os incautos com a miragem do impossível para apresentar as vantagens irreais de um projeto retrógrado. Nas condições de uma eleição polarizada no Brasil, em que o poder econômico estará jogando tudo para eleger o seu deputado único naquele distrito, o eleitor, condicionado para votar nesse candidato, inapelavelmente votará também no partido desse candidato, que na cédula eleitoral está colocado ao lado do próprio nome do candidato. E assim o sistema distrital misto "elegerá", pelo voto majoritário, os candidatos do poder local. Haverá exceções, como sempre.

Na história pregressa brasileira o fenômeno dos "currais eleitorais" esteve ligado ao predomínio do "coronelismo". A fonte de poder no "curral eleitoral" estava ligada ao latifúndio e à sua entourage de juiz, delegado, párocos, comerciantes. O "curral" foi, durante muito tempo, a retaguarda das oligarquias mais retrógradas. O sistema distrital misto, nas condições brasileiras, promoverá o aparecimento de "currais novos", "modernos", para usar o linguajar da moda. Nesse "curral novo" - distrito - existirá também o tipo novo de "coronelismo" que tem, como o antigo, visão paroquial, acanhada, mas prepotência e força. Os agentes de poder dos "currais novos" são os grandes proprietários locais, de empresas agrícolas, comerciais ou industriais, com sua nova entourage de gerentes de bancos, donos de meios de comunicação ou de estação retrotransmissoras, funcionários importantes federais, estaduais, etc.

A implantação do sistema distrital no Brasil reduzirá, e muito, o nível político do Congresso. A visão mais geral dos problemas nacionais cederá lugar

ao ajuntamento das visões localizadas das díspares regiões brasileiras. O aplastamento das forças progressistas rebaixará o vigor de lutas, como a da soberania nacional, do resguardo da democracia, do avanço social, econômico e político do país. Estudiosos do assunto, como o professor Daniel Flesicher, da UnB, a quem falta talvez sensibilidade ou vivência política, incorrem em erro quando dizem que "o sistema misto tende a maximizar os benefícios dos sistemas de representação proporcional e distrital puro" (6). Ulysses Guimarães, a quem não faltava sensibilidade e vivência política, em debate na própria UnB afirmou: "tenho receios de que possa daí resultar (no sistema distrital misto) uma combinação mais de defeitos do que de qualidades dos dois sistemas" (7). Foi nesse debate que Tancredo Neves, com fina ironia sentenciou: "se no Brasil algum dia vier a ser implantado o distrito, não seriam mais eleitos para o Congresso Nacional os grandes vultos que imprimem diretrizes ou que apresentam uma contribuição nova para a solução dos problemas do Brasil. Mas seriam eleitos, em primeiro lugar os latifundiários, os grandes proprietários de terras; em segundo lugar, o vigário; em terceiro lugar, o tabelião e, em quarto lugar, o prefeito." (8)

O sistema proporcional é o adequado quando se quer escolher não o representante da maioria, mas os representantes das correntes políticas existentes na sociedade, na proporção de suas forças. O movimento renovador de 1930, ao introduzir o voto secreto e o voto das mulheres em nossas eleições, aboliu o sistema distrital e organizou a eleição proporcional entre nós. Esse sistema, como hoje é praticado, tem debilidades, inclusive prejudiciais aos partidos menores. Essas devem ser corrigidas, e não negado o sistema.

HAROLDO LIMA é deputado federal PCdoB - BA.

NOTAS

(1) As estatísticas da época, embora questionáveis, dão conta que Prudente de Moraes, eleito presidente em 1894, sem oposição, teve 94% dos votos. Foi superado por Afonso Pena que, em 1906, conseguiu quase unanimidade, 98% dos votos. (ver "Estatísticas Eleitorais Brasileiras", SP, Textos IDESP, n.º 34).

(2) "Em favor dos nanicos", Wanderley Guilherme dos Santos, O Globo, 13 de dezembro de 1992.

(3) Conferir "Lei Eleitoral da República Federal da Alemanha", série "papers", n.º 02, da Fundação Konrad Adenauer, SP, 1992, pg. 10.

(4) Conferir "Brasil Anos 90", Editora da Universidade do Rio Grande do Sul, organizado por Hélgio Trindade, Porto Alegre, 1992, pg. 268.

(5) A legislação alemã não fala em "cláusula de barreira". Esta expressão, assim como "cláusula de exclusão", são contudo de uso corrente na literatura especializada. Analistas políticos comumente se referem a essa cláusula como uma "tradeoff", junção de palavras que tem um sentido de barganha, tramóia. Em política brasileira, casuismo.

(6) "A reforma política no Brasil", David Flesicher, INESC, novembro/1992, Brasília-DF.

(7) "Modelos Alternativos de Representação Política no Brasil e Regime Eleitoral" reproduz esse importante debate realizado em 10.11.82 com Tancredo Neves e Ulysses Guimarães, coordenado pelo deputado Djalma Marinho.

(8) Idem da nota 7.

Pelo parlamentarismo democrático

OLIVAL FREIRE JR.

*Em plebiscito os eleitores brasileiros decidirão
manter o atual sistema
presidencialista ou mudar para o sistema
parlamentarista. Crise gerada
por Collor reforçou a campanha parlamentarista*

A discussão parlamentarismo versus presidencialismo não é inédita na sociedade brasileira. Quando da elaboração da atual Constituição, entre 1987 e 1988, realizou-se rico debate sobre o tema, onde muitos setores afirmaram a opção parlamentarista como sistema de governo mais democrático. Cabe lembrar que a tese parlamentarista foi derrotada ao final por uma ampla coalizão encabeçada pelo então presidente Sarney, interessado em assegurar 5 anos de mandato, com o apoio da imprensa conservadora, de Ulysses Guimarães e dos militares, estes interessados em um sistema de governo no qual é mais fácil controlar o chefe de governo. Concorreram também para esta derrota o PDT e o PT que votaram pela manutenção do presidencialismo.

Mas o debate de hoje tem novos elementos, em parte decorrente da experiência presidencialista sob os governos Sarney, Collor e agora Itamar. Em parte devido à nova conjuntura política que o influencia fortemente.

Decorridos quase 5 anos desde o término da Assembléia Constituinte, quais os novos elementos para o debate sobre o sistema de governo?

Cresceu a aceitação do parlamentarismo no seio da sociedade brasileira. Podemos afirmar que foi a desastrosa experiência do governo de Fernando Collor que deu novo alento à crítica ao presidencialismo enquanto sistema concentrador de poderes no Executivo. A prática do governo Collor desmoralizou o presidencialismo por duas razões: a primeira é que evidenciou o risco presente quando se concentra excessivamente poderes em um indivíduo, com mandato inquestionável durante 5 anos, o qual monta uma quadrilha para assaltar o erário público em proveito próprio e

aplica uma política econômica abertamente antinacional e antipopular.

A segunda razão é que ficou evidente o quão traumática é a solução das crises no presidencialismo, mesmo neste caso singular com amplas manifestações populares e a vitória do "impeachment". Todos os observadores são unânimes em afirmar que desde o mês de agosto o presidente era completamente minoritário na opinião pública e no parlamento mas só 5 meses depois é que o seu afastamento consumou-se. As bravatas de Collor, voltando-se contra os poderes Legislativo e Judiciário, só não tiveram maiores consequências devido ao elevado isolamento do presidente. A crise do governo Collor também evidenciou que a instituição Congresso Nacional é muito mais sensível às pressões e alterações da opinião pública que a instituição Presidência da República.

Aliás é sintomático que a consumação do "impeachment", a primeira em nossa história republicana e um exemplo para o mundo, não se converta em argumento a favor do presidencialismo. Entre as forças de esquerda é muito difícil argumentar com a existência do instituto do "impeachment" como evidência da natureza democrática do presidencialismo porque é clara a excepcionalidade, política e jurídica, deste recurso. E pela direita como argumentar com as crises inerentes ao parlamentarismo depois desta paralisia governamental exemplar nos marcos do presidencialismo? A própria antecipação do plebiscito - previsto originariamente para setembro - surgiu como manobra do centro conservador tentando evitar o crescimento da corrente favorável ao "impeachment" como solução para a crise do governo Collor.

A conversão da *Folha de S. Paulo* ao parlamen-

tarismo, expressa em editorial de 10 de janeiro é um exemplo de mudança sob a pressão da experiência presidencialista sob o governo de Fernando Collor.

**Presidencialistas
apostam
na inércia e na
indiferença
quanto ao plebiscito**



Outro elemento novo no debate, é que o militarismo, uma das tendências responsáveis pela vitória do presidencialismo na Assembleia Constituinte, enfraqueceu-se politicamente. Em parte devido à democratização posterior ao regime militar, mas também devido às mudanças na situação internacional. O fim da guerra fria conseqüente à desagregação da União Soviética e países do Leste Europeu e à afirmação dos EUA como principal superpotência militar no mundo acarretaram mudanças no papel das Forças Armadas dos países dependentes. Neste quadro o Departamento de Estado dos EUA tem apregoado a criação de uma força militar internacional sob a bandeira da ONU (leia-se EUA) esvaziando assim o papel autôno-

mo de cada força nacional. Além disso, o governo Collor encarregou-se de executar uma política adequada a estes novos tempos cortando verbas militares, inclusive aquelas destinadas a projetos tecnológicos estratégicos.

Os militares brasileiros buscam situar-se nesta nova conjuntura. Temporariamente, pelo menos, está enfraquecida a tendência militarista que via no presidencialismo a forma mais adequada para garantir sua influência sobre o poder político.

Mesmo enfraquecida a corrente presidencialista tem importantes reservas que jogarão papel na decisão plebiscitária. O presidencialismo tem apoio nos projetos pessoais de prováveis candidatos a Presidente da República. Maluf, Antonio Carlos Magalhães, Brizola e Quéricia. O próprio Lula que vinha defendendo o parlamentarismo, animado pelos resultados eleitorais, refluiu na sua defesa, e o PT parece voltar-se ao presidencialismo.

Os presidencialistas jogam também na inércia. Afinal, o presidencialismo já é conhecido há mais de 100 anos, e o parlamentarismo é pouco conhecido. É neste sentido que Leôncio Martins Rodrigues defende a manutenção do presidencialismo arguindo que o "nosso país não mais aguenta tantas mudanças e

12

Sistema de governo: um debate antigo

"O regime presidencial é fácil de descambar para o militarismo, máxime entre nós, e muito jeitoso para o manter indefinidamente" - esta crítica ao presidencialismo foi feita há cem anos, em 1893, logo após a inauguração, pela Constituinte Republicana de 1891, desse sistema no Brasil. Seu autor foi o escritor Sílvio Romero, em cartas a Rui Barbosa. Romero elencou nessas cartas os defeitos do presidencialismo: além do militarismo, o sistema é autoritário, irresponsável, leva e mantém no poder "indivíduos medíocres", favorece a fraude eleitoral e a corrupção, é incapaz de atrair o povo, etc. Romero intervia, assim, no rico debate sobre o sistema de governo que, iniciado já sob o Império, aprofundou-se com a República.

Em 1870, Alberto Sales - irmão do futuro presidente da República, Campos Sales, dizia, em seu Catecismo Republicano, que o sistema de governo era uma questão importante para a ciência política mas não ia além disso. Mais tarde, em abril de 1889, Rui Barbosa escreveu que tanto a República quanto a monarquia representativa eram sinônimos de "autogoverno do povo" e, portanto, a diferença entre ambos os regimes era coisa secundária. Tendência semelhante a desconsiderar a questão foi manifestada por Alberto Sales em 1891, quando a República já se consolidava sob o domínio das oligarquias estaduais. Apesar disso, na Constituinte Republicana de 1891 houve setores importantes, como republicanos históricos e antioligárquicos (representados por Nilo Peçanha) e membros de oligarquias regionais que perdiam espaço na República (como Rosa e Silva, de Pernambuco), que defenderam veementemente o parlamentarismo.

Com a crise institucional e política aberta pela Revolução de 1930, o debate voltou com força. Outro membro

da oligarquia pernambucana, Agamenon Magalhães, voltou a defender o parlamentarismo, acusando o presidencialismo de favorecer o predomínio dos Estados maiores e mais ricos. Maurício Medeiros, médico, escritor e deputado federal pelo Rio de Janeiro na República Velha, por sua vez, atacou o presidencialismo, preocupado com a estabilidade política do regime. O presidencialismo, escreveu, é uma "sementeira de revoluções".

A tradição presidencialista, porém, inspirada no modelo norte-americano mas extremamente adequada - como temia Sílvio Romero - ao liberalismo republicano anti-democrático e antipopular de nossas elites, levou a melhor neste século de República. Foi interrompida somente no breve interregno parlamentarista de 1961/1963 - quando foi instituído após o fracasso da tentativa militar de impedir a posse de João Goulart na presidência da República.

O debate sobre o sistema de governo, longe de ser uma questão menor, é esclarecedor das contradições que



Sílvio Romero



Alberto Sales

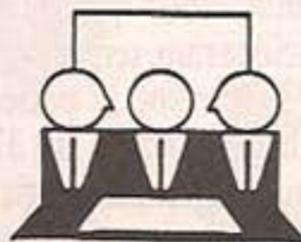
reformas". (1) Não cabe aqui repetir o óbvio: as mudanças profundas que o nosso país está a exigir. Para Leôncio Rodrigues a defesa do presidencialismo resume-se ao dito popular: "deixar como está para ver como que fica."

Hindemburgo Diniz, defendendo o parlamentarismo, identificou nesta tendência ao imobilismo um lastro de sustentação ao presidencialismo afirmando: "O sistema presidencial de governo, de estrutura rígida, incapaz de assimilar com naturalidade as transformações político-sociais promovidas pelo processo de desenvolvimento econômico, ainda subsiste, no Brasil, escorado em mitos e preconceitos que se alimentam com a tendência do povo em acreditar no que se repete e em evitar a análise da essência do que se tornou dogma." (2)

A conclusão a extrair é que os presidencialistas apresentam-se sem discurso. Hoje, é mais fácil identificar um presidencialista pelas ressalvas que ele faz ao parlamentarismo que pela defesa aberta do presidencialismo. Exemplo desta carência de argumentação está em recente artigo do senador, pelo PFL-PE, Marco Maciel (3), destacado defensor do presidencialismo. Ele afirma que "às vésperas do século 21, seremos chamados a decidir uma pauta política do sécu-

lo 19: a opção (...) entre parlamentarismo e presidencialismo" e que "os males com os quais nos defrontamos não estão no presidencialismo (...) mais importante que mudar forma ou sistema de governo é construir uma nação democrática, solidária, moderna".

Resta responder qual o sistema de governo que mais propicia a participação política do povo, requisito indispensável para a construção de uma nação democrática. Sobre esta questão Marco Maciel não diz uma só palavra em defesa do presidencialismo. Limita-se a apontar riscos de "cenários conturbados" criados pelo parlamentarismo.



**Presidencialismo
tende a
destruir partidos,
parlamentarismo
tende a construir**

Poucas são as defesas articuladas como a que foi feita pelo professor da Unicamp Luciano Martins (4), que repete o argumento da fraca tradição partidária no Brasil considerando como "suportes previamente indispensáveis ao parlamentarismo" a existência de uma sociedade organizada e de partidos políticos.

existem dentro da elite brasileira, e do esforço feito pela classe dominante para encontrar um sistema de governo adequado ao domínio conjunto, sobre a sociedade brasileira, das diferentes facções em que ela se divide - uma realidade semelhante à estudada por Marx na França de meados do século passado.

Norberto Bobbio assegura que, em Marx, não encontramos a preocupação com o sistema de governo - ele tem razão apenas parcialmente: Marx não se preocupou com a questão como o faziam os pensadores liberais, empenhados em encontrar a melhor e mais eficiente forma para o domínio da burguesia. Ao contrário, Marx partia de uma distinção radical entre as várias formas de domínio de classe da burguesia e seus aliados, e o regime revolucionário a ser construído sob hegemonia da classe operária. Nesse sentido, valorizou sem vacilar a forma colegiada, onde os representantes eleitos podiam ser revogados a qualquer momento, encontrada pelos operários parisienses em sua Comuna de 1871.

Quanto ao governo da burguesia, Marx registrava com argúcia as contradições de classe que moviam suas crises. Em relação à república parlamentar, por exemplo, ele



Norberto Bobbio



Karl Marx

diz em O 18 Brumário, que esta é a única forma sob a qual "podiam unir-se os grandes setores da burguesia francesa, e portanto colocar na ordem do dia a dominação de sua classe, em vez do regime de um setor privilegiado dela".

De certa forma, a classe dominante brasileira parece repetir hoje saga semelhante à da elite francesa da época de Marx. Esse esforço para encontrar um sistema de governo, onde os interesses de cada uma das facções possam ser contemplados, na medida de sua força política e social, completa-se com a pretensão de limitar a liberdade de organização partidária e com o golpe que se prepara contra a verdade eleitoral com a introdução do voto distrital (atingindo, assim, principalmente os setores populares e progressistas).

Da mesma forma como, no passado, a elite brasileira decidiu-se pelo presidencialismo como forma mais adequada a seu domínio, hoje ela procura no parlamentarismo a fórmula de um governo estável, barato, flexível o suficiente para enfrentar crises sem ameaçar a governabilidade.

A escolha do sistema de governo está intimamente ligada à complexidade alcançada pelo desenvolvimento social e político de uma sociedade, à necessidade de contemplação dos interesses díspares que tentam impor ao governo seus programas particulares. Nesse sentido - sem jamais perder de vista o objetivo final da luta dos trabalhadores, a superação revolucionária do capitalismo e do Estado da burguesia - as conquistas democráticas obtidas por nosso povo tornam a situação atual consideravelmente diferente da que existia nos tempos de Marx. Nesse sentido, o parlamentarismo se impõe aos setores mais avançados do povo como o regime que, ao equacionar a partilha do poder político entre as facções da classe dominante, abre um espaço importante para a intervenção política da classe operária e para a defesa de interesses - embora limitada e parcial - dos setores populares e democráticos.

(José Carlos Ruy)

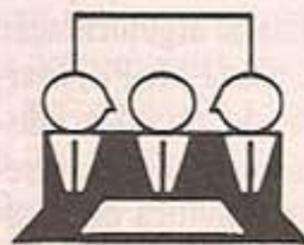
Mas mesmo no território acadêmico estes argumentos sofrem forte contestação. Em palestra realizada na USP, em 1989, Alfred Stepan, decano da *School of International and Public Affairs da Columbia University - New York*, que tem realizado análise comparativa entre o presidencialismo e o parlamentarismo sustentou que o "parlamentarismo é um sistema que *constrói* partidos e governos, enquanto o presidencialismo os *destrói*". Ainda segundo Stepan, o presidencialismo tende ao esmagamento de partidos enquanto o parlamentarismo tende à construção de partidos (5).

Para respaldar sua posição, Stepan realizou interessante levantamento estatístico mostrando que se tomarmos 41 democracias que funcionaram sem interrupção no mundo entre 1979 e 1988 teremos 37 países parlamentaristas e 4 presidencialistas. Dentre os 37 parlamentaristas em 25 funcionou o multipartidarismo e em 12 o bipartidarismo. Já dentre os 4 países presidencialistas todos funcionaram em sistema bipartidário e nenhum em sistema multipartidário.

Os levantamentos estatísticos serviram também a este autor para refutar a suposta instabilidade inerente ao parlamentarismo. Ele mostrou que "a *vida média* de um ministro nos sistemas parlamentaristas é duas vezes mais alta do que nos sistemas presidencialistas; o sistema parlamentar tem uma *taxa de retorno* de ministros muito maior". E arguindo sobre a maior legitimidade do sistema parlamentarista, o autor norte-americano finalizou sua palestra propondo que o público refletisse sobre a seguinte proposição medindo a sua insensatez: "O primeiro ministro Sarney governou o Brasil entre 1985 e 1990."

O plebiscito ocorrerá numa conjuntura política

bastante distinta daquela da Assembléia Constituinte. Os setores conservadores da sociedade brasileira adquirem consciência do esgotamento do modelo de desenvolvimento econômico nacional. Passaram a falar em década perdida referindo-se ao período 1980 - 1990. Apostaram na saída neoliberal apoiando abertamente Collor, antes e depois da sua eleição. O fracasso do projeto econômico do governo Collor e as críticas às mudanças que Itamar busca imprimir a este projeto são evidências de que as classes dominantes não dispõem de um projeto nacional para a retomada do desenvolvimento econômico. A esquerda, apesar do crescimento na eleição presidencial de 1989, também não dispõe de um projeto deste tipo. É neste vazio político que Itamar Franco, mesmo sem projeto claro, vai acumulando pontos junto à opinião pública no que pese a má vontade de setores das classes dominantes, da grande imprensa e da Rede Globo.



Adotar sistema alemão é restringir presença popular e progressista no Congresso Nacional

Nesta conjuntura delineou-se no centro e na direita do espectro político um "projeto" de sentido preventivo. Trata-se de restringir o quadro de liberdades democráticas vigentes buscando evitar que em uma situação de crise possam crescer soluções efetivamente à esquerda. Não é fácil, contudo, fazer isto abertamente pois o momento político que vivemos é

Os debates na Assembléia Constituinte

Foram muitas as lideranças democráticas e populares que defenderam o parlamentarismo nos debates da Assembléia Constituinte. Resumiremos aqui o depoimento de João Amazonas, em 30.04.1987, à Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo da Assembléia Nacional Constituinte (), que expressou de forma condensada a posição do Partido Comunista do Brasil. O presidencialismo, sistema de governo que surge pela primeira vez na história quando da constituição dos Estados Unidos da América, após a Guerra da Independência das 13 colônias, correspondeu às necessidades de unificação daquele país. Mas naquele país, o executivo não concentra todo o poder pois ali: "o presidencialismo tem a demarcação muito bem delimitada dos três poderes: Judiciário, Legislativo e Executivo".*

Outro foi o processo da instauração do presidencialismo no Brasil, quando da Proclamação da República em 1889. Aqui "não (se) fez mais do que copiar o proces-

so existente nos Estados Unidos, e essa cópia tem sido nociva à realidade brasileira". O argumento básico da inadequação deste sistema à realidade brasileira está no forte viés autoritário presente na sociedade brasileira oligárquica, com forte influência do passado escravista, viés que projeta-se no novo sistema de governo e é reforçado por este. Conforme Amazonas: "É preciso que tenhamos perdido toda a noção da crítica histórica, para dizer que, algum dia, no nosso país, existiram três poderes independentes e harmônicos entre si. O presidencialismo, na realidade, é uma monarquia disfarçada, é a criação do regime autocrático e, dentro desse sistema, predominou sempre - não podia deixar de ser assim - o Poder Executivo. (...) É evidente que esse sistema presidencialista, assim instituído no Brasil, correspondia aos interesses econômicos das velhas oligarquias que existiam em nosso país e eram na realidade as classes dominantes. Oligarquias que tinham expressão maior nos Estados de São Paulo e Minas Gerais, - não é por acaso que essas duas oligarquias se revezaram no poder durante quase sessenta ou setenta anos."

O autoritarismo próprio ao sistema de governo brasileiro foi reforçado pela particularidade de que "no Bra-

(*) *Diário da Assembléia Nacional Constituinte (Suplemento), 20.06.1987, pp.58-68.*

fruto da resistência democrática ao regime militar, da campanha das Diretas Já e da eleição de Tancredo Neves, e foi consolidado na Constituição aprovada em 1988. Líderes da direita, como Paulo Maluf, falam abertamente em revisão constitucional, tendo criado na Prefeitura de São Paulo uma comissão de notáveis para realizar estudos com este objetivo. Já setores de centro, como o PSDB de Serra e Fernando Henrique, buscam restringir a democracia política tentando "driblar" a Constituição.

A plataforma deste "projeto" é bastante sintética e pode ser expressa no lema da "adoção do sistema alemão" e implica: diminuir a representação parlamentar-popular-progressista com a introdução do voto distrital misto e reduzir o número de partidos criando obstáculos à sua existência através da adoção da chamada "cláusula de barreira", como pretendem os projetos de João Almeida (PMDB-BA), José Fogaça (PMDB-RS) e do senador Fernando Henrique (6).

Os principais defensores destas medidas estão no campo parlamentarista, hoje majoritário nas forças políticas, mas encontram-se também entre os presidencialistas. Assim é que Bolívar Lamounier (7) identifica nas elites "uma crescente convicção de que o modelo dos anos 30 está esgotado, econômica e institucionalmente". O "projeto" de Bolívar é: "parlamentarismo, como disse, munido de defesas (como a *moção de censura construtiva*) contra o fato historicamente consumado da nossa fragilidade partidária; representação proporcional, mas num formato operacional distinto do que temos praticado. Parece-me, sob este último aspecto, que a adaptação do modelo ale-

mão seria alternativa apropriada, na medida em que associa o critério proporcional na alocação global das cadeiras a uma mecânica distrital (majoritária) para o preenchimento de metade das vagas, com a prévia exclusão de partidos que não atinjam 5% da votação nacional."

Já o presidencialista Luciano Martins (8) propõe a manutenção do atual sistema de governo, aliado à melhoria da "representação política, através das reformas eleitoral e partidária". A título de ilustrar as reformas que têm em mente afirma: "Teremos então o número de partidos reduzido para oito ou 12 (conforme o filtro de 5% ou 3% do voto nacional estabelecido como condição para formar um partido)." De sua parte o presidencialista Paulo Maluf usou o discurso de posse na Prefeitura de São Paulo para defender a adoção do voto distrital e uma ampla reforma partidária (9).

Existe então uma plataforma comum entre presidencialistas e parlamentaristas conservadores: a elitização da representação política com a exclusão de correntes hoje minoritárias. Esta ofensiva conservadora e antidemocrática em curso superpõe-se assim ao plebiscito de abril.

Evidentemente, não há correlação necessária entre o parlamentarismo e reformas políticas e eleitorais que visam restringir o direito de representação política partidária. Existem os que querem forçar esta correlação como Roberto Batochio, presidente da OAB - SP, colocando a adoção do voto distrital e a reforma partidária como pré-requisitos à implantação do parlamentarismo (10).

sil o presidencialismo foi montado e desenvolveu-se sob a égide do militarismo, que é também um poder e que se transformou, através do processo histórico brasileiro, num superpoder".

É portanto sob o prisma de uma maior democratização da vida política brasileira que os comunistas, entre outras forças de esquerda, defenderam a solução parlamentarista, sem ver neste sistema de governo solução para os problemas de fundo da sociedade brasileira, como atesta o trecho final do referido depoimento de João Amazonas: "Não tenho ilusão alguma, porque sou socialista e revolucionário, de que o parlamentarismo vai resolver os problemas fundamentais da nossa pátria, mas creio que como sistema de governo, dentro do quadro vigente, permite muito mais a educação do povo, a organização do povo, a mobilização das massas, porque ele desperta a consciência nacional e os deveres cívicos dos cidadãos."

Os argumentos contrários à implantação do parlamentarismo concentraram-se em duas questões: a inexistência, entre nós, de partidos consolidados e a tese de que o parlamentarismo determinaria no Brasil crises repetidas. Tal argumentação mereceu de Amazonas a enfática resposta:

"Ao contrário, sou da opinião de que o único sistema que pode consolidar os partidos políticos é precisamente o parlamentarista, porque só através deste sistema os partidos adquirem expressões na vida política; somente

no parlamentarismo eles podem jogar um papel de maior significação, e seus programas, suas diretivas, suas orientações começam a ganhar raízes no seio da sociedade.

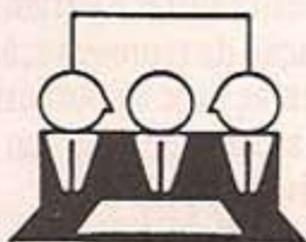
O argumento de que não se pode implantar um sistema se não existem partidos consolidados, a história o desmente. Por exemplo, tivemos mais de cinquenta anos de ditadura em Portugal. Que partidos consolidados existiam em Portugal? E na Espanha tivemos quarenta anos de franquismo. Que partidos existiam consolidados na Espanha? Apesar disso, quando se derrubou a ditadura, iniciaram-se tanto em Portugal quanto na Espanha, governos de características parlamentares."

Já o argumento do parlamentarismo como fator de crises, argumento preferido dos conservadores nos debates da Assembleia Constituinte, mereceu resposta irônica da parte de João Amazonas, até pela sua evidente inconsistência: "Parece-me que falam de corda em casa de enforcado, porque em noventa e cinco anos de vida republicana este país não fez outra coisa senão enfrentar crises após crises. Essa é a realidade do nosso país. E estamos continuando a enfrentá-las. Acho que as crises são inevitáveis, porque decorrem não propriamente do sistema de governo; são outras as injunções que determinam as crises. E penso que o sistema parlamentarista é muito mais adequado à solução e ao encaminhamento das crises do que o sistema rígido do presidencialismo." (O.F.J.)

É notável que o deputado britânico J. Arnold, do Partido Conservador, desavisado desta manobra, tenha defendido a adoção do voto distrital no Brasil, mas “tenha aberto o jogo” sobre os objetivos antidemocráticos desta medida afirmando: “Na Itália (parlamentarista), eles trabalham com listas proporcionais que dão força aos partidos pequenos e freqüentemente extremistas. (...) Uma vez decidido seguir um sistema parlamentarista é necessário considerar o método de eleição. Se através de distritos, o que freqüentemente resulta em um dos partidos fortes ganhando a eleição, ou um sistema proporcional que permite a fascistas e comunistas conquistarem uma minoria.” (11)

Ou seja, para o discípulo de Margareth Thatcher: façamos eleições, desde que saibamos o resultado com antecedência. Seguramente Cromwel, o grande republicano britânico do Século XVII, tremeu em sua tumba com opiniões como esta.

Parlamentarismo democrático é resposta popular à ofensiva antidemocrática



É sem dúvida uma conjuntura propícia à confusão. As forças populares e democráticas mais avançadas têm hoje uma enorme responsabilidade. A defesa do parlamentarismo é cada dia mais atual. Devemos defender e votar na opção parlamentarista quando do plebiscito. Mas fazer isto desde já sob o lema do “parlamentarismo democrático”, ou da “República parlamentarista democrática” buscando reunir forças na sociedade brasileira para contrapor-se à ofensiva antidemocrática em curso. Ofensiva feita tanto sob a bandeira do parlamentarismo quanto do presidencialismo. É claro que o sistema eleitoral e partidário brasileiro tem distorções. Basta ver o número de eleitores necessários para eleger um deputado federal por São Paulo e por Rondônia. São distorções como estas que devem ser corrigidas para que, ao contrário do que apregoam os defensores do voto distrital, seja aperfeiçoada a representação proporcional na Câmara Federal. A luta pela correção destas distorções visa o fortalecimento da liberdade política e não se confunde com esta ofensiva antidemocrática em curso.

Por fim, cabe examinar os argumentos favoráveis ao presidencialismo que circulam entre setores do PT e PDT. Argumenta-se que as eleições presidenciais têm sido os momentos de maior participação política do povo brasileiro e sonha-se com Lula ou Brizola eleito presidente em 1995. A primeira afirmação tem que ser relativizada pela importante participação popular em campanhas não presidenciais como “O Petróleo é nosso”, “Diretas Já” e “Fora Collor”. E no que ela tem de verdade trata-se de constatação do já existente. É claro que o povo brasileiro tem tido

uma participação política mais ampla na eleição presidencial que na eleição de um deputado federal. Afinal vivemos em sistema presidencialista onde o centro do poder político está no presidente e não no Congresso Nacional. Outro será o quadro em sistema parlamentarista onde o eleitor elegerá deputados de partidos que de fato constituirão o governo. Além disso a adoção do parlamentarismo não exclui a eleição direta do presidente da República, evidentemente com poderes delimitados a certas funções já que o chefe de governo será o Primeiro Ministro. Esta tem sido a experiência da França e de Portugal, por exemplo.

Já a idéia de que tudo mudará com este ou aquele líder político na presidência, não passa de pura ilusão daqueles que não vêem que a eleição é apenas um momento da luta pela alteração na correlação de forças, de forma a constituir um novo poder político. E esta luta se desenvolverá mais livremente em sistema parlamentarista.

Aliás este tipo de ilusão enfrentará um bom teste em escala reduzida, local, a partir de agora com a recente eleição de prefeitos de esquerda em médias e grandes cidades sem nenhuma correlação com a eleição simultânea de bancadas expressivas de vereadores progressistas. É o caso por exemplo de cidades como Florianópolis, Ribeirão Preto e Natal onde o prefeito conseguiu eleger *um* ou nenhum vereador de seu próprio partido.

OLIVAL FREIRE Jr. é professor da UFBA e editor da *Princípios*.

NOTAS

(1) RODRIGUES, Leôncio Martins - Contra o delírio mudancista. *Folha de S. Paulo*, 29.11.1992. O professor Leôncio, coerente com a sua posição quanto às mudanças também opina contra a introdução do voto distrital, puro ou misto, com o importante argumento de que este sistema “cristaliza currais e diminui a representação política”.

(2) DINIZ, Hindemburgo Pereira - *A monarquia presidencial* - Editora Nova Fronteira, 1984, p.24. Trata-se de livro fundamental sobre as origens históricas dos sistemas de governo, com farta documentação e análise sobre os processos históricos dos EUA e da Inglaterra, onde o autor desenvolve a tese do parlamentarismo como resultado “da evolução da democracia representativa, ao contrário do espécime americano, que se inspirou em um momento intermediário da luta contra o absolutismo monárquico” (p. 120).

(3) MACIEL, Marco - Discutir o passado ou o futuro?, *Folha de S. Paulo*, 08.01.1993.

(4) MARTINS, Luciano - A aventura parlamentarista - *Folha de S. Paulo*, 03.01.1993.

(5) STEPAN, Alfred - Parlamentarismo x Presidencialismo no mundo moderno: revisão de um debate atual, *Estudos Avançados*, 4(8), 1990, 96-107.

(6) Para uma análise destas medidas ver matérias de Haroldo Lima, Sérgio Sêrvulo e Walter Sorrentino, nesta mesma edição da *Princípios*.

(7) LAMOUNIER, Bolivar - O modelo institucional dos anos 30 e a presente crise brasileira, *Estudos Avançados*, 6(14), 1992, pp.39-57.

(8) MARTINS, Luciano - A aventura parlamentarista - *Folha de S. Paulo*, 3.01.1993.

(9) *Folha de S. Paulo*, 02.01.1993.

(10) *O Estado de S. Paulo*, 05.01.1993

(11) *Folha de S. Paulo*, 29.11.1992.

O sistema distrital no Brasil *

SÉRGIO SÉRVULO DA CUNHA

O voto distrital no Brasil foi abolido em 1930.

*Na história brasileira
este tipo de voto coincidiu com projetos
e períodos de restrição
ao exercício da vida democrática*

A simples descrição de uma figura ou de um instituto eleitoral não é suficiente para apreendermos todo o seu alcance e suas repercussões na vida de um povo. Apenas os políticos experientados conseguem avaliar num relance as mudanças que as alterações no sistema eleitoral podem provocar na estrutura do poder. Por isso, embora nem sempre o povo se sensibilize pelas mudanças na legislação eleitoral, são elas as que mais atraem a atenção dos políticos. Na história dos países democráticos não houve revolução profunda que não tenha sido precedida ou acompanhada de reforma eleitoral. Mussolini, por exemplo, receando a unidade das oposições, efetuada após o assassinato do deputado socialista Matteotti, instituiu na Itália a eleição majoritária, em distritos uninominais. Essa reforma, de 1925, não chegou a ser aplicada, porque em novembro de 1926 foram extintos os partidos de oposição. Em maio de 1928 aboliu-se o sufrágio universal, extinguiu-se a representação popular e implantou-se um sistema de representação corporativa.

Só podemos compreender o sistema distrital se medirmos todas as conseqüências da sua implantação. No capítulo anterior já mencionamos três dessas conseqüências: o reforço do "status quo", a queda na representação dos partidos menores, o estreitamento do quadro partidário. Nos capítulos que seguem vamos conversar sobre esses e sobre outros efeitos do sistema distrital, situando-os dentro da história brasileira e da experiência de outros povos. Desde já, fixemos o seguinte: nem sempre nós enxergamos a relação de causa e efeito entre fenômenos distanciados entre si, ou pertencentes a situações aparentemente distintas.

(*) Fragmentos do livro *O que é voto distrital* de Sérgio Sérvulo da Cunha, publicado por Sérgio Antonio Fabris Editor. Porto Alegre, 1991, pp.17-22. Nossos agradecimentos ao autor e ao editor pela autorização para esta publicação.



Vou dar um exemplo. A Constituição brasileira trata dos partidos políticos em seu artigo 17, dizendo que é livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardadas a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana. Diante desse enunciado constitucional parece que a existência de partidos políticos depende unicamente do livre jogo das forças sociais; entretanto, a legislação eleitoral, que fica abaixo da Constituição, cria na prática as condições de existência e sobrevivência de partidos políticos. O sistema eleitoral condiciona o sistema partidário e pode obliquamente, sem que o notemos, fulminar grupos, propostas ou partidos políticos. Se não estivermos atentos para esse nível de causalidade, a malícia do legislador eleitoral pode ofender, sem o percebermos, o princípio abstrato da Constituição: poderemos pensar que o quadro partidário existente resulta do livre jogo das tendências sociais; partidos nati-mortos são partidos que não são vistos; mas nem sempre terão morrido de morte natural.

O sistema distrital, estreitando o quadro partidário, é, em última instância, um sistema que objetiva a formação de blocos majoritários no Parlamento. Este é o objetivo real dos distritalistas, embora nem sempre, ou raramente, tragam o argumento à discussão. A razão é que dificilmente esse argumento seria aceito pelos eleitores; pesquisa efetuada no Reino Unido, em 1976, pela Comissão de Reforma Eleitoral (*The Hansard Society, 1976: The report of the Commission on Electoral Law*, cit. por Dieter Nohlen), mostrou, entre outras conclusões, que 25% dos eleitores não votam nos partidos favorecidos pelo sistema eleitoral; mais de 60% dos entrevistados, ao tomar conhecimento de qual seria a representação de cada partido na Câmara dos Comuns, caso as cadeiras fossem distribuídas proporcionalmente, manifestou preferência por este sistema. Outra razão é que, se explicita-

do o objetivo real dos distritalistas, colocaria-se em xeque a constitucionalidade da reforma que pretendem. Em países cujas Constituições consagraram o pluralismo político e o pluralismo partidário, sistemas eleitorais determinantes de maiorias seriam inconstitucionais.

**O chefe republicano
Júlio de Castilhos
era sistematicamente
derrotado
no seu distrito**



Todos nós sabemos que o sistema eleitoral do Império era restrito e antidemocrático, a começar pelo voto censitário; ou seja, só podia votar quem tivesse bens ou renda acima de um determinado nível. O processo eleitoral mal disfarçava o que existia na realidade, que era uma verdadeira nomeação dos deputados; os críticos mais suaves desse sistema diziam que o Imperador, afinal de contas, era quem escolhia os representantes da nação. Vários fatores, entre eles a inexistência de uma verdadeira Constituição, contribuíram para a falta de representatividade. Um deles era o voto distrital, adotado com a chamada Lei dos Círculos (Lei n.º 842, de 19.09.1855); a Lei do Terço (Lei n.º 2.675, de 20.10.1875), que pretendia garantir às minorias a terça parte da representação, não vingou e foi revogada pela Lei 3.029, de 09.01.1881. A Lei dos Círculos dividira as províncias em distritos uninominais; a segunda Lei dos Círculos (Lei 1.082, de 18.09.1860), alargara os distritos, dando a cada um três deputados. A Lei Saraiva (1881) restabeleceu os distritos uninominais. Durante o longo período imperial sofremos a inexistência de partidos verdadeiros. Os assim chamados partidos conservador e liberal, que se alternavam no poder, eram grupelhos minoritários, que somente sobreviviam pelos favores do monarca; toda oposição verdadeira ou proposta alternativa fora eliminada através da repressão, principalmente nas lutas logo após a independência; quando nasceu o Partido Republicano, este não teve condições de se constituir pela via eleitoral e parlamentar; a primeira eleição realizada após 1889 deu aos republicanos a vitória nos mesmos distritos onde anteriormente eram sempre esmagados; na última eleição efetuada para a Câmara dos Deputados no Rio Grande do Sul, durante o Império (agosto de 1889), os liberais (partido da situação) fizeram seis deputados, enquanto os conservadores e os republicanos não elegeram nenhum; o grande chefe republicano, Júlio de Castilhos, que viria na República a comandar o Rio Grande do Sul, concorria ao Parlamento imperial no mesmo distrito do chefe liberal Silveira Martins, onde era sistematicamente derrotado.

A República Velha também se caracterizou pela falta de representatividade e pela hipocrisia do sistema eleitoral. Costuma-se falar muito nas "atas falsas",

que a Revolução de 30 prometeu exterminar. Mas o que pervertia o sistema eleitoral da República Velha era menos a fraude na qualificação dos eleitores, na recepção e apuração dos votos, do que no "reconhecimento" do seu diploma, ou "verificação" dos seus poderes. Eleito, o candidato era diplomado no próprio distrito, e, para tomar posse, apresentava seu diploma à Câmara dos Deputados. Por ser notória a fraude e coação no processo eleitoral, a Câmara instituiu uma comissão com o objetivo declarado de recusar o candidato escolhido tortuosamente; ora, o que fazia essa Comissão era admitir apenas os candidatos que lhe conviessem (...) O deputado gaúcho Assis Brasil, o maior defensor da reforma eleitoral e instauração do sistema proporcional dizia: *"No regime que botamos abaixo com a Revolução, ninguém tinha a certeza de fazer-se qualificar, como a de votar (...) Votando, ninguém tinha a certeza de que lhe fosse contado o voto (...) Uma vez contado o voto, ninguém tinha a segurança de que seu eleito havia de ser reconhecido através de uma apuração feita dentro desta Casa e por ordem, muitas vezes, superior."* O movimento de 1930 empenhou-se em cumprir a promessa de reforma eleitoral, que Getúlio Vargas reafirmou em seu discurso de posse na Presidência da República.



**Castelo Branco queria
o voto distrital.
Não precisou. O AI-2
extinguiu
os partidos políticos**

O novo código eleitoral (Dec. 21.076, de 24.02.32), de cuja redação participou Assis Brasil, adotou o princípio da representação proporcional na eleição para a Câmara dos Deputados, com diplomação dos candidatos que, na lista partidária, alcançassem o quociente. Portanto, somente com a Revolução de 30 que criou a Justiça Eleitoral, extinguiu o processo de "reconhecimento", alargou o sufrágio e instituiu o voto feminino foi abolido entre nós o sistema distrital. O sistema proporcional só começou a funcionar efetivamente com a Constituição de 1946 e logo produziu frutos: partidos de âmbito nacional, um quadro pluripartidário, a progressiva democratização na representação. Não cessaram porém as tentativas retrógradas de restauração da eleição distrital, entre as quais podemos mencionar o anteprojeto Edgard Costa, elaborado por incumbência do ministro da Justiça (1958); o projeto de lei n.º 1.036/63, do deputado Oscar Corrêa; o projeto de lei n.º 2.152/64, do deputado Franco Montoro; o projeto de lei n.º 280/77, do Senador José Sarney. Os projetos contemporâneos à Constituição de 1946 não podiam prosperar, tendo em vista ter sido acolhido, em seus artigos 56 e 134, o princípio da representação proporcional. (Deixei de incluir na relação acima o projeto n.º 38/60, do senador Milton Campos, visto que, extremamente coe-

rente com sua justificativa, o que ele propunha era o *voto distrital*, e não a *eleição distrital*).

O general Castelo Branco, ao assumir o comando da República na crista do golpe de 1964, pretendeu reformar a legislação eleitoral, criando a eleição por distritos, solicitou então ao Tribunal Superior Eleitoral um estudo nesse sentido. A comissão redatora desse estudo, presidida pelo ministro Vilas Boas, propôs a adoção do sistema distrital misto, com metade dos deputados eleita por distritos e a outra metade mediante distribuição proporcional das cadeiras. Afinal, a reforma não se fez necessária; alcançou-se o mesmo objetivo ao modo como Alexandre cortara o nó górdio: o Ato Institucional nº 2, de 1965, extinguiu os partidos políticos existentes, e criou um artificial sistema bipartidário; é sabido como, para completar o número de deputados necessários à montagem da oposição consentida (o MDB), Castelo Branco precisou rogar a deputados da situação, abrigados na Arena, que se transferissem para o MDB.

A Ordenação de 1967 manteve a referência à representação proporcional, em seu art. 143. Ao outorgarem a Ordenação de 1969, os ministros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, assim fizeram constar em seu art. 148: "*O sufrágio é universal e o voto direto e secreto, salvo nos casos previstos nesta Constituição; os partidos políticos terão representação proporcional total ou parcial, na forma que a lei estabelecer.*" Reabriu-se, assim, a temporada de caça à representação democrática. O bipartidarismo forçado veio a ser extinto somente em fins de 1979. Deixara de interessar, ao governo castrense, a existência de um sistema partidário polarizado, em que o descontentamento do povo o levasse a votar em massa na oposição.

**Ibrahim Abi Ackel
criou comissão
para fazer anteprojeto
instituinte
voto distrital misto**



Por que, entre 1969 e 1979, sendo permitida constitucionalmente a adoção do sistema distrital, e havendo vários projetos nesse sentido no Congresso, não se aproveitou a oportunidade para instaurá-lo? É que, adotado esse sistema durante a ditadura, ele teria conduzido à extinção do MDB; o regime perderia, com isso, importante elemento propagandístico: a existência de uma oposição consentida - tanto quanto a de algo a que se chamara de "Constituição" - criava uma aparência de Estado democrático de direito.

No lugar da Arena inventou-se o PDS. No lugar do MDB, erigiu-se o PMDB. A relativa liberdade de criação de partidos políticos levou entretanto, como desejava o governo, ao fracionamento da oposição. No início de 1982, porém, o PP fundiu-se com o PMDB, tornando problemática a manutenção da maioria do PDS. Veio aí o "pacote de maio", com

a emenda constitucional nº 22, entre outras providências, acrescentou um parágrafo ao art. 148 da Ordenação: "*igualmente na forma que a lei estabelecer, os deputados federais e estaduais serão eleitos pelo sistema distrital misto, majoritário e proporcional.*" Em 30.07.82, o ministro da justiça, Ibrahim Abi Ackel, criou comissão para elaborar anteprojeto de lei instituindo o voto distrital misto. O projeto respectivo (nº 261/83) foi enviado ao Congresso no mês de março de 1983; ele previa: a) a divisão do território dos Estados em distritos e subdistritos para a eleição, respectivamente de deputados federais e de deputados estaduais; b) os distritos seriam uninominais e seu número, em cada Estado, igual à metade dos lugares a preencher; c) a demarcação dos distritos levaria em conta: a equivalência aproximada do número de eleitores e de habitantes; condições sócio-econômicas semelhantes e a contiguidade de área, preservada, quanto possível, a unidade municipal; respeito aos limites das zonas eleitorais; facilidade de comunicações, estradas e meios de transporte na área do distrito; d) a divisão distrital de cada Estado só poderia ser alterada após o resultado de cada censo decenal. Esse projeto não chegou a ser votado; antes que se ferissem as eleições seguintes, previstas para 1986, Tancredo Neves foi escolhido presidente, pelo Colégio Eleitoral; teve início o que na época se chamou de Nova República; o Congresso apressou-se em enterrar o chamado "entulho autoritário" e - até que se pudesse instalar a Constituinte - em expurgar da Ordenação de 1967-69 os seus vícios mais flagrantes. No dia 8 de maio de 1985 foi aprovado substitutivo do deputado João Gilberto a projeto de emenda constitucional; a emenda constitucional nº 25 daí resultante, dentre outras medidas que adotou, restabeleceu a eleição direta para presidente da República, extinguiu o processo de nomeação de prefeitos em municípios declarados de interesse da segurança nacional, restaurou o sistema pluripartidário, e extinguiu o sistema distrital previsto no art. 148 - parágrafo único da Ordenação.

Com exceção de um só, os projetos de lei referidos acima tentavam implantar o sistema distrital misto; vamos examiná-los em outro capítulo. Neste, resta examinar o único desses projetos que optava pelo sistema distrital puro, ou seja, o Projeto de lei nº 280/77, apresentado pelo senador José Sarney. Segundo ele, cada Estado seria dividido em tantos distritos quantos as vagas de deputado federal a preencher; assim, os distritos seriam uninominais; a demarcação dos distritos, a ser feita pelo Tribunal Superior Eleitoral, observaria os seguintes critérios: população, contiguidade e aspectos sócio-econômicos, a *demarcação só poderia* ser alterada após a realização de duas eleições sucessivas (praticamente, após oito anos).

SÉRGIO SÉRVULO DA CUNHA é advogado, Professor da Faculdade Católica de Direito de Santos, foi Vice-Prefeito, pelo PSB, desta cidade e um dos advogados da acusação a Collor.

O voto distrital na Europa e EUA

WALTER SORRENTINO

Uma reforma democrática do sistema eleitoral deve atender à realidade do meio em que vai ser operada. Sobrepor "distritos eleitorais" aos nossos municípios é evidente casuísmo

•20•

É bastante atual resenhar a tese de mestrado da advogada Iclea Hauer da Silva, à cadeira de Direito Político da UFRJ, apresentada em 1985, sob orientação do Prof. Arno Wehling. Intitulada "O Voto Distrital", a tese estuda a conveniência à adoção no Brasil do sistema eleitoral majoritário (o "voto distrital"). Foi realizada, tendo em vista a implantação desse sistema no Brasil prevista pela Emenda Constitucional 22/82, posteriormente revogada (portanto, sem ter sido praticado uma vez sequer) pela Emenda 25/85.

A atualidade decorre do intento de reformas do sistema eleitoral e partidário no Brasil, quando se afirma a excelência do voto distrital misto para permitir a redução da "orgia" de partidos existentes. Busca-se, particularmente no sistema misto alemão, o exemplo, mais uma vez decalcando de outra realidade política soluções para o nosso país. E isso é feito, falaciosamente, assegurando "melhorar a representatividade do sistema proporcional", como afirma o senador F.H. Cardoso no seu Projeto de Lei sobre a matéria.

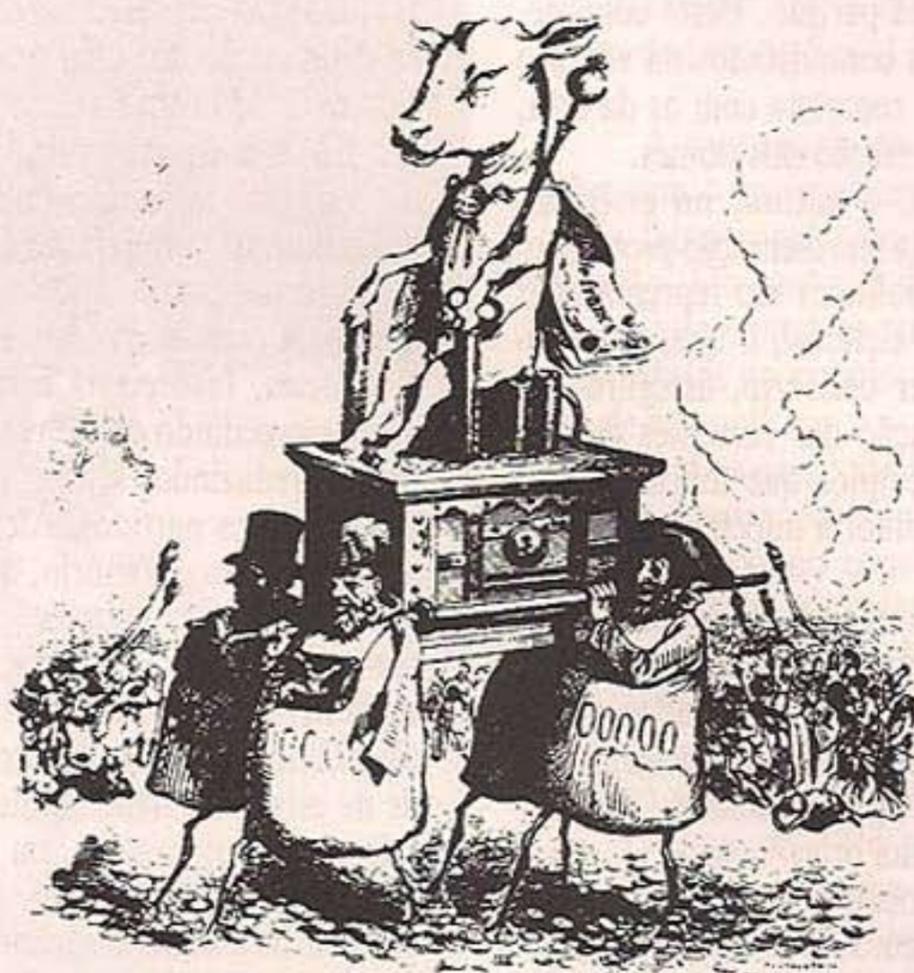
A autora se debruça sobre as relações entre sistemas eleitorais e partidos políticos e o funcionamento dos sistemas eleitorais de quatro grandes países que adotam o sistema majoritário: Grã-Bretanha, EUA, França e República Federal da Alemanha. Visa, particularmente, estudar as implicações do sistema majoritário aplicado ao Brasil, tomando por base as eleições de 82, não sem antes submeter a uma apreciação histórico-crítica do sistema eleitoral brasileiro.

É útil apresentar suas principais apreciações, sobretudo da experiência daqueles quatro países. Primeiramente, ela debate as origens do sistema partidá-

rio. Busca a origem do bi ou pluripartidarismo no contexto histórico, no desenvolvimento das instituições políticas, na tradição, cultura e mentalidade de cada nação. Entretanto, aceita a generalização, de Duverger (Os partidos políticos, Zahar e Ed., UnB, 1980), de que há uma ligação visceral entre o sistema eleitoral e o partidário, uma reciprocidade de influências segundo três fórmulas gerais: "a representação proporcional tende a um sistema de partidos múltiplos, rígidos, independentes e estáveis; o escrutínio majoritário em dois turnos (como o da França) tende a um sistema de partidos múltiplos, flexíveis, dependentes e relativamente estáveis; e o escrutínio majoritário de turno único tende a um sistema dualista, com alternância de grandes partidos independentes." A partir disso é que ela vai estudar as vicissitudes do sistema majoritário em vigor naqueles quatro países.

No sistema britânico, ela demonstra que sua propalada excelência consiste em garantir a alternância do poder absolutamente majoritário de um dos dois grandes partidos (Conservador ou Trabalhista), excluindo praticamente a representação dos pequenos partidos e assegurando a sobrevivência do liberal, como fiel da balança. Tem sido grande a reação em prol do voto proporcional, visando assegurar direito de representação à minoria. Isso porque as distorções na representação ficam evidentes: em 1974, os Conservadores fizeram maioria de votos sobre os trabalhistas, sem conquistar maioria de cadeiras; em 1979, os liberais, com 25,3% dos votos só conseguiram 4% das cadeiras, enquanto os trabalhistas, com 27,6% dos votos fizeram 36,9% dos lugares.

Nos EUA vige o sistema majoritário uninominal, que se ajustou perfeitamente ao bipartidarismo exis-



tente no país desde fins do século XVIII. O sistema se alia à forma como é eleito o presidente (indiretamente) e à organização do Congresso, onde o controle das comissões e cargos mais importantes exigem o apoio de uma maioria de membros, o que por si só afasta a possibilidade de atomização partidária. O resultado é um sólido alijamento de outras tendências partidárias da representação parlamentar.

Na França, em 1968, o PCF obteve no 1.º turno 20% dos votos, mas só fez 7% das cadeiras



Na França vigia o sistema majoritário distrital, uninominal, em dois turnos, desde a V República, em 1958. No pós-guerra, o sistema majoritário, que prevaleceu longamente na história francesa, foi substituído pelo sistema proporcional, com o qual se elegeram os Constituintes de 45 e 46 e se instalou a Assembleia da IV República, sendo muito beneficiados os comunistas, socialistas e republicanos. A V República, com De Gaulle, reimplantou o majoritário em dois turnos. Os departamentos foram divididos em distritos, de acordo com o número de deputados a eleger. No primeiro turno, elegiam-se os que alcançavam maioria absoluta dos votos ou 25% dos eleitores. No segundo turno, bastava a maioria relativa, mas para ter acesso a ele exigia-se que o candidato houvesse concorrido ao primeiro turno e alcançado, nele, um mínimo de 5%, que posteriormente passou a 10% e, finalmente, a 12,5% dos votos (uma espécie de “cláusula de barreira” que foi a forma de prejudicar a esquerda em algumas circunscrições). Em 1968, os re-

sultados das eleições gerais mostraram o resultado da mudança: o PC, com 20% dos sufrágios no primeiro turno, fez 7% das cadeiras, enquanto a “maioria”, com 46% dos sufrágios fez 74% das cadeiras. O mesmo se deu em 1973, quando o PC fez 21% dos votos e 15% das cadeiras e a maioria fez 36% dos votos e 54% das cadeiras.

Finalmente, a Alemanha. Denominam seu sistema eleitoral de “representação proporcional personalizada”: metade dos lugares são preenchidos pelo voto majoritário uninominal e a outra metade pela representação proporcional de lista estadual. Tal sistema foi implantado após a guerra, fruto de um equilíbrio de forças entre os democratas cristãos (que defendiam o sistema britânico) e os social-democratas (que, aliados a partidos menores, defendiam o sistema proporcional). Para evitar a proliferação de agremiações menores, de resto garantido quase “automaticamente” no sistema distrital puro como o britânico, instituíram uma “cláusula de barreira”, segundo a qual só podem concorrer à distribuição de cadeiras segundo a proporção dos votos obtidos os que obtiverem pelo menos 5% do total nacional de sufrágios, ou que tenham alcançado um mínimo de três cadeiras pela votação distrital.

O sistema funciona assim: o país é dividido em número de distritos igual à metade das cadeiras a preencher. Cada distrito elege seu representante. A outra metade das cadeiras é preenchida, pela proporção dos votos, segundo lista apresentada pelos partidos. Cada eleitor dispõe de dois votos: o primeiro para o candidato distrital, sendo eleito o que alcançar maioria relativa dos votos naquele distrito; o segundo, para a lista partidária cujos candidatos concorrem no âmbito de todo o Estado. É o resultado desta se-

gunda votação que vai determinar o percentual de mandatos a que faz jus cada partido. Desta cota, deduz-se o número de lugares conquistados na votação majoritária distrital e se os completa com os da lista, segundo a ordem de apresentação dos nomes.

Em seus argumentos, a autora, no essencial, demonstra a superioridade da representação proporcional, na qual “os partidos políticos são representados na proporção de sua força eleitoral, o que, sem retirar a maioria do seu poder decisório, assegura, em contrapartida, a representação das correntes de opinião minoritárias”. Os exemplos que utiliza deixam flagrante o alijamento da minoria impetrado no sistema majoritário.

Ela destaca que “uma reforma do sistema eleitoral deve atender, antes de tudo, à realidade do meio em que vai ser operada”. Nesse sentido, deixa muito marcado que o sistema majoritário tem origem própria na história política dos países estudados. Na Grã-Bretanha, os distritos têm sua origem em 1254, quando o rei Henrique III convocou 2 cavaleiros por condado para compor uma assembléia de representantes; é no século XIX que o sistema adquire sua forma atual. Na França, igualmente, tal sistema predominou ao longo da história política francesa desde pelo menos 1302. Nada a ver com a tradição brasileira, que se organizou com os municípios aos quais, sobrepor “distritos eleitorais” seria evidente casuismo.

22.

**Nos EUA casuismo na
marcação dos
distritos eleitorais
recebeu este
nome: gerrymandering**



Outro destaque ela dá à histórica contestação democrática sofrida por esses sistemas nos países citados. Na Grã-Bretanha, essa pressão mudancista vem sobretudo dos escoceses e galeses, cuja representação é muito afetada pelo sistema majoritário. A vitória conservadora de Thatcher em 1983 conseguiu adiar o debate sobre a reforma eleitoral na última década. Na França, voltou-se à representação proporcional em 1986, como reação democrática às distorções do sistema majoritário. Ela ressalta, particularmente, a luta permanente pela demarcação dos distritos, uma das principais fontes de “casuismos” no sistema majoritário em todos aqueles países. Nos EUA, por exemplo, onde a responsabilidade é deixada à competência das Assembléias Estaduais, a prática cunhou o termo “gerrymandering”, ou seja, o casuismo de delinear distritos visando assegurar vantagens eleitorais, no caso o de um ex-governador de Massachussets (F. Gerry) que artificialmente delineou um distrito em forma de salamandra (salamander), para favorecer seu candidato. Ou ainda, distritos que variam populacionalmente entre si de até 136 para 1, afetando claramente o princípio democrático de “um cidadão, um

voto”. Também na França havia uma flagrante desigualdade na representação provinda dos casuismos na delimitação dos distritos, já que a última houvera sido realizada com base no censo de 1954.

Mas o aspecto central da crítica ela o dirige contra o sistema majoritário por impedir a representação das minorias: “em relação à realidade brasileira podemos afirmar que o sistema distrital se mostra inadequado. A criação dos distritos, beneficiando os partidos fortes, favoreceria a manutenção do ‘establishment’, impedindo o desenvolvimento político da sociedade e reduzindo, senão eliminando, a participação dos pequenos partidos. Além disso, a contraposição, em nosso vasto território, de áreas densamente povoadas às de pouca população, distorceria qualquer sistema distrital. (...) A votação distrital, ademais, por ser restritiva, inibiria a formação de grandes lideranças políticas. (...) O deputado, em razão da necessidade de estar vinculado às questões e reivindicações locais, transformar-se-ia em vereador, fixando-se em microproblemas regionais. (...) Retira do eleitor a liberdade de escolha obrigando-o a sufragar o nome indicado pelo partido no respectivo distrito.” Ademais, “a influência do poder econômico pode ser mais facilmente exercida e de maneira menos dispendiosa, dada a exigüidade do território de atuação, o mesmo acontecendo com a influência do Poder Público. (...) A formação de maiorias compactas, longe de ser benéfica, conduz à estagnação e imobilismo político, impedindo a participação das minorias na vida política”.

A autora se debruça pouco sobre o sistema misto alemão. Para o debate atual será necessário ter claro o mesmo (ou mais refinado) sentido restritivo desse sistema no que diz respeito às minorias. Os argumentos, pode-se dizer, estão contidos na própria crítica feita ao sistema majoritário em geral. Mas faz falta destacar que esse sistema visa evitar antidemocraticamente a representação de partidos, graças à “cláusula de barreira”: primeiramente porque exclui a representação partidária dos que não alcançam um mínimo de votos ou cadeiras; em segundo, porque no mínimo duplica a dificuldade dos pequenos partidos em alcançar sua representação, já que o quociente eleitoral é calculado com base em metade das cadeiras, que é a parte sujeita à representação proporcional; e, em terceiro, porque é notória a tendência a votar na lista do partido como extensão do voto dado ao candidato do distrito. Particularmente este último aspecto seria, nas condições do Brasil, reeditar o voto de curral, próprio da tradição do coronelismo oligárquico, em detrimento do fortalecimento das propostas partidárias. Vai ver é isso mesmo: por debaixo das filigranas que apresentam o modelo alemão como “sistema proporcional melhorado”, quer-se mesmo é o voto de curral. Na Alemanha como no Brasil.

A vitória de Clinton e a crise americana

LUIS MARCOS GOMES

Eleito, Bill Clinton tem como grandes desafios reativar a combalida economia americana e combater o desemprego, para o que tende a seguir receituário diverso daquele de Reagan/Bush

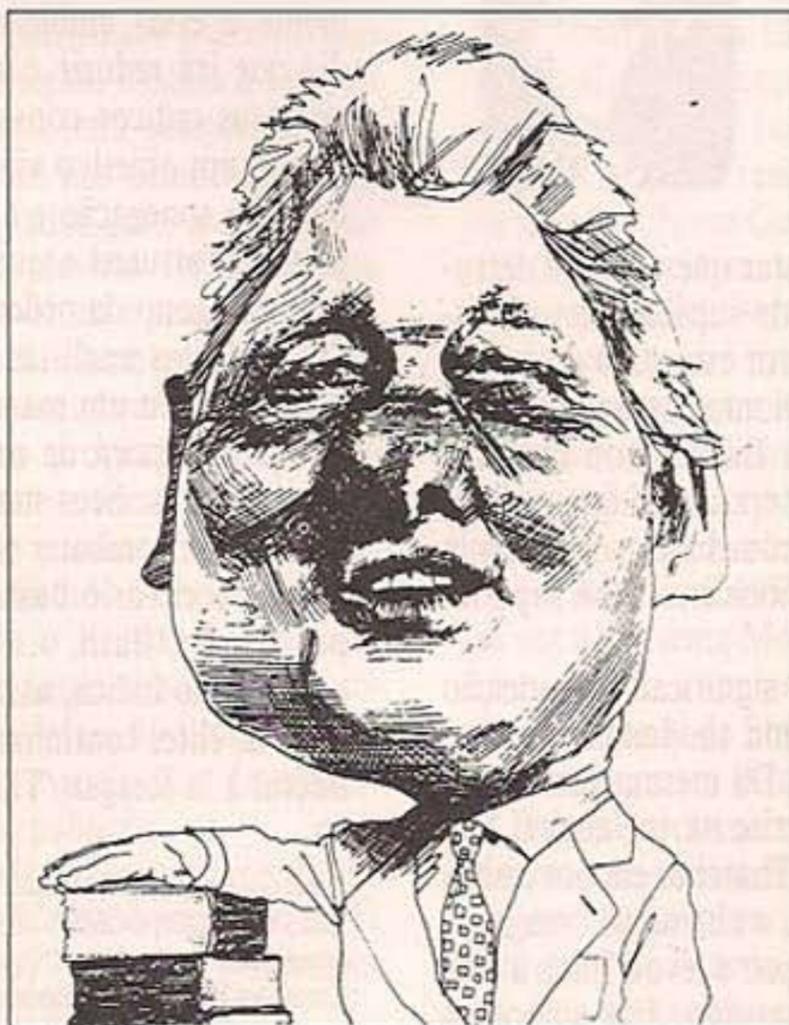
No dia 3 de novembro passado, com a eleição do candidato democrata Bill Clinton para a presidência dos Estados Unidos, encerrou-se naquele país um reinado do Partido Republicano iniciado em 1980 e que compreendeu dois períodos de Reagan e um de seu herdeiro dileto, George Bush.

A vitória de Clinton, governador do pequeno estado sulista do Arkansas, teve ampla repercussão dentro e fora dos Estados Unidos. Clinton recebeu 43% dos votos diretos, contra 38% dados a Bush e 19% ao candidato Ross Perot. O Partido Democrata manteve a maioria no senado e na câmara. Outro fato importante desta eleição foi o aumento do número de representantes das minorias: na câmara estão agora 38 negros (contra 25 anteriormente), 17 hispânicos (antes eram 11) e 4 deputados de origem asiática (eram 3). No senado, após um período de mais de sessenta anos, retorna um representante de origem indígena, o senador, pelo Colorado, Hightorse Campbell. Além disso, nas duas casas aumentou significativamente a presença de mulheres, tendo sido eleita a primeira senadora negra na história dos Estados Unidos, a democrata

Carol Moseley Braun, pelo estado do Illinois. O impacto da vitória de Bill Clinton realmente não poderia ser pequeno, uma vez que ele derrotou nada menos que o então presidente George Bush, o governante todo-poderoso que jogou a pá de cal derradeira na URSS e no bloco do Leste europeu, que liderou a agressiva coalizão militar contra o Iraque e que, enfim, surgiu como o principal arquiteto da chamada "nova ordem mundial", erigida sob a hegemonia da única superpotência militar do planeta, os Estados Unidos.

Comentando as razões da derrota de Bush, o jornal *Los Angeles Times*, um dos mais importantes dos Estados Unidos, observou que a força mais poderosa desta campanha presidencial não foi a personalidade ou o caráter de Clinton ou de Bush, mas a crise da economia norte-americana. Com efeito, os doze anos de administração republicana parecem ter levado os Estados Unidos a uma de suas mais graves crises do ponto de vista econômico e social.

O déficit público do governo americano deve ter atingido, ao final de 1992, a impressionante cifra de US\$ 350 bilhões; o déficit



DESENHO DAVID LEVINE

da balança comercial, durante o período Reagan, chegou a superar os US\$ 100 bilhões anuais e, de acordo com estimativas, deve ter ficado em torno dos US\$ 60 bilhões ao final do ano passado; no primeiro semestre de 1992, a taxa de desemprego atingiu 7,5% da força de trabalho, ou seja, implicando no desemprego aberto de 9 milhões de trabalhadores. Tudo isso parece ter composto o caldo de cultura que levou à derrota o "vencedor da guerra-fria", o presidente Bush. Os eleitores reagiram contra as administrações Reagan/Bush que promoveram aumento dos impostos, achatamento dos salários, diminuição de benefícios sociais e, por outro lado, criaram todo tipo de estímulo às imensas fortunas sob o argumento de que, com isso, estavam estimulando os investimentos privados.

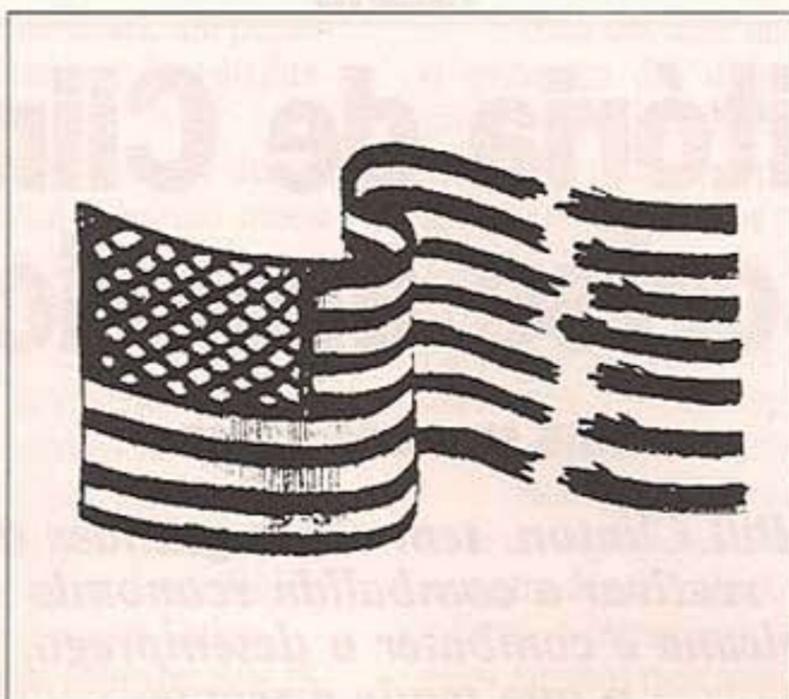
Para completar este quadro, está mais que claro que os Estados Unidos estão engalfinhados numa enorme guerra econômica e comercial com o Japão e a Europa Ocidental e, ao contrário do que ocorreu durante a guerra-fria com a URSS, desta vez estão perdendo. Só com o Japão, em 1990, os EUA tiveram um déficit comercial de US\$ 41 bilhões, o que explica a desastrada viagem feita por Bush a Tóquio, em janeiro de 1992, com o intuito de tentar forçar os japoneses a adquirirem mais produtos norte-americanos.

Analistas vêem na derrota de Bush o fim de uma era de superconservadorismo



Não são poucos os analistas que vêem na derrota de Bush o fim de uma era de superconservadorismo na política dos EUA. O editor executivo do prestigiado *Washington Post*, E.J. Dionne, assim se expressou: "A vitória do democrata Bill Clinton marca o fim do heroísmo conservador; época em que a direita desejava refazer o mundo com base na economia de mercado, nos valores tradicionalistas e na superioridade militar."

Não se deve exagerar o significado da eleição de Clinton, mas ela reflete uma mudança de curso que não deve ser minimizada. Da mesma forma que o "thatcherismo" entrou em crise na Inglaterra, forçando a renúncia de Margaret Thatcher em novembro de 1990 (ela assumiu em 1979), a chamada "reaganomics" também entrou em colapso e levou Bush à derrota, em novembro do ano passado. Em ambos os



países o neoliberalismo está em baixa. Nos Estados Unidos, para combater a crise social e econômica, muitos analistas falam de um "New Deal", versão Clinton, em que, obviamente, será conferido papel estratégico ao Estado no sentido de reanimar a economia, combater o desemprego e reformar o sistema de benefícios sociais, particularmente a assistência à saúde, considerada hoje um drama norte-americano pela quantidade de cidadãos que dela estão excluídos.

Durante a campanha, para confrontar diretamente a política de Bush, os partidários de Clinton usaram e abusaram da famosa frase "é hora de nos ocuparmos de nós mesmos", numa referência direta à crise enfrentada pelo país.

O plano de Clinton prevê a realização de um programa de gastos públicos visando a recuperação da infra-estrutura e da rede de transportes, com o objetivo de assegurar uma retaguarda para o investimento produtivo privado. Recursos da ordem de US\$ 20 bilhões anuais serão destinados à recuperação e renovação da infra-estrutura e à proteção do meio ambiente. Clinton também se dispõe a aumentar o financiamento da escola pública e de implementar um grande programa de treinamento e formação profissional da mão-de-obra. Na área de saúde, há a promessa de reformulação que visa assegurar a todos os norte-americanos acesso à assistência na saúde. Simultaneamente a essas ambiciosas metas, o novo presidente diz que irá reduzir o déficit público pela metade, o que seus críticos consideram uma contradição e não acham um objetivo viável. Mas Clinton diz que combaterá a sonegação e a evasão de impostos, taxará as grandes fortunas e que fará um corte no orçamento do Pentágono da ordem de 30%, até 1997.

Muitos analistas consideram que o novo presidente recebeu um mandato para realizar mudanças e que não disporá de muito tempo para não frustrar seus eleitores. Seus maiores desafios serão reativar a economia e combater o desemprego, para o que seguirá um receituário bastante diverso daquele praticado por Reagan/Bush.

Tudo indica, assim, que um dos poucos lugares onde as elites continuam brandindo o receituário neoliberal à la Reagan/Thatcher/Bush é a América Latina.

THE WALL STREET JOURNAL.

© 1993 Dow Jones & Company, Inc. All Rights Reserved.

★ ★ EASTERN EDITION

TUESDAY, JANUARY 19, 1993

ORLANDO, FLORIDA

What's News—

Business and Finance

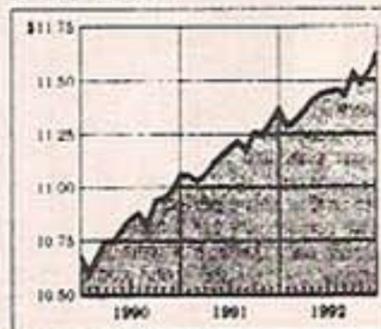
CLINTON IS PREPARING with his advisers a plan aimed at stimulating the economy through tax cuts and spending boosts that would widen the budget deficit in the short run. The proposal, to be unveiled next month, would also include measures to reduce

World-Wide

ALLIED AIRCRAFT BOMBED air-defense facilities in southern Iraq. In a daylight raid, about 70 U.S., British and French planes attacked Iraq for the third time in six days, revisiting targets from Wednesday's action. But signs of unease emerged within the U.N.-led coalition against Iraq. Russia called for a Security

Hourly Earnings

In dollars per hour



Labor Letter

A Special News Report on People And Their Jobs in Offices, Fields and Factories

LABOR-MANAGEMENT TEAMS pop up in most areas of the workplace. Kerr-McGee in Oklahoma City uses teams for safety, process control, shipping and freight. Problem-solving teams at a chemical unit produced 1992 savings of more than \$5.5 million, the company says. Tuboscope Vetco International, a Houston oil-field services concern, says teams have

O que esconde o Gráfico do The Wall Street Journal

O entendimento da mecânica das crises econômicas e de seu ciclo tem importância fundamental para os governos capitalistas. O governo norte-americano, por exemplo, tem um organismo - o *Business Cycle Dating Committee*, formado por economistas das principais universidades do país cujo objetivo é apontar o início e o fim das recessões. Foi esse organismo que declarou, em dezembro passado, após 21 meses de avaliação que o último período recessivo da economia americana durou exatamente 8 meses: de julho de 1990 a março de 1991.

Tamanho precisão torna possível a elaboração de gráficos como os das páginas seguintes, feitos por Geoffrey H. Moore para o *The Wall Street Journal*, que registra o número de meses de cada período de expansão e de recessão vividos pelos EUA desde 1790. Moore é diretor do *Center for International Business Cycle Research*, da Universidade de Colúmbia.

Segundo ele, o gráfico mostra que os períodos de recessão tornam-se cada vez mais curtos, e os períodos de expansão mais longos, significando que a capacidade capitalista de manter controle sobre a economia teria crescido. Realmente, as expansões parecem mais longas: em 1790/1840, elas duravam em média 30 meses; entre 1940/1990, duravam em média 53 meses, sendo que a última expansão capitalista durou 92 meses! Em contrapartida, as recessões parecem durar cada vez menos. Entre 1790/1840, duravam em média 26 meses; entre 1940/1990, as recessões duraram em média 11 meses, e a última foi de 8 meses!

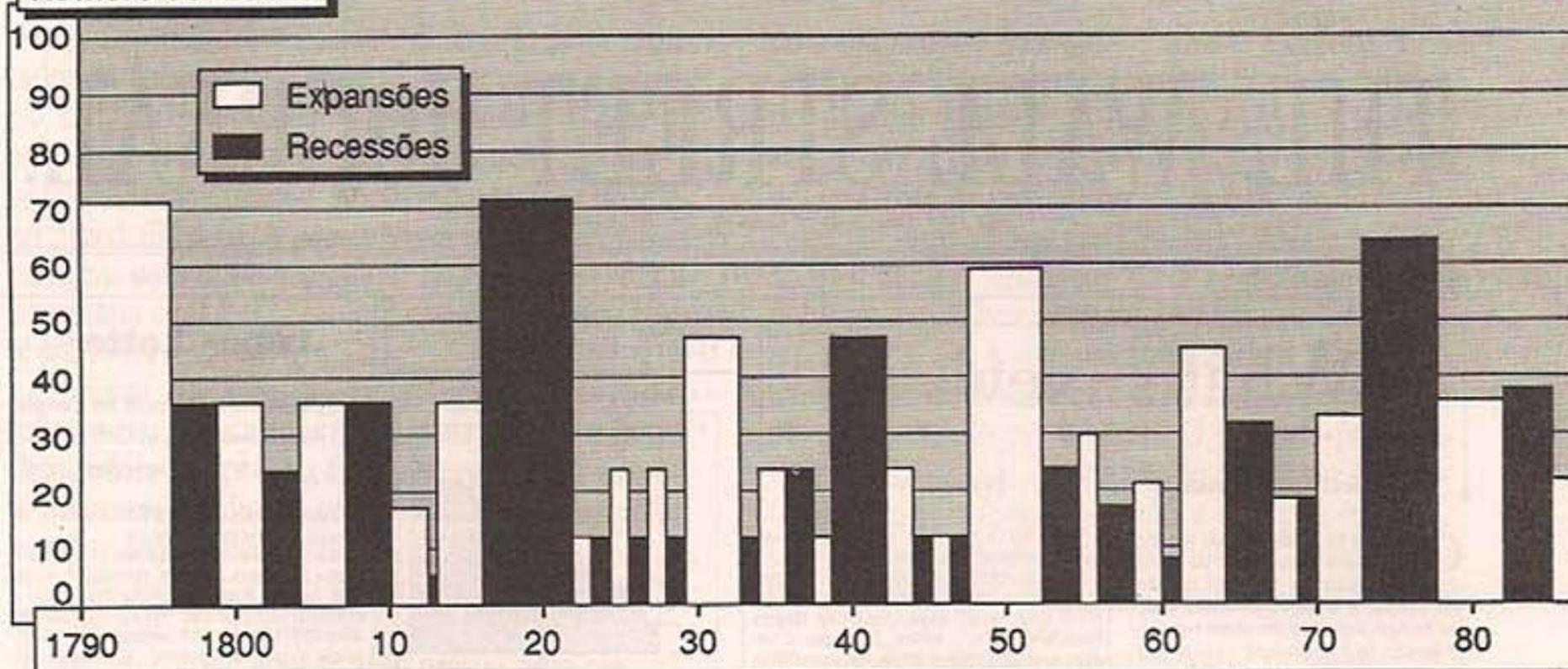
A economia tornou-se mais orientada para o setor de serviços, menos dominada pela produção agrícola e de bens manufaturados, que é sujeita a amplos e freqüentes altos e baixos. O governo intervém para

manter as rendas, apoiar os empreendimentos, fomentar a confiança dos consumidores durante a recessão, além de bancar o seguro desemprego, os pagamentos da previdência social e garantir os depósitos bancários. "O *Federal Reserve Board*, criado em 1914, influencia as taxas de juros e a criação de créditos em seus esforços para estabilizar a economia, evidentemente com algum sucesso", diz Moore.

Este é o mundo dos sonhos dos capitalistas - os negócios correndo livremente, e o governo funcionando como anteparo para as quedas mais perigosas. Esta é também a ilusão oculta no gráfico do *The Wall Street Journal*. Ao invés de apresentar o tempo duas vezes - no eixo horizontal e vertical o gráfico poderia, para ser mais esclarecedor mostrar a amplitude da variação do Produto americano nesses períodos. Esse dado ajudaria a visualizar bastante as fortes tendências à estagnação manifestadas pelo desenvolvimento capitalista das últimas décadas: o crescimento tem se tornado cada vez mais lento nas economias capitalistas desenvolvidas, acompanhadas do crescimento do desemprego, brutal nessas nações e arrasador no novo campo incorporado ao sistema capitalista, as nações do Leste Europeu.

Nos EUA, a principal nação capitalista do planeta, as médias anuais de crescimento do PIB estavam em 3,98% nos anos 50 e 4,05% nos anos 60, e começaram a cair nos anos 70, quando foram registradas médias de 2,83% ao ano. Nos anos 80, o crescimento pode ser estimado em 2,23%, e para os anos 90 a previsão geralmente otimista, do próprio governo Bush é de um crescimento médio anual de 1,71%. Entre 90 e 95 a desaceleração do crescimento da produ-

Número de meses



1783
Reconhecimento da Independência pela Inglaterra

1848
Descoberta do ouro na Califórnia

1861/1865
Guerra Civil
(1862 - Abolição da Escravatura;
1865 - Assassinato de Lincoln)

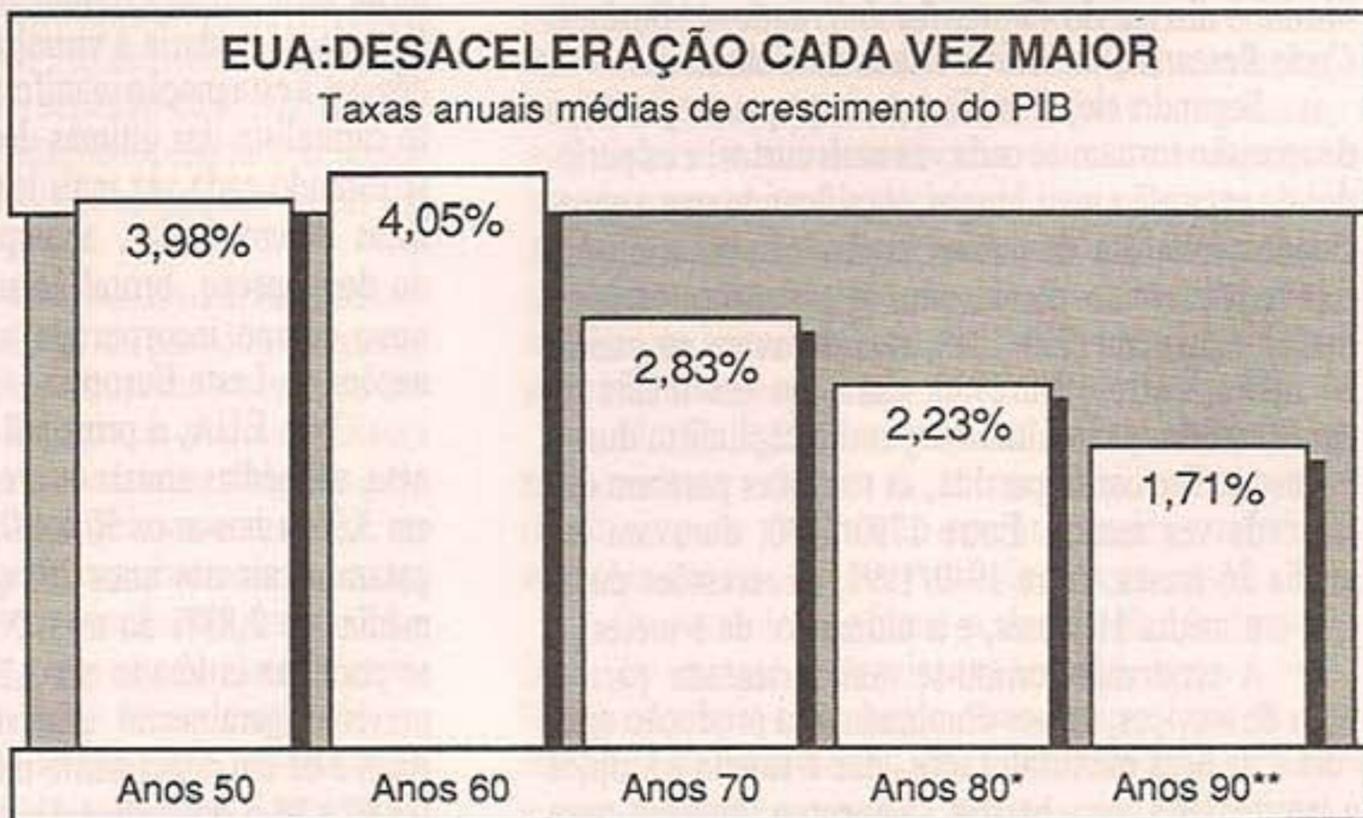
Fonte: National Bureau of Economics Research (USA), The Wall Street Journal, 8.8.1991

26

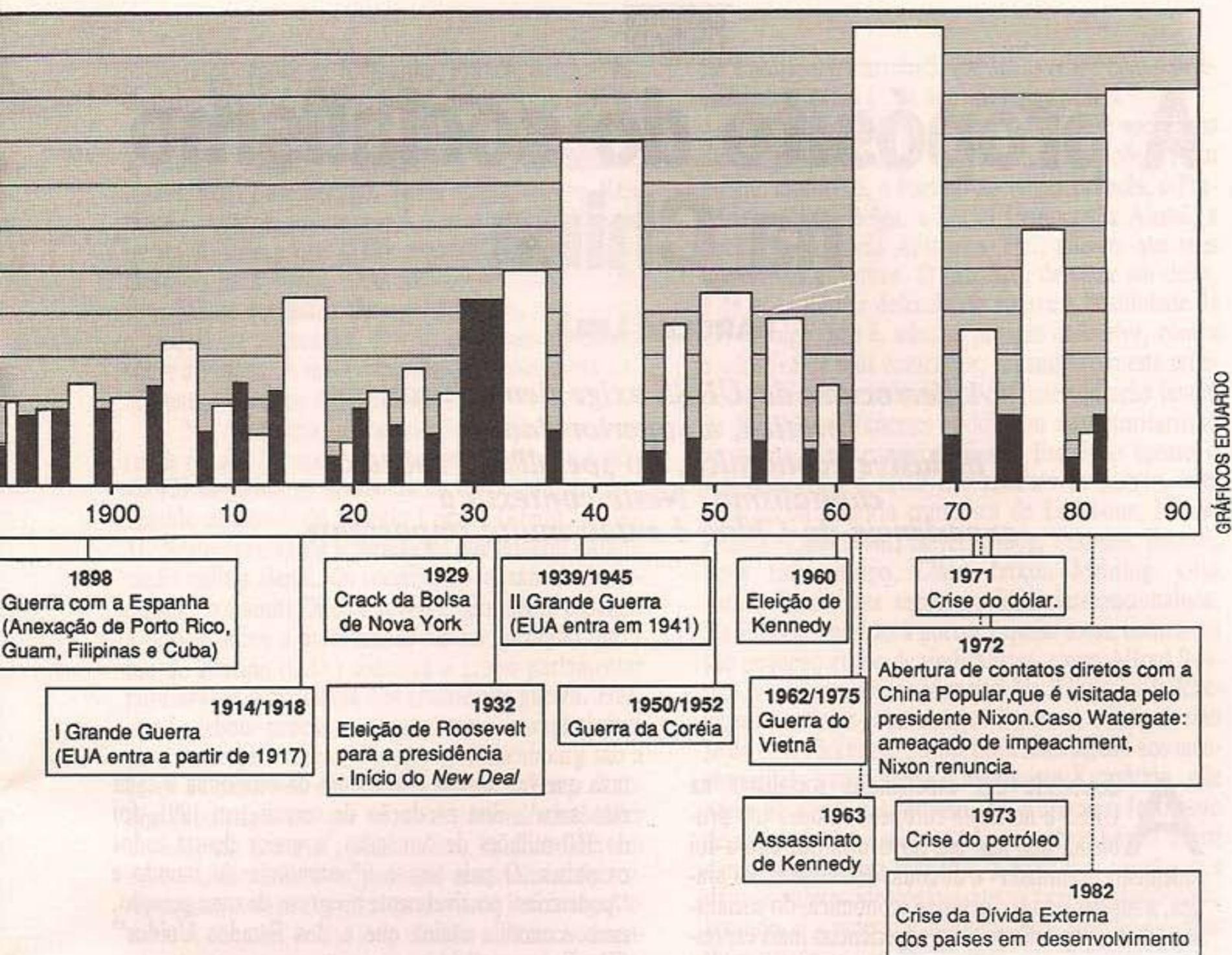
ção é visível, e é ela - na verdade - que condiciona a atual transformação no perfil do emprego nos países capitalistas, onde cai o número de pessoas ocupadas em atividades ligadas à produção material (como a agricultura e a indústria) e cresce o emprego na área de serviços. Esta é a herança que Clinton agora deve administrar.

Em todas as economias capitalistas desenvolvidas a situação é a mesma. No Japão, por exemplo, o PNB japonês cresceu quase a taxas médias anuais de 10% ao longo dos anos 60; na primeira metade dos anos 70, elas ainda foram altas, superiores a 6%. Desde então, a mais próspera economia capitalista tem mantido taxas anuais médias de aumento do PIB por volta de 4%. Em 1990 existiu um incremento de 3%, e prevê-se que em 1992 a economia japonesa tenha praticamente parado, com um aumento irrisório de 0,3% no PIB. Na Inglaterra, outra importante nação capitalista, a recessão dura desde o último trimestre de 1990.

Nesse quadro, o desemprego é crescente. Na Inglaterra, passou de 6 milhões em meados de 1990 para quase 10 milhões de trabalhadores em 1992. Nos EUA, era de cerca de 5,5% dos trabalhadores no começo de 1990, e passou para 7,4% no final de 1992 - e prevê-se que se manterá superior a 5,5% até 1995. Na Europa, as taxas beiram os 10% - e muitas vezes são superiores - em quase todos os países. No Leste europeu, as taxas de desemprego descrevem a catástrofe que está sendo a incorporação das antigas repúblicas populares ao bloco capitalista. Na Albânia, o desemprego foi de 18% em 1992, e poderá chegar a 27% em 1994. Na Bulgária, Hungria e Polônia, passará

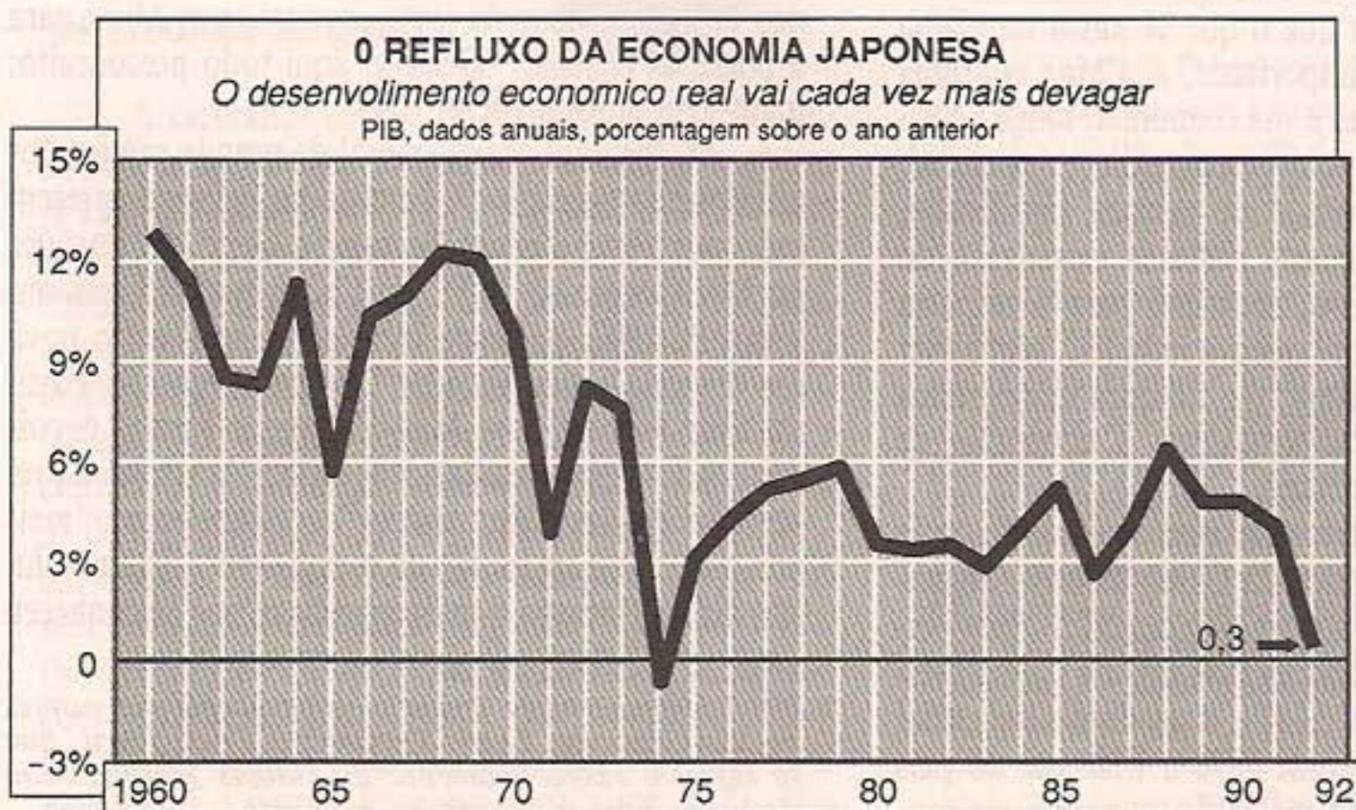


(*) 1980 a 1987 (**) previsão



da faixa de 14% a 15% em 1992 para 20% em 1994. Na Tchecoslováquia e na Romênia, passará de 8% e 10% em 1992 para algo próximo dos 17% em 1994. Na antiga URSS, o desemprego foi de 0,2% em 1992, mas poderá chegar a 24% em 1994.

Esse quadro que parece terrível e assustador para os trabalhadores, mostra-se ameno para os que estão no topo, ilustrando outra tendência do desenvolvimento capitalista: nos EUA, por exemplo, a fatia dos 5% mais ricos na população, que tinha 16,5% da renda nacional, em 1980 chegou a ter 19% em 1989.



Nesse quadro, é difícil reconhecer aquele mundo de sonho, de crescimento constante, sob controle, que o gráfico do *The Wall Street Journal* descreve - ao contrário, o desenvolvimento futuro do capitalismo parece ocultar muita turbulência. (José Carlos Ruy)

A propósito do socialismo na China

HAROLDO LIMA

A derrocada da URSS exige demonstrar, na prática, a superioridade, inclusive econômica, do socialismo sobre o capitalismo. Neste contexto a experiência da China é então muito importante

28.

A derrocada das experiências socialistas na URSS e no Leste europeu, colocou um problema que não era novo mas que agora foi rudemente acentuado - o de como demonstrar, na prática, a superioridade, inclusive econômica, do socialismo sobre o capitalismo. Nas experiências mais expressivas e antigas, o socialismo já demonstrara aptidão para construir sociedades novas em ritmos acelerados. Mas, nessas sociedades, a partir de certo nível de desenvolvimento, a economia socialista perdera impulso, declinara, até entrar em colapso. É certo que isso ocorreu em um processo complexo, agudamente influenciado por mudanças de rumo político e ideológico. Mas o fato é que a superioridade econômica do socialismo sobre o capitalismo passou a demandar respostas novas, teóricas e práticas.

É nesse contexto que o que se passa na China de hoje é sumamente importante. A China continua defendendo o socialismo e sua economia, longe de entrar em colapso, apresenta desempenho excepcional. Esse fato, em si mesmo, é de enorme significado, pois envolve quase a quarta parte da população do planeta. Mas, além disso, contribui para a resposta prática de como, na atual quadra mundial, sem arriar as bandeiras do socialismo, da ditadura democrática popular e do marxismo-leninismo, a economia de um grande país pode crescer.

É necessário fazer aqui uma breve referência ao desempenho econômico da China de hoje. Segundo dados do *The Economist* (27/out/92), "nos primeiros oito meses do ano, o PIB real da China cresceu a uma taxa anual de 14%, a produção industrial subiu mais de 20% e desde 1978 o PIB real do país tem crescido a uma taxa média de quase 9% ao ano,

taxa que faz dobrar o tamanho da economia a cada oito anos". Sua produção de cereais, em 1991, foi de 360 milhões de toneladas, a maior dentre todos os países. O país tem a 6ª economia do mundo e "pode criar, possivelmente no prazo de uma geração, uma economia maior que a dos Estados Unidos" (*The Economist*, Id.).

Esse desempenho tem uma história que é também a história da elaboração de uma teoria - a teoria da construção do socialismo com peculiaridades chinesas - teoria nova, polêmica, que no momento orienta a política econômica da maior nação do planeta e que, inclusive por isso, precisa ser conhecida e acompanhada em seu desenvolvimento por todos os consequentes lutadores da causa socialista, atentos para a recomendação de Mao Zedong (*) de "buscar a verdade nos fatos" e ciosos do lema proposto por Marx para a porta da ciência: "Deixe-se aqui todo preconceito: mate-se aqui toda vileza." (1)

O "balanço fundamental da grande prática dos últimos quatorze anos", contido no Informe apresentado por Jiang Zemin, Secretário Geral do Partido, ao XIV Congresso do PC da China, realizado em outubro de 1992, parte da idéia geral de que "o povo das diversas nacionalidades", sob a direção do Partido Comunista e com Mao Zedong à frente, depois de uma luta prolongada, conquistou "a vitória da revolução da nova democracia" e estabeleceu, "mais adiante, o sistema básico do socialismo". Esta revolução diz o informe - a mais grandiosa que se conheceu

(*) Adotamos neste artigo a nova grafia dos nomes de Mao Zedong, Deng Xiaoping e Zhou Enlai, que se referem respectivamente às antigas grafias: Mao Tsetung, Teng Xiaoping e Chu Enlai.



Deng Xiaoping

na China, “abriu uma nova era nos anais de nossa história”.

O mesmo povo empreende agora, continua o documento, sob a direção do mesmo Partido e com Deng Xiaoping à frente, “outra grande revolução”, que tem como objetivo “transformar a China socialista mas subdesenvolvida, em um país socialista moderno, próspero, poderoso, democrático e civilizado...”

O primeiro grande período referido foi todo ele marcado pela figura de Mao Zedong, “um grande líder do PC da China e do povo das diversas nacionalidades do país, grande marxista e grande revolucionário, estrategista e teórico do proletariado” (2). O esforço prolongado de aplicar o marxismo-leninismo às condições concretas da China, desenvolvido especialmente por Mao produziu o “pensamento de Mao Zedong”, “cristalização da sabedoria coletiva dos comunistas chineses”(Id). Nos últimos dez anos da vida de Mao, de 1966 a 1976, desenvolveu-se na China a “grande revolução cultural”, período tormentoso, no qual predominou o “esquerdismo”, a desorganização do país e do Partido. A economia decaiu e houve muita perseguição, inclusive a Deng Xiaoping.

**Construir um socialismo
com peculiaridades
chinesas: meta desde o
XII Congresso
realizado em 1982**



O novo período, ligado à figura de Deng Xiaoping, esboça-se ainda em vida de Mao e Zhou Enlai, quando Deng foi chamado por Zhou a colaborar em

um “plano de modernização” para o país. O plano não foi em frente: Zhou Enlai já estava com câncer e faleceu em 1976, quando Deng é preso pela terceira vez. Mao Zedong desaparece no mesmo ano de 1976, em setembro, e Deng Xiaoping é reabilitado em 1977, aos 73 anos de idade.

No ano de 1978 verifica-se então o fato tido como ponto de partida desse período recente, no qual se elabora e se pratica a teoria de um socialismo com peculiaridades chinesas - a realização da III Sessão Plenária do XI Comitê Central do Partido. Nessa reunião, três decisões importantes foram tomadas: a que refutou a orientação de “tomar a luta de classes como tarefa central” na sociedade socialista, a que definiu, em contraposição, a construção econômica da sociedade como essa tarefa central; e a que reafirmou a atualidade dos “quatro princípios fundamentais”: o caminho socialista, a ditadura democrática popular, a direção do PC da China e o marxismo-leninismo, e o pensamento de Mao Zedong. Para a construção econômica imediata defendeu-se “a reforma e a abertura ao exterior”.

O XII Congresso Nacional do Partido, realizado em 1982, trata da questão de “construir um socialismo com peculiaridades chinesas”. A “reforma e a abertura ao exterior” foram definidas como características centrais dessa política.

A reforma é vista no sentido amplo, nas zonas rurais e urbanas, na economia e na política. Avançou bastante depois do XII Congresso. Começou pelo campo, onde se acabou com a “Comuna Popular” e implantaram-se os “contratos de responsabilidade”: a propriedade privada da terra não foi adotada mas os 800 milhões de camponeses adquiriram autonomia

na exploração fundiária inclusive para criar “empresas de cantões e povoados”.

A “abertura ao exterior” se traduziu especialmente na implantação das “zonas econômicas especiais”, inicialmente quatro, mas que aumentaram.

As ditas zonas são espaços territorialmente definidos, situados em locais estrategicamente planejados, e onde o governo chinês constrói toda uma infra-estrutura de serviços e de instalações modernas, passando a atrair e receber investimentos de empresas estrangeiras, com as quais são firmados contratos que variam de acordo com o maior ou menor interesse que o investidor desperte. As ZEE são vistas como uma “experimentação completamente nova no desenvolvimento da economia socialista, aproveitando o capital, a tecnologia e as experiências de gestão empresarial do estrangeiro”. São consideradas um êxito.

O Congresso celebrado em 1987, o XIII, aprovou uma exposição sistemática sobre a teoria da “etapa primária do socialismo na China”, parte integrante fundamental do “socialismo com peculiaridades chinesas” (3).

A exposição retoma a idéia de que o socialismo, “como o conceberam os fundadores do marxismo”, seria construído “sobre a base de um capitalismo altamente desenvolvido”. “A construção do socialismo em um país oriental tão atrasado e territorialmente tão extenso como a China é um tema novo na história do desenvolvimento do marxismo”.

30.

**A sociedade chinesa
é socialista
mas se encontra
porém, em
uma etapa primária.**



O atraso da China é ilustrado rapidamente mas com ênfase: mais de 800 milhões de pessoas habitando zonas rurais, dedicadas “essencialmente a produzir alimentos com aparatos manuais”; indústrias modernas coexistindo com indústrias “com décadas e até um século de atraso”; zonas e setores desenvolvidos ao lado de outros “subdesenvolvidos e pobres”; analfabetismo e semialfabetização atingindo a um quarto da população; baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas e até da economia mercantil, com áreas de “economia natural e seminatural”; “aguda insuficiência de toda uma série de condições econômicas e culturais necessárias ao fomento de uma democracia política socialista altamente desenvolvida”; “ampla influência no âmbito social das idéias decadentes do feudalismo, do capitalismo e da força do costume, própria de pequenos produtores...”.

Todo esse panorama eloqüentemente apresentado remete à questão de ser possível nesse país, agora, a construção do socialismo. E a resposta vem, com igual ênfase: “Em primeiro lugar nossa sociedade já é socialista. Em segundo lugar, nossa sociedade socia-

lista se encontra porém, em uma etapa primária...”

O informe registra os “trinta anos de desenvolvimento socialista” pelo qual passou a China, onde “se estabeleceu definitivamente o sistema econômico socialista baseado na propriedade social dos meios de produção”. E apresenta sua visão sobre a etapa primária do socialismo.

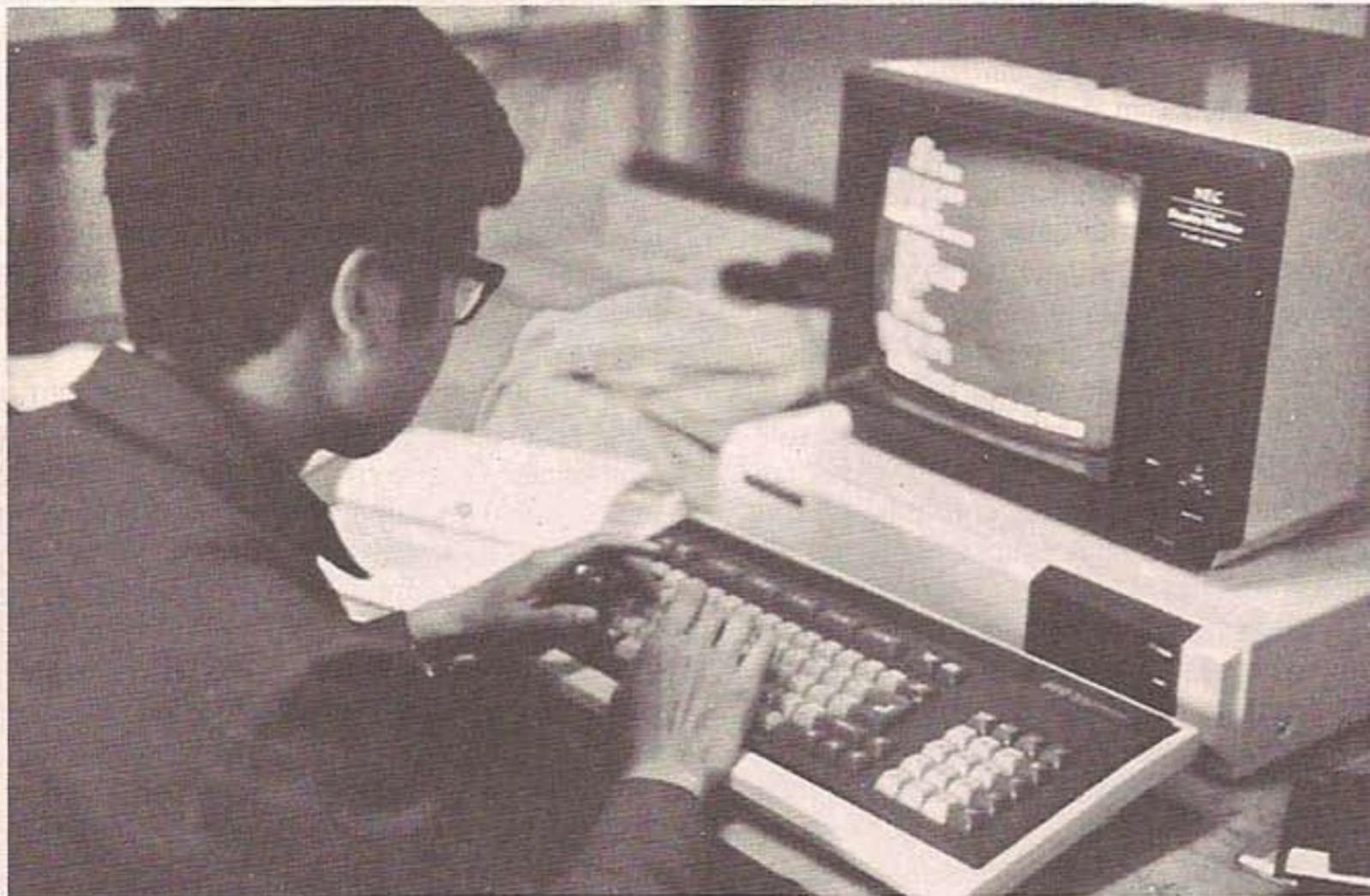
A etapa primária “não é a etapa inicial pela qual qualquer país tem de passar ao construir o socialismo”. Decorre do atraso geral do país, de seu baixo e extremamente heterogêneo nível econômico, social e cultural. Alguns de seus objetivos seriam descabidos caso a sociedade chinesa fosse desenvolvida: combater “a pobreza e o atraso”; transformar o “país agrícola” em “país industrial moderno”; “diminuir o desmesurado peso da economia natural ou seminatural, substituindo-a por uma economia mercantil altamente desenvolvida”; “estabelecer e desenvolver, mediante reformas e experimentações, estruturas econômica, política e cultural socialistas plenas de vitalidades...”.

A economia da etapa primária do socialismo na China, no grau de elaboração do XIII Congresso, foi definida como uma “economia mercantil planificada socialista”. Nessa economia coexistem “múltiplas formas de propriedade dos meios de produção”, incluindo a privada e a estrangeira, como nas ZEE. Característico da situação é o “predomínio da propriedade social”, variações diversas, “além da propriedade de todo o povo e a coletiva...”.

Princípio fundamental que aqui se afirma é o da “separação entre o direito de propriedade e o direito de gestão”, declarando-se abertamente que “as empresas de propriedade de todo o povo não podem ser operadas por todo o povo e em geral não convém que o sejam diretamente pelo Estado; toda tentativa de impor semelhante prática no passado asfixiou o vigor e a vitalidade das empresas”.

Na economia mercantil planificada socialista deveria existir a “unidade substancial entre a planificação e o mercado”, entendidos como “duas formas ou dois meios de regulação”. A regulação, através da planificação, é vista como algo diferente dos antigos “planos obrigatórios”, algo a ser conseguido através da “assinatura de contratos” entre o Estado e as empresas, e entre essas e si mesmas. Como meta, “ao Estado corresponde regular o mercado e, a este, corresponde orientar as empresas”.

A reforma das formas de distribuição mereceu tratamento especial no XIII Congresso. Criticada foi a tendência de se ver na distribuição o momento de se praticar certo igualitarismo absoluto. O princípio da distribuição segundo o trabalho foi reafirmado, pois é o princípio básico do socialismo. Contudo, “outras formas de distribuição” foram apontadas, como “complementares”. Essas formas provêm de ganhos de empresários privados, de lucros dos gestores de empresas estatais, de dividendos pagos pelas



Estudante chinês programando computador

sociedades anônimas, etc. “Todos esses tipos de renda devem ser autorizados contanto que sejam legítimos.” O ‘legítimo’ é o que for regulado por lei e será “punido severamente, conforme a lei, quem obtenha lucros fabulosos por meios ilegais”. A hipótese de enriquecimento maior e mais rápido de indivíduos ou de empresas não só é admitida, em decorrência dessas políticas, mas é incentivada, como fator dinamizador da economia, devendo-se “evitar excessiva disparidade entre ricos e pobres e persistir na prosperidade comum, com o objetivo de se alcançar a justiça social sem prejuízo da elevação da eficiência”.

**Volta o lema de Mao:
Que cem flores
se desabrochem! Que
concorram em
escolas de pensamento!**



A teoria do socialismo com peculiaridades chinesas propõe, no terreno político, “forjar uma democracia política socialista com peculiaridades chinesas”. Segundo os ditames da “reforma e abertura” a esfera política também tem sido objeto de investigação e mudanças.

O conceito básico estatal reafirmado é o da “ditadura democrática popular”, que constitui, “no essencial, ditadura proletária” (4). Contudo, no sistema de direção, nas formas de organização e nos métodos de trabalho são apontadas “deficiências muito sérias, cujas principais expressões são a excessiva centralização do poder, as graves manifestações do burocratismo e a influência do feudalismo”. São rechaçadas

as possibilidades de se copiar práticas ocidentais, como a de “governar com vários partidos por turno”. A reforma persegue o objetivo de “criar uma estrutura política socialista altamente democrática, dotada de um sistema legal perfeito, de alta eficiência e pleno dinamismo”. O sistema político fundamental do país - o das assembléias populares - é reafirmado e o aperfeiçoamento, sobretudo das suas formas de decisão, é posto como permanente desafio. Salienta-se o objetivo da consolidação da “frente única patriótica deste novo período” e o fortalecimento das “consultas”, sob a direção do PC da China, com os “partidos democráticos”, em número de oito, e as personalidades sem partido.

Imediatamente apontam-se alguns problemas cujas soluções consideram-se maduras, o primeiro dos quais, “ponto chave da reforma da estrutura política” é a “separação entre o Partido e a administração governamental”. O esforço é para distinguir as atribuições do Partido e as do Estado, não permitindo que o primeiro substitua o segundo. “O Partido que conduziu o povo a elaborar a Constituição e as leis, deve atuar dentro dos marcos da Constituição e das leis”.

A reforma na estrutura política passa ainda pela implantação de um “sistema de consultas e diálogo sociais” e o aperfeiçoamento de instituições, como o das eleições, reconhecidas como “mais democráticas, em nosso país, nos últimos anos”. As mudanças aqui apontadas são no sentido de fazer com que as eleições expressem cada vez mais a vontade do eleitorado e garantam opção aos votantes, como a apresentação de “vários candidatos” em listas a serem divulgadas antecipadamente.

A organização do Partido também é repensada no quadro da ampla reforma em curso na China. O XIII Congresso reafirmou, por um lado, estar o PC da China "armado com o marxismo-leninismo e o pensamento de Mao Zedong", mas salientou "já não ser possível vivermos no hermetismo do passado, proibindo todo contato com distintas correntes ideológicas". O sentido democratizante também aqui se faz presente: "o aperfeiçoamento do sistema de direção coletiva do Partido e de seu sistema de centralismo democrático deve começar pela direção central do Partido." Neste particular, aponta-se para um sistema de periódicas prestações de contas de cada organismo do Comitê Central ao seu organismo superior e para medidas que vizam institucionalizar e fortalecer a direção coletiva. O sistema eleitoral no seio do partido é identicamente rediscutido e inovado. O próprio artigo 11 dos Estatutos, que regulamenta "as eleições dos delegados aos Congressos e dos Comitês em todos os níveis", estabelece o método da "votação secreta", onde "a lista de candidatos deve ser produzida e discutida amplamente" e onde "pode-se obter, antes da realização da eleição oficial, a lista de candidatos através de uma eleição preliminar", ou uma lista na qual "o número de candidatos será maior que o de cargos a cobrir"

China atinge desde 1980, repetidas vezes, maior índice de crescimento econômico do mundo



No terreno da teoria do marxismo, as resoluções do XIII Congresso acentuam a necessidade da "emancipação da mente", da crítica a "toda interpretação dogmática do marxismo", da "refutação ao idealismo histórico que promove abstratas divagações sobre o socialismo", tudo isso para permitir o desenvolvimento do marxismo-leninismo e do pensamento de Mao Zedong nas novas condições do mundo e da China. Retoma-se a linha expressa na antiga forma de Mao, "que cem flores se desabrochem e cem escolas de pensamento concorram", incentivando a todos para "desenvolver o espírito científico e a vitalidade criadora do marxismo e por despertar em toda a nação a valentia para explorar e criar". Constata-se a gravidade do momento em que vive o mundo, pleno de dados novos, e faz-se um apelo para que todos tenham uma clara visão do desafio de nossa época: "a necessidade de um novo e grande desenvolvimento do marxismo"!

O XIV Congresso do Partido foi realizado em outubro de 1992, num momento em que a China apresenta grandes vitórias na construção econômica, tendo atingido o maior índice de crescimento do mundo repetidas vezes desde 1980 (5). A teoria da construção do socialismo com peculiaridades chinesas foi conside-

rada pelo Congresso como "a mais recente conquista do marxismo em sua integração com a realidade da China" (6).

O Congresso reafirmou os pontos básicos acima expostos dessa teoria, mas formulou de forma diferente a caracterização da economia mercantil planificada socialista. Um especialista no assunto explicou a mudança como sendo fruto do "progressivo avanço de nosso conceito acerca da relação entre a planificação e o mercado" (7).

O informe aprovado expõe o tratamento que desde 1978 vem tendo essa questão. Salienta que "tradicionalmente, via-se economia de mercado como algo próprio do capitalismo e economia planificada algo privativo do socialismo". Logo depois de 1978, o Partido começou a formulação de "tomar como setor principal a economia planificada e como auxiliar a regulação do mercado" (8). Essa foi a forma usada pelo XII Congresso. O XII Comitê Central, em sua III Sessão Plenária, afirmou ser a economia socialista da China uma "economia mercantil planificada baseada na propriedade pública", e o XIII Congresso cunhou a expressão "economia mercantil planificada socialista". Sobretudo depois da IX Sessão Plenária do XIII Comitê Central, enfatizou-se "não ser economia planificada sinônimo de socialismo, pois no capitalismo também há planejamento" e "tampouco economia de mercado ser sinônimo de capitalismo, já que no socialismo também existe mercado" a conclusão a que se chegou, consagrada no XIV Congresso é que, "tanto o planejamento como o mercado não são mais que mecanismos econômicos" sendo então correto referir-se à economia da etapa primária do socialismo que se desenvolve na China como "uma economia de mercado socialista". Esta economia pressupõe o "mercado sujeito à regulação e ao controle macroeconômico do Estado socialista" e, ele próprio, o mercado, assegurando que "as atividades econômicas acatem as exigências da lei do valor".

Aspecto decisivo da teoria acima exposta é a predominância da propriedade pública sobre as demais formas de propriedade. Os documentos oficiais e as entrevistas de personalidades são categóricas ao declarar o objetivo de se "manter, com firmeza, como o principal, a propriedade pública..." (9) Isto nos remete ao problema das estatais chinesas.

O problema das estatais de uma maneira geral, há tempos é um problema candente, persistindo no centro de discussões sempre renovadas, onde são decantadas as supostas vantagens da iniciativa privada e as supostas desvantagens intrínsecas à iniciativa pública. Na União Soviética e Leste europeu as estatais perderam tanta competitividade que acabaram sobrando, com toda a economia daqueles países. Em países capitalistas, como o Brasil, as críticas acerbadas contra as estatais tentam estigmatizá-las como impossíveis de serem bem administradas e modernizadas, pela sua própria natureza.



A unidade monetária chinesa é o iuane, que circula como o jiao (acima) em cédulas alusivas a aspectos da vida do país

A situação das estatais chinesas também era difícil. Sob os aspectos da produtividade, nível tecnológico e qualidade da produção enfrentavam grandes dificuldades para concorrer com empresas modernas, estrangeiras, por exemplo.

**Estatais chinesas:
50% da
produção nacional
e 67% da
arrecadação estatal**



Estudo recente, dá conta de que existem atualmente na China 11 mil grandes e médias empresas industriais estatais. Essas, que representam 2,9% do número total das empresas industriais do país, contribuem, entretanto, com quase 50% do valor da produção nacional e pagam, em benefícios e impostos, 67% do que o Estado arrecada (10). Elas “controlam as artérias vitais da economia nacional, como os setores energéticos básicos, de transportes, de eletricidade, de maquinaria pesada, de siderurgia e de produtos químicos” (11). O Primeiro Ministro Li Peng, falando sobre essas estatais, em setembro de 1991, anunciou “concentração de esforços nos próximos cinco anos para revitalizá-las”. E acrescentou: “O aspecto mais importante da construção de um socialismo com características chinesas é revitalizar de forma contínua as grandes e médias empresas estatais e elevar sua eficiência.” (12)

Efetivamente, dotar grandes estatais de dinamismo, competitividade, agilidade, produtividade e qualidade é um problema chave, não só na China. Nas experiências socialistas, soviética e européia, essas grandes empresas tiveram importância decisiva, vanguardaram a economia de seus países mas isto se deu no passado, na época da industrialização extensiva. Também na China ocorreu fenômeno semelhante e Wu Naitao, referindo-se às grandes estatais chinesas registra que, “no passado, elas deram importantes contri-

buições ao desenvolvimento econômico e à modernização do país” (13).

O princípio que a China tem seguido para revitalizar suas estatais é o da separação do direito de propriedade do direito de gestão. Data do final da década de 70 as primeiras experimentações feitas desvinculando a propriedade da gestão das estatais. Com esse intuito, 100 empresas foram selecionadas e depois mais 6.000. Pelo final da década de 80, o balanço da experiência revelou que a autonomia de gestão que se pretendia não foi obtida satisfatoriamente (14).

Em 1988, a Assembléia Popular Nacional aprovou a “lei das empresas industriais estatais”, que a certa altura estabelece: “as propriedades das empresas são de todo o povo e o Estado outorga os direitos de administração às empresas de acordo com o princípio da separação do direito de propriedade do direito de gestão.” (15) E em julho do ano passado o Conselho de Estado promulgou “regulamentos” para essa lei. O objetivo era facilitar a concretização da autonomia de gestão.

Os “regulamentos para a transformação dos mecanismos de funcionamento das estatais” definem quatorze direitos de autonomia para a gestão das empresas, entre as quais os direitos de: fixação dos preços dos produtos e serviços, importação e exportação, investimentos segundo as leis do mercado, emprego e distribuição de salários e prêmios.

A essa altura as experiências estão muito ampliadas e celebram-se importantes resultados positivos. É ilustrativo o sucedido com um caso concreto, a mina nº 1 de Shanxi. Em novembro de 1991, a mina foi reformada segundo a concepção exposta. Tinha, então, capacidade de produzir 900 mil toneladas de carvão ao ano e contava com 5.005 trabalhadores. Perseguindo o objetivo de aumentar a eficiência, modernizar e racionalizar a produção, os gestores da mina puseram-se a simplificar seus processos, reformar sistemas de trabalho, pessoal e salários e, cerca de seis meses após, o número de trabalhadores foi reduzido para

1.322, a produção chegou a 807.000 toneladas de carvão, o que significou 36,5% a mais que igual período do ano anterior. A taxa de eficiência do pessoal, que era de 1,466 toneladas por pessoa, foi a 5,351, o custo da tonelada de carvão baixou e, tendo a mina registrado saldo negativo em 1991 de 19 milhões de yuans, espera fechar o balanço do ano passado com 5 milhões de yuans positivos. Um sucesso de reciclagem da empresa, que continuou estatal. O problema foi o acontecido com os 3.683 trabalhadores que deixaram a mina.

Na verdade o processo de racionalização e busca de eficiência mostrou que aqueles trabalhadores estavam ociosos. Que fazer? Numa empresa capitalista, a dispensa viria de imediato, e a eficiência seria mantida a qualquer custo. Ou então a empresa faliria. Se fosse estatal de um país como o Brasil, a empresa seria urgentemente privatizada, após o que o pessoal seria despedido, recuperaria eficiência e deixaria o Estado com um monte de moedas podres. E em uma sociedade socialista, mesmo em uma etapa primária socialista? Como proceder? Não despedir ninguém e garantir o emprego a qualquer custo? E deixar a empresa deficitária transformar-se num colosso de pés de barro, solapando a economia socialista? E esta, fragilizada, mergulharia em crise e em colapso que não garantiria o emprego de ninguém? Ante esse dilema, ao desemprego pela eficiência ou do desemprego por causa da ineficiência, a China está procurando um caminho próprio - o do emprego e da eficiência.

No caso da mina de Shanxi a administração criou uma corporação para organizar novas indústrias com o pessoal excedente e assim surgiram uma empresa de construção civil, uma fábrica de britas e areias, uma agroindústria, uma organização comercial e um setor de serviços (16). A estatal foi mantida, sua eficiência ampliada e o emprego garantido. Essas experimentações, que já conseguiram importantes resultados, estão ainda em curso.

Desafio teórico para o socialismo: luta de classes ou desenvolvimento das forças produtivas



Problema teórico instigante que as posições chinesas de hoje suscitam é o que relaciona o papel da luta de classes com o desenvolvimento das forças produtivas no socialismo. A III Sessão Plenária do XI Comitê Central refutou categoricamente a posição anterior do PC da China de "tomar a luta de classes como tarefa central" dos comunistas chineses, na construção socialista. Caracterizou-a como "esquerdista", "inaplicável na sociedade socialista" e definiu "ser o centro do trabalho do Partido e do Estado e construção econômica", o desenvolvimento das forças produtivas.

O papel da luta de classes no socialismo tem sido discutido há anos. Críticas foram feitas a Stálin por ter defendido a "tese do primado das forças produtivas" no desenvolvimento socialista. Opiniões por ele emitidas são apontadas como "economicistas", especialmente seu relatório ao VII Congresso do PCUS, em novembro de 1936, onde concluiu que, naquele momento, na URSS, "todas as classes exploradoras estão liquidadas". Semelhante tese, segundo Charles Bettelheim, "desarma o proletariado, persuadindo-o de que a luta de classes terminou". (17) Outra passagem de Stálin, que mostraria posição semelhante, está em "O Materialismo dialético e o materialismo histórico". A concepção de Marx sobre a relação entre as forças produtivas e as relações de produção é exposta de forma simplificada, dando lugar a imprecisões. O próprio Charles Bettelheim, porém, admite que a formulação de Stálin nessa passagem "não nega o papel da luta de classes... mas relega esse papel a segundo plano" (18). Efetivamente, é grande a diferença entre negar a existência da luta de classes e tê-la como subordinada em determinado momento.



Resultados positivos inegáveis, mas acompanhados de não desprezível potencial negativo

No período da "grande polêmica sino-soviética" - primeiros anos da década de sessenta - o PCCH criticou o PCUS por estar defendendo posição que supõe o fim da luta de classes na URSS. No 18º ponto da famosa carta dos 25 pontos, sobre a linha geral do movimento comunista internacional, de junho de 1963, o PCCH indaga: "...como se pode dizer que não mais existem classes nem luta de classes? Como se pode dizer que a ditadura do proletariado não tem mais razão de ser?" (19)

Lênin expressara seu ponto de vista sobre o assunto em 1919, observando que no socialismo, "subsistem as classes e a luta de classes", sendo que esta tomará "formas novas" (20).

Nos principais documentos chineses da atualidade, a luta de classes no socialismo é referida claramente. O que se rechaça é ser ela a tarefa central do momento na China. A formulação dos chineses é precisa. A luta de classes existente durante a construção socialista pode até se radicalizar mas, salvo essa hipótese, não é a tarefa central a ser perseguida. Eis o Informe do XIV Congresso: "Estabelecido o sistema socialista em seus alicerces, a luta de classes substituirá ainda por largo tempo dentro de determinados limites e se aguçar, possivelmente, sob certas condições internas e externas (...) Mas, a contradição principal de nossa sociedade já não é a luta de classes, pois a construção econômica passou a ser nossa tarefa central." (21)

A presença das classes e da luta de classes no curso da construção socialista na China, se por um lado não deve, nas condições atuais, alterar o esforço central pelo desenvolvimento das forças produtivas, por outro lado, deve despertar a consciência socialista para os riscos e as ameaças que lhes são inerentes. As "formas novas" de luta de classes no socialismo, referidas por Lênin, refletem as circunstâncias do tipo de construção socialista posto em prática. E aí é que o "socialismo com peculiaridades chinesas" engendra situações em que ele sofre perigoso assédio do capitalismo nos planos ideológico e político.

As experimentações feitas pelos chineses, desde a abertura para o exterior, passando pela existência de diferentes formas de propriedade ainda que sob o domínio da propriedade social - pelo incentivo à economia mercantil - ainda que sob a égide dos planos estatais - pela possibilidade do enriquecimento maior de alguns frente a outros - ainda que submetido à meta do engrandecimento comum, todos esses expedientes, devidamente controlados, estão produzindo inegáveis resultados positivos. Mas carregam potencial negativo não desprezível.

Deng Xiaoping, em conversa com veteranos comunistas, registrou "o receio de alguns ante a possível introdução no país de fatores negativos e ante a eventual transformação da China em país capitalista". Respondeu: "pode haver influência negativa, mas será fácil eliminá-la se a tivermos bem presente." Acrescentou: "ainda que o produto nacional bruto *per capita* da China ascenda a milhares de dólares, não surgirá em nosso país uma nova burguesia... porque os bens básicos são propriedade do Estado, do povo." (22)

É decisivo, inequivocamente, a predominância da propriedade social sobre as demais formas de propriedade. O risco do que o próprio Deng chamou de "poluição espiritual" subsiste, contudo, a despeito dessa predominância. Tratá-lo corretamente implica em reconhecê-lo, não subestimá-lo, caracterizá-lo com firmeza e tomar medidas ideológicas e políticas adequadas a seu enfrentamento. Os principais documentos chineses alertam para o problema existente: "sem dúvida, escreveu Jiang Zemin, com a reforma e a abertura ao exterior e com o desenvolvimento da economia mercantil, é inevitável a infiltração no seio do Partido das idéias decadentes, dos valores e do modo de vida capitalista." (23) Nesse mesmo pronunciamento Zemin lembra como no passado, o grande apoio que o PCCH recebeu do povo decorria da atitude concreta que o partido demonstrava de estar lutando pela causa popular e pelo socialismo. Observa que, agora, no poder, e desenvolvendo a atual política "aumentou o perigo de que o Partido se divorcie das massas e inclusive degenera e mude de natureza" (24).

As advertências reiteradas desse tipo são em geral acompanhadas de posições preventivas que o Par-

tido toma para reforçar sua qualidade ideológica, como considerar "absolutamente inadmissível introduzir na vida política do Partido os princípios que regem o intercâmbio de mercadorias"; como a "oposição invariável ao individualismo, ao sectarismo e às idéias e ações de pôr o olho em Dom Dinheiro"; como "realizar de maneira profunda e duradoura uma educação fundada no marxismo e no pensamento de Mao Zedong"; como "traçar uma linha de demarcação entre o marxismo e o antimarxismo, entre o socialismo e o capitalismo, e entre o sistema ideológico proletário e o burguês" (25).

Os arautos do capitalismo, quando da debacle do socialismo na URSS e Leste europeu, apregoaram o fim do socialismo no mundo. Mesmo que não existisse uma única experiência socialista em curso, o ideal libertário do socialismo estaria de pé, extraído as lições das experiências havidas. Mas a situação é totalmente diferente quando, entre outras menores, a maior nação do planeta persevera no caminho socialista, conseguindo vitórias extraordinárias, através das veredas sinuosas que estão conduzindo, e desejamos que conduzam à construção da socialista forma nova de viver.

HAROLDO LIMA é deputado federal pelo PCdoB - BA, integrou em 1992 comissão do Congresso Nacional que visitou a China Popular.

NOTAS

- (1) Do prefácio à "Contribuição à Crítica da Economia Política". Marx reproduz versos de Dante na Divina Comédia.
- (2) Discurso de Jiang Zemin por ocasião do 70º aniversário do PCCH. Beijing Informa n.º 27, 1991.
- (3) Salvo indicação em contrário, no que se segue, as partes aspiadas são do livro "Decimotercer Congreso Nacional del Partido de China", Ediciones en lenguas estrangeiras, Beijing, 1987.
- (4) Jiang Zemin, discurso citado pág. 24.
- (5) Rigorosamente a taxa de crescimento do PIB chinês só é inferior o de Botsuana, uma República vizinha da África do Sul, com pouco mais de 1 milhão de habitantes, cravada em cima de uma jazida de diamantes.
- (6) Salvo indicação em contrário, no que se segue, as partes aspiadas são do "Informe Político" a "XIV Congreso del PCCH", Beijing Informa n.º 43, 1992.
- (7) Ling Liangqi, Um "encarregado de trabalhos teóricos", Beijing Informa, n.º 43 pág. 36.
- (8) Vide 06.
- (9) Vide 06.
- (10) "Empresas estatais deixam de ser administradas pelo Estado", Wu Naitao, Beijing Informa, n.º 46, Pág. 14.
- (11) Id.
- (12) "Estado reorganiza empresas vertebrais". Declaração de Li Peng, Beijing Informa, n.º 42, pág. 04.
- (13) Wu Naitao, obra citada.
- (14) Id.
- (15) Id.
- (16) Todo o caso da mina de Shanxi está relatado no estudo de Wu Naitao.
- (17) Charles Bettelheim, "A Luta de Classes na URSS", Livro I, 2ª edição, Editora Paz e Terra, Pág. 29.
- (18) Obra citada, pág. 31.
- (19) Jean Baby, "As Grandes Divergências do Mundo Comunista", Editora Senzala, pág. 111.
- (20) Citado por Charles Bettelheim, pág. 30, obra referida.
- (21) Informe ao XIV Congreso, Beijing Informa n.º 43, pág. 15.
- (22) Deng Xiaoping, "Problemas Fundamentales de La China de Hoy", Ediciones en lenguas estrangeiras, Beijing, pág. 97.
- (23) Jiang Zemin, Beijing Informa n.º 27, pág. 31.
- (24) Id.
- (25) Id.

O fluxo mundial de capitais e as tendências atuais

DILERMANDO TONI

A movimentação de capitais no mundo, sob novas formas, preserva caráter espoliador. A circulação ocorre principalmente entre países ricos, agravando a situação dos países dependentes

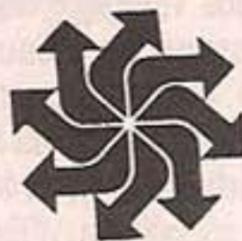
•36•

As informações econômicas e a movimentação de capitais ocupam um espaço crescente nos noticiários. São as aplicações nas Bolsas de Valores das principais cidades do mundo, as compras, vendas e cotações de todo o tipo de títulos, as infindáveis negociações em torno do problema das dívidas externas. Os círculos dominantes dos países dependentes manifestam a vontade insaciável de atrair o capital estrangeiro “para promover o desenvolvimento” e a oligarquia financeira internacional, exigem mais liberdade para ceder seu precioso capital. A imprensa fala com insistência em sigas como FMI, Banco Mundial, BID e outras com suas metas, taxas de juros, prazos, missões fiscalizadoras, etc.

Durante muitas décadas prevaleceu no movimento operário e mesmo em camadas intermediárias da sociedade de vários países dependentes, o ponto de vista formulado por Lênin no começo do século, segundo o qual a exportação de capitais se constitui numa “sólida base para o jugo e exploração imperialista da maioria dos países e nações do mundo, para o parasitismo capitalista de um punhado de Estados riquíssimos” (1). Mas agora, com a crise do socialismo e a ofensiva imperialista em toda a linha - numa época que guarda certa semelhança com a crise da II Internacional em que Lênin dizia que “as palavras são esquecidas, os princípios se perdem, as concepções se desmoronam e as resoluções e promessas solenes são postas de lado” (2) - está “fora de moda” opor-se e denunciar o caráter espoliador da exportação de capitais imperialistas. Tudo o que se coloca em defesa da soberania nacional e do desenvolvimento independente, é logo taxado de “nacionalismo retrógrado”.

É enorme a pressão política e ideológica para

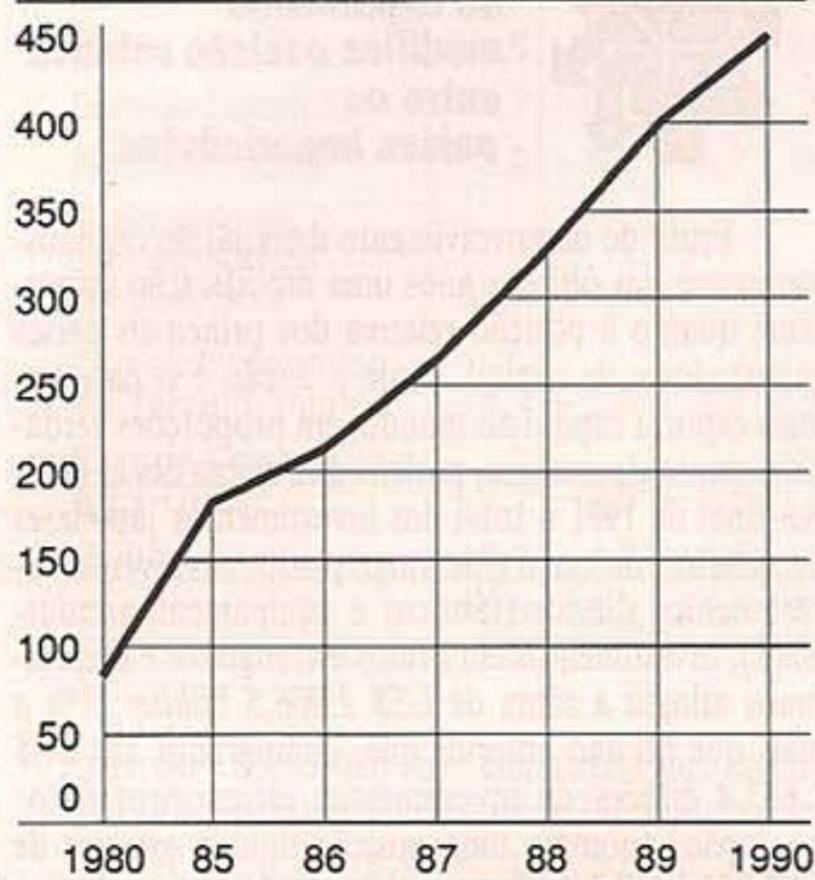
embelezar o capitalismo e ressaltar os “benefícios” do capital estrangeiro. É nesse contexto que se explica toda a vacilação pequeno burguesa de setores do movimento operário mais preocupados em mostrarem-se mansos e confiáveis do que em combater a dependência e a pobreza de nações e povos inteiros, consequência da exportação de capitais dos monopólios e dos países imperialistas. Ainda recentemente o jornalista Getúlio Bittencourt assim descreveu a visita do deputado federal Aloízio Mercadante a Nova York: “Normalmente um representante de um partido brasileiro de esquerda, do PT, deveria deixar preocupada uma plateia de investidores internacionais (...) mas com a palestra de Mercadante, aconteceu o contrário. Veja porque ‘Fernando Collor não foi afastado por causa de seu programa de governo (...) o programa de modernização e integração do Brasil na economia internacional não é dele. Faz parte de um consenso no Congresso e na sociedade brasileira, que não pretende abrir mão dessa abertura’. Assim que Mercadante foi traduzido vieram os aplausos”. (Gazeta Mercantil, 03/12/92)



No início deste século o domínio dos monopólios permitiu gigantesca acumulação de capital

Mas os fatos são teimosos e vão no sentido de desmentir essa falácia neoliberal de “esquerda”. A essência do problema da exportação de capitais não mudou. É um fenômeno típico, “uma das bases econômicas mais essenciais” da etapa imperialista do ca-

Evolução global dos investimentos diretos estrangeiros nos Estados Unidos (1980 a junho 1990, em bilhões de dólares)



Fonte: Revisão Periódica de Estatísticas sobre Investimentos Estrangeiros Diretos nos Estados Unidos, dezembro de 1990

pitalismo, que determina as tendências principais da economia mundial, "intimamente ligado à divisão econômica e política territorial do mundo" (3). Evidencia a correlação de forças entre as potências imperialistas e a disputa entre elas por áreas de investimentos. Leva o desenvolvimento do capitalismo aos mais remotos rincões do planeta, dividindo-o em um punhado de países credores e uma grande maioria de Estados devedores.

Já no início do século XX o domínio dos monopólios nos países capitalistas desenvolvidos possibilitou-lhes uma acumulação gigantesca de capital monetário. Esse "excedente de capital" relativo nas mãos dos grupos monopolistas e dos países imperialistas é que passa a ser exportado a outros países já incorporados à circulação do capitalismo mundial, em busca de lucros maiores e para reforçar as posições econômicas e políticas dos monopólios. Era essa, segundo Lênin, a possibilidade e a necessidade da exportação de capitais que, ao ser realizada, em certa medida diminuiu a tendência decrescente da taxa de lucro nos países exportadores além do que possibilitou-lhes multiplicar suas riquezas à base de um fluxo constante de mais-valia vinda dos países "tomadores", em forma de juros pelos empréstimos concedidos ou de lucros de empresas instaladas no exterior.

Particularmente após a Segunda Guerra Mundial vêm se dando modificações importantes no que diz respeito ao volume de capital exportado, à direção dos fluxos, às formas, aos principais centros exporta-

dores de capitais. Acompanhar essas modificações e atualizar os dados é absolutamente indispensável não só para quem se interessa por economia, mas para toda a estratégia socialista da classe operária.

Uma das modificações de maior importância verificada no curso dos últimos quarenta anos, de forma crescente, é que a exportação de capitais passou a ser feita predominantemente entre os países de capitalismo desenvolvido. Lênin ao escrever o seu famoso *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, em 1916 havia constatado que o excedente de capital dos países avançados é exportado aos países atrasados, onde o lucro é em geral elevado, os capitais escassos, o preço da terra e os salários relativamente baixos e as matérias-primas baratas. Sem dúvida que essas condições não se modificaram e o capital continua a ser exportado para esse tipo de países, mas o pós-guerra marca uma inversão no sentido principal dos fluxos.

Se antes da Segunda Guerra Mundial correspondiam aos países capitalistas desenvolvidos 30% de todo o capital exportado e 70% aos países atrasados, hoje a situação é exatamente inversa. Em 1929, 45% dos investimentos externos norte-americanos destinavam-se às regiões capitalistas desenvolvidas (Europa Ocidental e Canadá). Ao final dos anos 60, início dos anos 70, essas mesmas áreas recebiam 70% dos investimentos americanos. A América do Norte e a Europa juntas, em 1989, acumulavam 62% (US\$ 150 bilhões) de todo o investimento direto japonês no exterior. Como se pode observar no gráfico n.º 1, os investimentos diretos estrangeiros feitos nos EUA passaram de cerca de US\$ 80 bilhões para US 450 bilhões, entre 1980 e 1990, dos quais mais de 90% feitos por outros países capitalistas desenvolvidos.

O relatório anual do Banco de Compensações Internacionais (BIS), divulgado em meados de 92 dá bem uma idéia da distribuição geográfica dos capitais exportadores no mundo na modalidade de investimentos diretos. Constata uma pequena modificação no que diz respeito à direção dos fluxos, um crescimento dos investimentos nos países dependentes que não altera no fundamental a grande concentração entre os países ricos, os números estão na tabela n.º 2.

Entre outros fatores que podem explicar essa particularidade atual estão:

1 - A diferença nacional da taxa média de lucro, que deriva do nível mais alto ou mais baixo da composição orgânica do capital (*). Tal foi o caso da Alema-

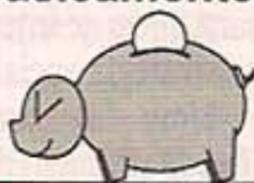
(*) O capital se expressa em sua forma física e material como também em valor. Em sua forma física e material consta de certa quantidade de meios de produção - construções, máquinas, equipamentos, matéria-prima, combustíveis, etc. - e determinado número de operários trabalhando.

A proporção entre a quantidade de meios de produção e o número de operários ocupados em acioná-los denomina-se composição técnica do capital. A composição orgânica do capital é a proporção entre o valor dos meios de produção (capital constante) e o valor da força de trabalho (capital variável). (C : V)

TABELA 2

O capital é exportado basicamente entre os países ricos

Direção do investimento direto externo



Região	1990	1991
	US\$ bilhões	US\$ bilhões
Países industrializados	148,7	115,2
Ásia (fora Japão)	19,9	25,7
America Latina	7,8	12,0
Leste Europeu	0,5	2,3
Total mundial parcial	176,9	155,2

Fonte: Banco de Compensações Internacionais (BIS)

nha e do Japão imediatamente após a guerra com baixa composição orgânica do capital e dos EUA a partir de 1982 (**) onde não há tendência de crescimento da composição orgânica do capital e, portanto as taxas de lucro são mais elevadas. Em virtude disso ganham importância as diferenças nacionais de salários. O país de mais alto nível de salários exporta capitais para os países desenvolvidos de salários mais baixos. Um exemplo disso está na comparação entre os salários médios na Alemanha, US\$ 25,41 por hora trabalhada, ante US\$ 15,88 dos EUA. Isso tem levado grandes monopólios alemães a buscar transferir parte da sua produção para os EUA.

2 - Desigualdades no nível de desenvolvimento técnico e científico entre os monopólios e países imperialistas. Os que estão à frente em tecnologias e com métodos de produção "mais eficientes" investem com mais competitividade nos que vão se atrasando. O Japão, por exemplo, já tem vantagem nesse aspecto em vários ramos da produção em relação aos EUA.

3 - Crise crônica e estrutural que se abateu sobre os EUA a partir dos anos 70. O déficit público, dívida interna e externa, déficit na balança comercial e de pagamentos fizeram com que um grande número de empresas e o governo dos EUA atraíssem capitais

O aumento da composição orgânica do capital ou da produtividade do trabalho se dá com o emprego de máquinas modernas e tecnologias cada vez mais avançadas, ou combustíveis mais baratos, no processo de produção, com a utilização de um número menor e "mais produtivo" de operários. Quanto maior a composição orgânica do capital mais diminui a proporção entre o capital constante e o capital variável que é a parte do capital que cria valor, cria mais-valia. Portanto, diminuindo-se a parte do capital variável reduz-se a taxa de lucro, que depende em primeiro lugar da taxa de mais-valia.

(**) Quanto à tendência ao não crescimento da produtividade do trabalho nos EUA a partir de 1982 ver gráfico publicado na revista Princípios, n.º 21, pág.9.

externos. A tabela n.º 3 dá uma idéia do montante líquido das transferências de recursos do mundo para a economia norte-americana, uma parte do qual pode ser considerada exportação de capitais para os EUA.



Desenvolvimento desigual do capitalismo modifica posição relativa entre os países imperialistas

Fruto do desenvolvimento desigual do capitalismo houve nos últimos anos uma modificação importante quanto à posição relativa dos principais países exportadores de capital. Hoje o Japão é o país que mais exporta capital no mundo, em proporções verdadeiramente gigantescas, posição que ocupa desde 1985. Ao final de 1991 o total dos investimentos japoneses no exterior, de curto e de longo prazo, envolvendo investimentos diretos (fábricas e equipamentos industriais), investimentos em títulos estrangeiros e empréstimos atingiu a soma de US\$ 2.006,5 bilhões, 8% a mais que no ano anterior que, comparados aos US\$ 1.623,4 bilhões de investimentos estrangeiros feitos no Japão, apontam uma posição líquida exterior de US\$ 383,1 bilhões. Os investimentos japoneses diretos no exterior (fábricas e equipamentos) durante 1990 atingiram US\$ 67,5 bilhões (4).

Não é que os EUA tenham deixado de exportar capitais, quer sob a forma de investimentos diretos ou de empréstimos bancários e governamentais, mas a situação modificou-se bastante desde 1972 conforme mostra a tabela n.º 4 na qual sequer figurava o Japão. Os EUA hoje em dia importam mais capitais e mercadorias do que exportam, têm uma posição líquida externa deficitária de algo em torno de US\$ 1 trilhão. Foi superado neste indicador também pela Alemanha que teve em 1990 uma posição líquida externa superavitária de US\$ 345,4 bilhões e que desde os meados dos anos 70 já havia superado a Grã-Bretanha e a França quanto à exportação de capitais. Mesmo o perfil da dívida com os credores privados dos países latino-americanos (considerados o quintal dos EUA) há modificações importantes nesses últimos 10 anos. Os bancos dos EUA e Canadá não são mais os principais credores do Brasil, México, Argentina, Venezuela, Chile, Colômbia, Peru e Uruguai e sim os bancos europeus e japoneses como se pode observar na tabela n.º 5.

Nessas circunstâncias de perda contínua de posições do imperialismo norte-americano e de expansão da exportação de capitais japoneses e alemães é que se dá um acirramento enorme das contradições e disputas entre tais potências imperialistas. Há uma tendência em curso para a formação de blocos econômicos fechados, onde cada potência líder assegura condições mais favoráveis para a exportação de seus capitais e mercados monopolistas (ou zonas de "livre -

TABELA 3

Transferência Líquida de Recursos para os Estados Unidos, por região. 1980/1991(US\$ bilhões)

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
Canadá	-0,5	0,3	7,1	9,0	12,3	13,1	10,2	8,0	7,5	4,4	3,2	-
Japão	9,5	14,5	15,5	24,6	42,1	51,3	52,1	53,4	47,4	40,7	32,4	33,6
Europa Ocidental	-16,7	-9,0	-2,7	5,4	21,4	31,1	34,8	32,2	18,9	1,5	-3,2	-18,0
América Latina	-2,2	-6,3	4,7	18,0	20,6	16,6	12,7	15,3	10,2	10,7	11,2	-
Exportadores de Petróleo da África e Ásia	36,7	24,9	5,8	0,8	5,2	3,1	2,3	7,1	5,9	11,3	15,0	6,9
Outras Economias do Terceiro mundo	-4,7	-0,6	1,1	9,4	21,3	22,1	31,6	42,1	34,9	36,0	32,6	26,4
Europa Oriental e Ex-URSS	-2,7	-2,9	-2,8	-1,7	-2,1	-1,4	-	-0,2	-1,6	-3,6	-2,2	-2,1
Outros	-0,1	-4,7	-4,4	-8,0	-11,0	-12,9	-3,4	-4,9	-6,7	-7,6	-7,4	-9,0
Total	19,3	16,2	24,3	57,5	109,8	123,0	140,3	153,0	116,5	93,4	81,6	37,8

Fonte: ONU (1992)

comércio" como têm sido chamadas) que estejam a salvo das contingências da concorrência internacional.

A partir dos anos 90 o Japão tem se voltado mais para a Ásia; de 1986 a 1991 investiram em fábricas e equipamentos na região US\$ 27 bilhões contra US\$ 7 bilhões dos EUA. Utilizam os recursos e a mão-de-obra desses países para produzir mercadorias destinadas aos EUA e à Europa. Os EUA voltam-se um pouco mais para as Américas. Surgem mesmo problemas novos como o da defesa do meio ambiente que influenciam a exportação de capitais. Uma reunião realizada em fins do ano de 92 com a participação de 3.500 representantes do setor de mineração dos EUA e do Canadá concluiu que diante dos rígidos regulamentos ambientais e de jazidas minerais cada vez mais exauridas, as empresas norte-americanas de mineração devem se dirigir para a América Latina em

busca de incentivos fiscais oficiais e de legislações ambientais mais flexíveis. Enquanto nos EUA pode-se ter que esperar mais de cinco anos para receber a autorização dos órgãos responsáveis pelo meio ambiente, no Chile a aprovação pode demorar seis meses apenas. Assim é que muitas indústrias poluentes têm se transferido para os países dependentes no que se poderia chamar de exportação suja de capitais.



Crise dos EUA afeta modelo de capitalismo dependente vigente na América Latina

A América Latina como área de maior influência econômica e política do imperialismo norte-americano.

39.

TABELA 4

Mudança da proporção dos países imperialistas na exportação de capitais (1913 - 1970)

Países	1913		1938		1972	
	bilhões de dólares	%	bilhões de dólares	%	bilhões de dólares	%
EUA	4	10,9	12	30	180,9	62,5
Inglaterra	18	48,6	23	58	56,0	19,4
França	9	24,3	4	10	23,6	8,1
RFA*	6	16,2	1	2	29,0	10,0
Total	37	100,0	40	100,0	289,5	100,0



GRÁFICOS EDUARDO

* 1913 e 1938, Alemanha

Extraído do livro "Economia Política-Capitalismo" A. Rumiántsev, Ed. Progresso, 1980, Moscou

TABELA 5

Origem nacional dos créditos a países americanos selecionados de bancos que se reportam ao BIS
(% dos créditos totais)



	Argen- tina	Brasil	Chile	Colômbia	México	Peru	Uruguai	Vene- zuela	Total	
fim 1983	<i>Por nacionalidade 1,2</i>									
	América do Norte	31,9	39,4	49,0	44,8	40,4	35,9	39,4	42,6	39,8
	Europa	38,6	32,8	28,5	32,1	30,1	43,9	47,4	33,8	32,9
	Ásia	18,3	15,9	11,8	16,9	18,0	10,4	4,2	16,3	16,5
	Outras	11,2	11,9	10,7	6,2	11,5	9,8	9,0	7,3	10,8
fim 1991	<i>Por nacionalidade 1</i>									
	América do Norte	17,4	19,8	36,8	30,3	35,3	6,7	33,3	41,3	28,0
	Europa	56,1	48,0	43,3	39,8	32,9	73,7	61,9	42,4	43,8
	Ásia	20,9	21,2	15,4	21,7	8,6	12,7	0,4	7,6	14,9
	Outras	5,6	11,0	4,5	8,2	23,2	6,9	4,4	8,7	13,3

1. Dados extraídos do sistema de informações semi-anual do BIS
2. Posições no final de 1985

Fonte: BIS (Banco de Compensação Internacional)

40.

no vive as conseqüências da crise da metrópole. O período, de 1980 a 1990, que ficou conhecido como a década perdida, mostrou um esgotamento do modelo de capitalismo dependente que precisa sempre de mais investimentos externos para se reproduzir. Só que quase toda a acumulação da região foi transferida para o exterior, por causa da carência de capitais nos EUA. Nesse quadro, as exigências dos monopólios e do governo dos EUA e de outros países imperialistas para exportar seu capital, ou melhor, as sobras de seu capital excedente, são muito grandes. O marco do Estado-nacional dos países de capitalismo dependente se transformou num obstáculo para o desenvolvimento das forças produtivas do imperialismo. Aí é que entra o discurso neoliberal da "maior abertura da economia", da "desregulamentação", da privatização das estatais. O capital imperialista só pode ser exportado nessas novas condições tão bem assimiladas por uma parte considerável das classes dominantes dos países dependentes e seus representantes do tipo Collor, Menén, Fujimore, Lacalle, Carlos Andrés Perez e outros.

À medida que começam a ser satisfeitas essas exigências, ou que se dê a "melhoria do ambiente" segundo o Banco Mundial; aparece novamente o capital estrangeiro e vão se reproduzindo as relações de dependência prolongada e profunda entre os países devedores e os países credores. O relatório do Banco Mundial "Tabelas da dívida mundial 1992/93", divulgado em dezembro de 92 calcula que a dívida externa total, fruto da exportação de capital como empréstimos, dos "países em desenvolvimento", incluindo os países que compunham a URSS, passou de US\$ 1,608 trilhão em 91 para US\$ 1,703 trilhão em 92. A ONU no seu "Relatório sobre o Desenvolvimento

Humano - 1992" afirma que os juros pagos pelas "nações em desenvolvimento" sobre empréstimos feitos no exterior são 4 vezes mais altos que os cobrados dos países ricos e que na transferência de recursos entre o Norte e o Sul, no período de 1983 a 1990, os países mais pobres perderam, anualmente, US\$ 21 bilhões para as nações industrializadas.

As tão festejadas novas entradas de capitais externos para a América Latina, para a Ásia ou para o Leste europeu que vêm se dando a partir de 1990, cantadas como vitórias dos ajustes neoliberais vão na realidade piorar ainda mais a situação. Em primeiro lugar são pequenos os volumes de capital e essas regiões continuam a pagar mais que receber; depois, se dão em condições extremamente desvantajosas: quer transformando dívida externa em investimento, ou seja, transferindo patrimônio sem ônus, quer porque parte substancial dos empréstimos se dá através da compra de títulos de curto prazo a juros exorbitantes, ou ainda porque o investimento se dá na aquisição de estatais, muitas das quais estratégicas para a soberania dos países em questão e vendidas geralmente por um preço subavaliado.

A tendência real que se deve ter em consideração é que há uma concentração brutal de capitais nos países ricos que ao exportar seus excedentes levam à miséria milhões de pessoas em todo o mundo. Ainda de acordo com o relatório da ONU acima citado, os países industrializados, vale dizer os países imperialistas, com apenas 23% da população mundial, detêm 85% da renda global do planeta. A desigualdade de renda entre os países mais ricos do mundo e os mais pobres dobrou de tamanho entre 1960 e 1990. Há 30 anos os rendimentos da população mais abastada do planeta era 30 vezes maior que os ganhos da fatia

mais pobre. Agora a diferença já chega a 60 vezes e a tendência é de se ampliar ainda mais. Ver o gráfico n.º 6.

Não há exportação de capitais “bem intencionada”, mesmo quando denominada marotamente de “ajuda”. Os monopólios quando investem, os bancos ou governos quando emprestam buscam superlucros, sobretudo agora quando a economia dos países capitalistas mais desenvolvidos se acha em recessão. A poderosa empresa petrolífera norte-americana Exxon, por exemplo, registrou em 1991 quase US\$ 7 bilhões de lucros no exterior (antes dos impostos) contra US\$ 1,6 bilhão em suas operações nos EUA. A Reynolds que fabrica as latinhas de cerveja e de refrigerantes no Brasil, uma das maiores do ramo do alumínio, auferiu 40% de seus lucros no exterior.

Banco Mundial funciona como uma empresa: divide seus lucros entre os maiores acionistas



Após a guerra, os governos dos EUA, da Inglaterra e de outras potências imperialistas criaram o Banco Mundial (Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD) e o Fundo Monetário Internacional - FMI com a finalidade de controlar ainda mais a economia dos países dependentes e facilitar a exportação de capitais.

O Banco Mundial funciona como uma empresa e divide seus lucros entre os maiores acionistas, financia a juros projetos voltados prioritariamente para os países dependentes nas áreas de infra-estrutura - estradas, energia, comunicações, portos - criando assim as pré-condições para o desenvolvimento do capitalismo e para exportação de capital dos monopólios

GRÁFICO 6

Abismo social Desigualdade na renda entre os 20% mais ricos da população mundial e os 20% mais pobres



Fonte: Organização das Nações Unidas
O Estado de São Paulo 24.04.92

privados. O capital atual do Banco Mundial é de US\$ 180 bilhões aproximadamente. Nos dois últimos exercícios (90/91 e 91/92) o total dos financiamentos do Banco Mundial foi de US\$ 22,93 bilhões e US\$ 21,7 bilhões respectivamente, sendo que deste último valor, US\$ 5,84 bilhões (27%) do total foram para o financiamento do “ajuste estrutural” dos países dependentes. Esse capital é muitas vezes exportado junto (projetos combinados) com capital dos bancos privados.

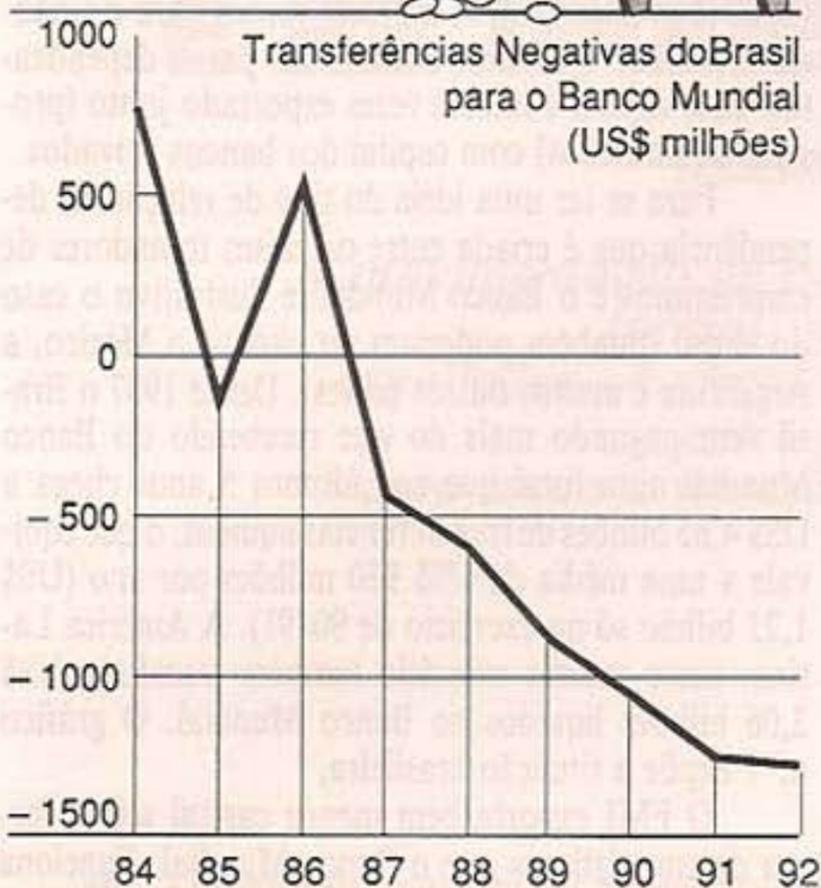
Para se ter uma idéia do tipo de relação de dependência que é criada entre os países tomadores de empréstimos e o Banco Mundial é ilustrativo o caso do Brasil (também poderiam ser citados o México, a Argentina e muitos outros países). Desde 1987 o Brasil vem pagando mais do que recebendo do Banco Mundial num total que nos últimos 5 anos chega a US\$ 4,65 bilhões de transferências líquidas, o que equivale a uma média de US\$ 930 milhões por ano (US\$ 1,23 bilhão só no exercício de 90/91). A América Latina, nesse mesmo exercício também transferiu US\$ 2,06 bilhões líquidos ao Banco Mundial. O gráfico n.º 7 expõe a situação brasileira.

O FMI exporta bem menos capital sob a forma de empréstimos que o Banco Mundial. Funciona como um *mecanismo controlador*, papel que foi ganhando cada vez mais importância a partir da década de 60. Hoje o FMI pesa sobre tudo e sobre todos, como se fosse um Ministério da Economia e Planejamento do imperialismo. Qualquer renegociação de dívida externa tem que passar obrigatoriamente pelos mecanismos do FMI, que para tanto exige uma política econômica de total atrelamento aos interesses do capital monopolista internacional. Os países dependentes perdem sua autonomia de planejamento econômico pois o FMI monitora o desempenho econômico segundo os seus critérios, aplica sanções, estabelece metas, pressiona no sentido de que as leis dos países sejam modificadas no interesse do imperialismo. O FMI dessa maneira faz a ponte entre os banqueiros internacionais e os governos dos países dependentes e joga um papel fundamental nas condições e no volume em que o capital é exportado para eles.

Durante o ano de 1992 o FMI desenvolveu esforços - inúteis, diga-se de passagem - no sentido de unificar uma política econômica para os países imperialistas que possibilitasse uma saída para a crise em que vivem; por outro lado, procura orientar a economia dos países do Leste europeu e da ex-URSS à “economia de mercado”.

Uma outra face dos mecanismos de controle da exportação de capitais que surgiu relativamente há pouco tempo foram os bancos regionais de desenvolvimento - Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, o Banco para o Desenvolvimento da África, o Banco de Desenvolvimento da Ásia e mais recentemente o BERD dedicado à “reconstrução” dos países do Leste europeu. Esses bancos têm papel comple-

O Brasil paga mais do que recebe emprestado do Banco Mundial

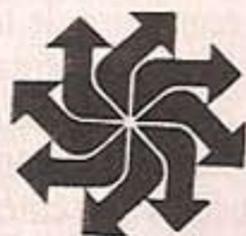


Fonte: BC, BIRD e Centro de Informações da Gazeta Mercantil

mentar no esquema geral de dominação. Alguns deles surgiram com a intenção de promover um desenvolvimento regional mais independente mas acabaram por cair nas malhas do BIRD e do FMI.

42

Exportação de capitais diretamente pelos Estados ricos é fato novo na conjuntura mundial



Os capitais exportados diretamente pelos Estados ricos ou por instituições oficiais por eles controlados representam um fato novo na exportação de capitais. Criam relações de dependência muito mais profundas. Atualmente nada menos que 50% da dívida externa dos países dependentes é para com os governos dos países imperialistas e seus organismos financeiros. A palavra de ordem "Fora daqui o FMI", que se popularizou em várias partes do mundo, surge como uma reação dos setores patrióticos e populares ao perigo que esse esquema representa para a soberania nacional dos países dominados.

Com relação à exportação de capitais privados, alguns registros:

1 - Da metade da década de 50 até os anos 70 os investimentos diretos ganharam grande importância sob a forma de empresas transnacionais (a denominação empresas multinacionais é imprecisa pois dá a entender que o capital tem origem ou pertence a vários países) que são os monopólios que acumularam

um grande capital e tiveram a necessidade de investir no exterior através da montagem de filiais. As empresas transnacionais não são a mesma coisa que os supermonopólios descritos por Lênin - acordos entre monopólios de diferentes países para a produção e comercialização. As transnacionais produzem no exterior; parte da produção é consumida no país-base e parte é exportada. Os investimentos diretos atuais se dão mais sob a forma de aquisições de fábricas já existentes do que na implantação de novas indústrias. Isto é o que ocorre, por exemplo, quando capitalistas estrangeiros compram as estatais dos países dependentes;

2 - Os monopólios desenvolveram a um nível muito mais elevado a venda de tecnologia, comercializando patentes e licenças. Essas vendas ou aluguéis (leasing) são feitas sob variadas formas e condições constituindo-se numa modalidade peculiar da exportação de capitais, como se fosse algo *invisível*. O Brasil, nos últimos 10 anos, a cada ano, importou US\$ 200 milhões em tecnologia. Estima-se que em 1990 os EUA tiveram um saldo externo positivo de US\$ 8 bilhões no item tecnologia;

3 - A partir dos anos 80 ganham uma grande importância os chamados investimentos de portfólio - títulos e ações. Os títulos dos mais variados tipos são emitidos por empresas e por governos, com juros e prazos variáveis. O governo norte-americano busca financiar grande parte de seu déficit público vendendo títulos. O volume do déficit desses empréstimos contraídos pelos EUA já em 1989 era de US\$ 600 bilhões aproximadamente. Nos países dependentes, empresas e governos vêm também lançando mão desse expediente, de forma crescente a fim de atrair o capital estrangeiro, conforme se pode observar no gráfico n.º 8. Isso ocorre simultaneamente a uma grande queda no volume dos empréstimos bancários tradicionais. Por esse tipo de operação normalmente se pagam juros altíssimos e os prazos são curtos. Em seu conjunto, o crescimento dos investimentos em portfólio representam a elevação do caráter parasitário do imperialismo a um nível superior.



No mundo de hoje começa a se esboçar nova partilha segundo a força econômica

O que se pode esperar em termos de tendências de todo esse quadro? No seu "Imperialismo ..." Lênin observava que "a passagem do capitalismo à fase do capitalismo monopolista, ao capital financeiro, se encontra relacionada (grifo de Lênin) com a exacerbação da luta pela partilha do mundo" pois, "...faz parte da própria essência do imperialismo a rivalidade de várias grandes potências nas suas aspirações à hegemonia" e que os capitalistas repartem o mundo

“segundo o capital” e “segundo a força”. No mundo de hoje começa a se esboçar uma nova partilha segundo a força econômica. A Alemanha avança sobre a região do Leste europeu e da ex-URSS, investindo capital e fomentando divisões, há um novo desenho das fronteiras. O Japão supera em muito os EUA em influência econômica na Ásia. Os EUA, por sua vez, através da força militar procura manter posições e garantir o petróleo no Oriente Médio, uma zona conflagrada inclusive pela presença agressiva do Estado de Israel. Existiria outra maneira dos EUA não perderem o status de potência capitalista nº 1, estando em ritmo de desenvolvimento econômico muito mais lento que o Japão e a Alemanha, a não ser pelo uso cada vez mais intenso de sua supremacia militar? A tendência é para o acirramento das disputas imperialistas por áreas de exportação de capitais e de mercadorias. A luta pacífica que hoje se dá no GATT (Acordo Geral para Tarifas e Comércio) ou no protecionismo crescente das grandes potências pode se transformar, mais ou menos dia, em luta *não* pacífica.

Por outro lado, o sistema imperialista enfrenta a maior crise econômica desde o fim da Segunda Guerra Mundial, de natureza estrutural que se combina com uma crise cíclica iniciada em 1990. A economia dos países capitalistas mais desenvolvidos cresce com o passar do tempo a taxas cada vez menores, quando não negativas, e o capital que é exportado tem cada vez mais caráter especulativo, usurário, em detrimento do investimento em empresas industriais. Tudo isso deverá desembocar num agravamento da crise como um todo. O capitalismo dependente encontrará maiores dificuldades de se reproduzir. As condições para a exportação de capitais se tornarão mais

apertadas ainda, as diferenças entre os credores e os devedores irão aumentar, o fosso entre os bilhões de seres humanos pobres e miseráveis e uma minoria de ricos se aprofundará. Por aí também aumentarão os confrontos.

O quadro porém ainda não está completo. Lênin constatou no início do século que “a exportação de capitais repercute no desenvolvimento do capitalismo dentro dos países em que são investidos, *acelerando-o extraordinariamente*” (grifo do autor). Desenvolvimento distorcido e dependente, voltado para os interesses dos grandes monopólios mas que trouxe um crescimento da classe operária em todo o mundo. Hoje em dia, na América Latina e na Ásia existe uma série de países de desenvolvimento capitalista médio. O que ocorreu no Brasil, que conhecemos mais de perto, também se deu no México, na Argentina, na Venezuela, no Chile, Malásia, Taiwan, Indonésia, Filipinas, Índia, Tailândia, Coréia do Sul e em alguns países do Oriente Médio à base da indústria petrolífera. Na Malásia, por exemplo, nas últimas duas décadas, a proporção dos produtos industrializados nas exportações passou de 11,9% para 64,9%. Nos chamados países em desenvolvimento, entre 1970 e 1990 o consumo de fertilizantes cresceu em 360%, ou seja, cerca de 40% da produção total.

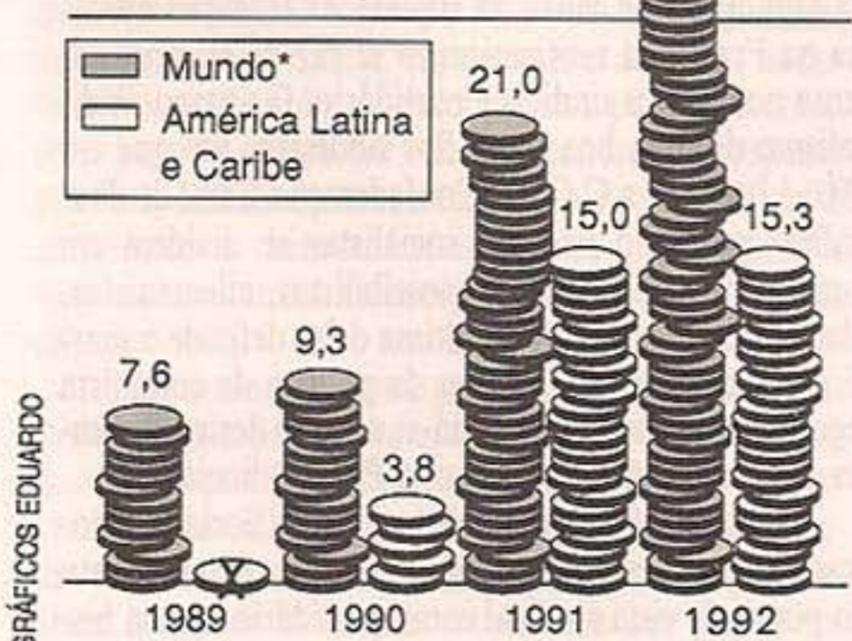
Se houve um estancamento no crescimento da classe operária nos países capitalistas desenvolvidos (nos EUA houve diminuição), houve, por outro lado, um crescimento acentuado em muitos países capitalistas dependentes. O número de camponeses diminuiu significativamente em todo o mundo. A intensificação da internacionalização do capital quer dizer socialização da produção em escala mundial em nível mais elevado.

As condições objetivas para a revolução socialista mundial aumentaram em muito. Para além da ofensiva neoliberal do imperialismo é preciso ver que vão se criando condições para que as tentativas de ruptura com o *status quo* se multipliquem. Nesse sentido é preciso reafirmar a idéia leninista de que na época atual, a tarefa dos comunistas e da classe operária “deve estar orientada, não contra capitais financeiros isolados, e sim contra o capital financeiro internacional” (5).

DILERMANDO TONI é jornalista.

GRÁFICO 8

Investimentos em títulos e ações nos países dependentes (em US\$ bilhões)



* Inclui: Egito, Arábia Saudita, Indonésia, Nigéria, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Gabão, Coréia do Sul, Malásia, México, Marrocos, Papua Nova Guiné, Filipinas, Portugal, Tailândia, Tunísia, Turquia e Venezuela. Obs.: Inclui também a China, que não pode ser considerada dependente. Fonte: Banco Mundial

NOTAS

- (1) LÊNIN, V.I., *O imperialismo, fase superior do capitalismo.*
- (2) LÊNIN, V.I., *Prólogo para o folheto de N. Bukarin, "A economia mundial e o imperialismo".*
- (3) LÊNIN, V.I., *O imperialismo e a divisão do socialismo.*
- (4) Dados veiculados nas edições da Gazeta Mercantil dos dias 08/04 e 25/05 de 1992.
- (5) LÊNIN, V.I., *Sob uma bandeira alheia.*

Abaixo a guerra! Viva a guerra!

EDGAR CARONE

No final do século XIX já existem partidos socialistas em quase toda a Europa e em boa parte da América. Mas a guerra imperialista fomenta a divisão da Internacional Socialista

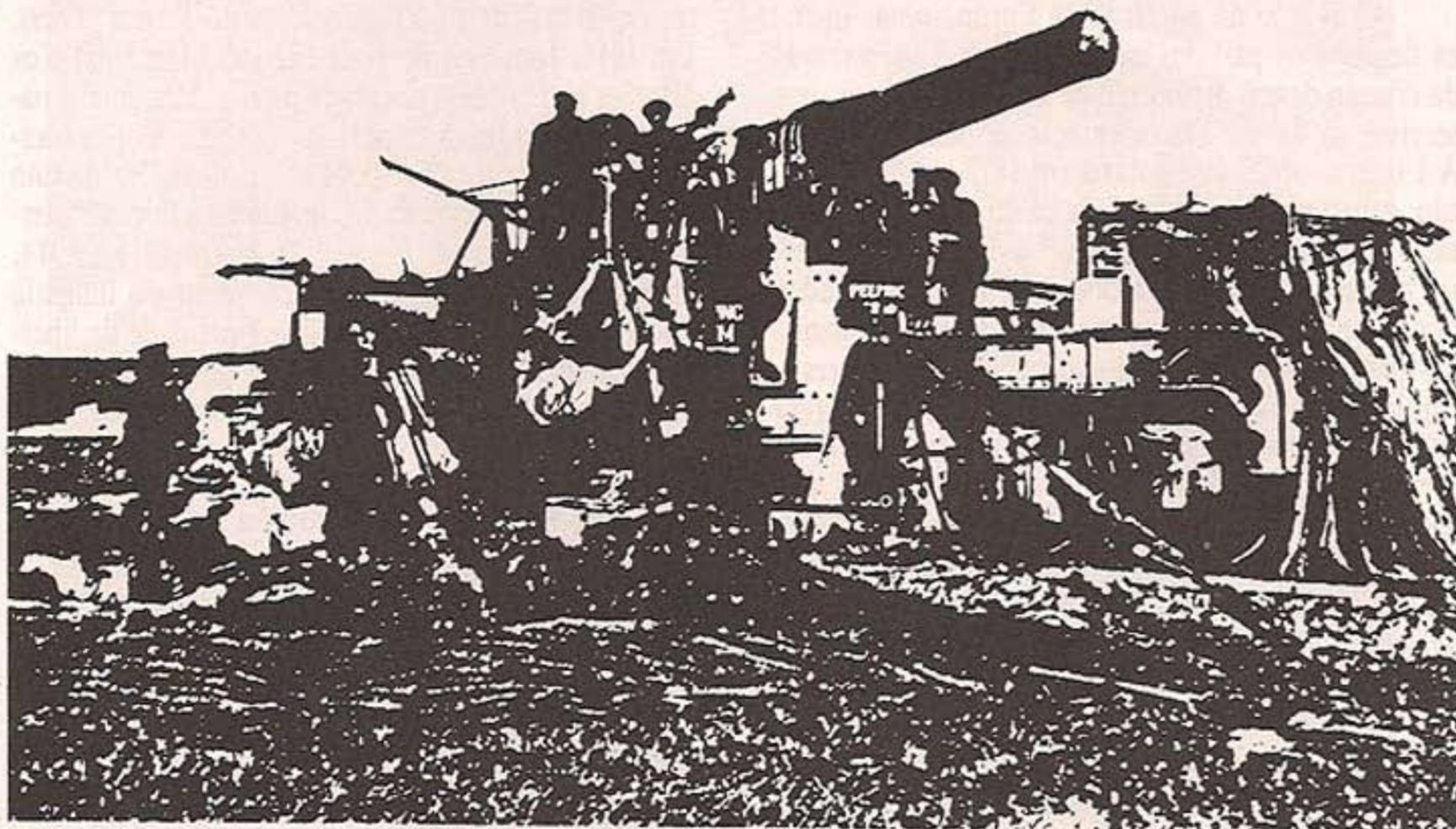
Nas três últimas décadas do século passado já existiam partidos socialistas praticamente em quase toda Europa, como em boa parte do Continente Americano; a Ásia e África só conheciam a sua expansão após a Revolução Russa de 1917.

O crescimento dos partidos resulta de um processo longo e de uma série de circunstâncias variadas. A luta pela afirmação partidária, em cada caso, depende de fatores externos e internos, isto é, fundamentalmente do processo de luta contra a classe dominante em seu país e contra os desvios ou correntes ideológicas contrárias, defendidas por facções ou grupos que compõem, ou não, o partido propriamente dito. É nesta hora que o proletariado vê engrossar de maneira contínua as suas fileiras, como resultado da Segunda Revolução Industrial (1860 em diante); é quando a burguesia dominante cede à pressão e aceita as imposições da classe trabalhadora, dando-se a ampliação das leis sociais, a difusão dos sindicatos e dos partidos de esquerda, etc. Assim se consolidam os Partidos Social Democratas na Alemanha, Áustria, Rússia, Polônia, etc., enquanto os seus irmãos gêmeos proliferam com o nome de Partido Socialista na França, Espanha e Itália. Nesta hora, também os sindicatos crescem em número, passando a constituir federações e confederações, o que lhes dá maior força e maleabilidade.

Apesar da ligação entre partido e sindicato, relação que não pode deixar de ser feita, iremos nos restringir ao primeiro. Ele, na maioria das vezes, aparece defendendo ideologias diversas, de caráter reformista, acabando mais tarde por sofrer os efeitos do marxismo revolucionário. Exemplo desta trajetória, podemos encontrar na Social Democracia Alemã, entre ou-

tras. Na Alemanha de 1848, momento em que o país começa a se industrializar, dominam as Associações Operárias, as Caixas de Solidariedade, e os grupos de finalidade religiosa, etc. É em 1863 que Ferdinand Lassale funda a Associação Geral dos Trabalhadores Alemães que, após a sua morte, se funde com o Partido Social Democrata dos Trabalhadores, dirigido por Wilhelm Liebknecht e Auguste Bebel. A ambigüidade programática se revela nos Congressos de Eisenach (1869) e no de Gotha (1875), e é superada pelo Programa de Erfurt (1891). A partir de então a ideologia marxista se torna oficial. Trajetória idêntica em alguns aspectos e particular em outros, se dá com o Partido Socialista Francês. Após os acontecimentos trágicos da Comuna de Paris (1871), o movimento operário declina, expandindo-se novamente na década seguinte. Por causa da riqueza da tradição operária na França, a reorganização se faz de maneira intensa nos planos sindical e partidário. O anarco-sindicalismo domina boa parte dos sindicatos até que em 1906 é fundada a C.G.T. (Confederação Geral do Trabalho) enquanto isso, os socialistas se dividem em quatro correntes distintas: possibilistas, allemanistas, blanquistas e guedistas. A última delas defende o marxismo, as outras são a favor da política de conquista legal e paulatina. Em 1905 dá-se a fusão destas correntes e o nascimento de um novo Partido Socialista.

Além dos dois exemplos, temos a Social Democracia Austríaca, que segue o modelo alemão tanto do ponto de vista sindical como partidário. A sua história pode dividir-se em duas partes: 1) da década de 60 até o Congresso do Hainfeld (anos 60 até 1889), quando coexistem as correntes reformistas, marxistas e anarquistas, sendo a maior questão a das nacionali-



CERCLE EUROPÉEN DU LIVRE

dades; 2) período do compromisso entre os partidários e os críticos do reformismo, o que leva o partido a crescer eleitoralmente, ao mesmo tempo que as divergências entre tchecos e alemães aumentam de intensidade.

Os casos da Itália e da Espanha, entretanto, apresentam certas similitudes: correntes majoritárias reformistas e anarquistas e presença tênue do marxismo no período inicial; depois da década de 80, aparece o Partido Socialista, que defende o marxismo. Apesar do avanço socialista, os anarquistas e anarco-sindicalistas continuam a representar papel importante na Espanha e na Itália.

Finalmente, o marxismo se torna conhecido na década de 80 na Rússia, mas em 1893, através da Libertação do Trabalho e, em 1898, pelo Partido Social Democrata Russo, começa a hegemonia do marxismo.

Crescem os partidos de esquerda e movimento sindical, operariado exige mais espaço político



O crescimento dos partidos de esquerda e do movimento sindical leva o operariado a batalhar por maior espaço político. As correntes reformistas e marxistas defendem o direito e a necessidade de uma estratégia em que as organizações trabalhistas participem do Parlamento e ocupem cargos no Executivo, reivindicações rechaçadas pelos anarquistas, anarco-sindicalistas e católicos. Como resultado, temos um crescimento vertiginoso dos partidos marxistas, que resulta em vitórias eleitorais cada vez maiores. Para ficar-

mos restritos aos casos alemão e francês, que representam até 1914 a espinha dorsal do trabalhismo, constatamos que o primeiro elege 111 deputados para o Reichstag em 1912, e que o segundo conta com 102 deputados no mesmo ano.

O crescimento provoca resultados vários, como a participação ativa dos socialistas na sociedade, a extensão das reivindicações sociais, etc. Por sua vez, a estrutura burocrática partidária se torna mais complexa, já que ao lado do núcleo central do partido surgem as ramificações regionais, o que provoca a necessidade de maiores recursos financeiros: "valorizando-se, as organizações eram obrigadas a munir-se de pessoal permanente - administradores, gestores, redatores, *secretários operários* - que defendessem os interesses dos trabalhadores perante as jurisdições do trabalho e os serviços de segurança. Os eleitos municipais das grandes cidades, os eleitos regionais (membros do *Landtag*) e nacionais estavam um pouco na mesma situação: como não havia indenizações oficiais (no Reichstag foram introduzidas em 1904), o Partido, sempre que pudesse, subvencionaria as suas atividades..." (1).

Esses compromissos, que se somam a outros, como escolas, livros, jornais, revistas, sindicatos ligados ao partido, etc., "fazem com que as agremiações tenham pesadas exigências financeiras, como no caso dos alemães e dos franceses". Ao mesmo tempo, o crescimento numérico de seus afiliados e simpatizantes, de deputados - na Alemanha, França ou Áustria -, e da difusão ideológica do marxismo, surpreende a todos, aparecendo para muitos como um processo inexorável de encaminhamento com destino à sociedade socialista. É a "esperança de um movimento revo-

lucionário, mas sem fazer revolução”, segundo a fórmula de Karl Kautsky (2).

O avanço da esquerda na Europa e na América desperta os partidos marxistas para a necessidade da criação de um organismo de caráter universal, que servisse ao debate e à orientação de seus membros. A I Internacional se esgotaria em 1872 e, por esta razão, a pretexto do Centenário da Revolução Francesa, o Partido Socialista Gaulês convida seus congêneres a virem a Paris. Reunidos em 1889, os delegados que comparecem ao evento resolvem torná-lo organismo permanente, e, para isso, marcam o Congresso seguinte para 1891 (3). As reuniões têm como *palavra de ordem*, questões levantadas pelos seus membros e aceitas pela Comissão Organizadora. Os temas que surgem refletem problemas que preocupam as fileiras dos partidos em cada um dos países, muitos deles já discutidos nos seus Congressos nacionais. O esforço de esclarecimento torna a preocupação dos socialistas mais real, com resultados concretos e ressonância universal mais garantida. De maneira mais satisfatória, a II Internacional amplia e elucida as teses socialistas sobre questões de estratégia e tática do movimento operário. Dentre o conjunto de debates - imigração, legislação social, revisionismo, greve e greve geral, cooperativas, sindicalismo, etc. (4) - um tema volta à tona de maneira constante e, por isso, pode ser avaliado de maneira mais precisa: o socialismo e a guerra.

46

Guerras coloniais retalham África e Ásia entre principais potências capitalistas



Questão básica é esta da guerra, agora ameaçando o próprio território da Europa. As guerras coloniais se dão no século XIX, hora em que a África e a Ásia são retalhadas entre as principais potências imperialistas - Inglaterra, França, Rússia, Austria, Estados Unidos, Bélgica, Holanda, Alemanha, etc. Mas, os atritos entre as potências capitalistas não deixam de existir e a ameaça de um estado de beligerância parece presente. O que fazer nestas circunstâncias? As soluções apresentadas variam. De qualquer jeito, a problemática volta constantemente à baila exatamente porque, de 1900 até 1914 a ameaça de conflito armado é uma constante. Dois focos são centrais: o Marrocos e os Bálcãs. No primeiro caso, são os alemães que pretendem ocupar espaço na África do Norte e o Kaiser Guilherme II, em viagem surpresa, desembarca em Tanger (1905) ocupada na maior parte pelos franceses; o incidente provoca reação crítica, dá-se a Conferência de Algeiras (1906) e o acordo da França com a Rússia (1907), que sela definitivamente a Tripla Entente (França, Rússia e Inglaterra). Logo surge a primeira crise Balcânica: a Austria anexa

a Bósnia-Herzegovina (1908), aproveitando-se da revolução na Turquia (1908), fato que, conseqüentemente, representa derrota diplomática da Rússia (1909). Em 1911, franceses ocupam Fez (no Marrocos) e os alemães respondem com envio de navio de guerra para Agadir; são feitos *démarches* e dá-se o acordo franco-alemão sobre o Marrocos e o Congo. No mesmo ano os italianos ocupam a Tripolitânia e iniciam guerra contra a Turquia (1911-1912). Entre 1911 e 1914, após vários incidentes, a Grécia, a Sérvia e a Bulgária iniciam guerra aos turcos, com a finalidade de libertar a católica Macedônia, oprimida pela Turquia maometana (e ajudados secretamente pela Rússia).



Conflitos armados chegam ao próprio território dos países capitalistas europeus

Desta maneira, os conflitos armados se manifestam agora no berço central do sistema capitalista, no coração das potências mais ricas. Além do aspecto militar e diplomático intensos que se dão nesta hora, um outro problema é representativo do período que antecede a I Guerra Mundial. É a questão das nacionalidades, problema que preocupa os socialistas e provoca o nascimento de extensa bibliografia, mas que não faz parte deste trabalho.

A Guerra Mundial de 1914-1918 é o momento final destas crises armadas e, antes de analisá-la, vamos nos fixar nos seus primórdios. Os socialistas europeus acreditam que o perigo de guerra não “podia senão seguir uma progressão contínua no período do imperialismo; apesar de tudo a Social Democracia vivia na esperança de que os partidos socialistas dos grandes Estados europeus fossem tão poderosos a ponto de impedir que uma guerra estourasse; ela supunha também que todos os Estados empregariam suas forças para evitar um conflito armado, por causa da incerteza do resultado que uma guerra apresentava para cada um deles. Em outras palavras: a Social Democracia acreditava sempre na eventualidade de uma guerra; mas acreditava, ao mesmo tempo, na possibilidade de evitá-la.” (5)

Para evitar a guerra, a tática utilizada pelos partidos socialistas e oficializada pela II Internacional é bastante complexa e faz uso de mecanismos controversos. Os seus fatores aparecem delimitados e entre eles situa-se o aspecto moral. Deste ponto de vista, a guerra é um crime contra a civilização, é a destruição da sociedade, do ser humano e do seu bem-estar (6).

A denúncia em que se procura culpar o inimigo é instrumento utilizado pela burguesia e pequena burguesia. O operariado, que tem consciência de sua exploração pela classe dominante, entende a sua situação e sabe que o patriotismo é um valor ideológico

açambarcado pelas classes dominantes, que o utiliza como forma de preservação de seu poder. Daí a idéia, aparentemente dialética, entre patriotismo e o internacionalismo, que Marx e Engels levantam já no *Manifesto Comunista*. Sem querer analisar a questão, ficando restrito aos acontecimentos daquela hora, o problema é ventilado por certas correntes operárias. O IX Congresso do Partido Operário Francês afirma que a “solidariedade operária não exclui o dever do operário de se defender contra os traidores de sua classe, a solidariedade internacional não exclui ou não limita o direito e o dever de uma nação de se defender contra um governo, qualquer que seja, traidor da paz européia. A França atacada não teria mais ardentes defensores do que os socialistas do Partido Operário” (7). Gabriel Deville, no mesmo ano, declara: “nós devemos ser e nós não devemos temer declarar que estamos firmemente resolvidos a nos defender, como a não provocar. Em caso de ataque, é por eles que os trabalhadores, internacionalistas tanto como trabalhadores, têm que se bater enquanto que franceses; e eles seriam, estou seguro, os mais interessados em defender o seu direito à independência e a impor o respeito a todos. Quem é aquele que, praticamente na presença de uma declaração de guerra, de uma agressão, de uma provocação, teria a triste coragem de lutar pela greve militar! Sob que máscara de um pretenso internacionalismo, que não passaria de um nacionalismo às avessas, porque para não favorecer os seus, favoreceriam, afinal de contas, uma nação em detrimento de outra. Há aí o antipatriotismo e não o internacionalismo” (8). Millerand sintetiza a questão dizendo que em “nenhum momento nós esqueceremos que, ao mesmo tempo que internacionalistas, nós somos franceses e patriotas. Patriotas e internacionalistas são dois títulos que antes de nós, nossos ancestrais da Revolução Francesa nobremente aliaram” (9).

**Trabalhadores devem
empregar
todos os meios para
impedir
eclosão da guerra**



A posição a favor do nacionalismo, acima dos valores internacionalistas, é a posição de grande número de socialistas franceses (como Jaures) e alemães (Bernstein). Extremada, no ponto oposto, é a atitude de Gustave Hervé, que confessa: “nós não somos patriotas e não podemos sê-lo, sendo socialistas. As pátrias existem; são feitas, como as chuvas de Limoges. Mas as pátrias não são mães, são madrastas para os pobres. Nós não a amamos, tais como são atualmente. Hoje, o patriotismo é um vínculo entre as classes burguesas de cada país. A este patriotismo, nós opomos o nosso: nossos compatriotas, não são os burgueses da França; nossa pátria, é nossa classe” (10).

Mas anarquistas e socialistas procuram instrumentos práticos para a sua luta contra a guerra. Uns falam em *greve dos povos*, isto é, diante do perigo de guerra, a população se negaria a engajar-se nas forças armadas; ou na *greve militar*, quando o exército cruzaria os braços na hora do conflito. Mas a palavra de ordem mais popular, que preenche boa parte do anseio do movimento operário, é a *greve geral*. Em 1904 dá-se grande debate sobre o tema, que acaba sendo visto como inexequível pelos socialistas. A restrição não é peremptória, havendo casos de sua aceitação. E também para os anarquistas a palavra de ordem é válida e faz parte de sua estratégia. Exemplos podem ser encontrados nas manifestações acríticas, como na Resolução das Conferências Extraordinárias das Bolsas e Federações, em 1911: “a toda declaração de guerra, os trabalhadores devem, sem demora, responder pela greve geral revolucionária.” E de maneira mais maleável, somada com fatores mais amplos, o Partido Socialista preconiza que “entre todos os meios empregados para prevenir e impedir a guerra, e para obrigar o governo a buscar arbitragem, o Congresso considera como particularmente eficaz a greve geral operária, simultânea e internacionalmente organizada nos países interessados, assim como a agitação e a ação populares sob as formas mais ativas” (11).

O instrumento mais constante é, no entanto, a mobilização popular e a agitação. Com a organização dos comícios, tem-se oportunidade de denunciar a política imperialista da classe dirigente, os interesses escusos da burguesia com sua política interna e externa, a guerra e os lucros desenfreados da corrida armamentista. No momento maior da crise - que abrange os anos de 1905 e 1914 -, temos manifestações em Paris, Berlim, Madri, etc.; no primeiro deles, por exemplo, a fraternidade operária é exaltada, pois “não houve jamais oposição entre o proletariado francês e o proletariado alemão (...) nossos camaradas alemães sabem que nós não esquecemos tudo o que lhes devemos. O comício de Treptow repercutiu em todos os corações franceses, e nós fazemos o melhor para responder ao seu chamado. Ouçam, camaradas, e espalhai na Alemanha o que nos disseram agora, que o chauvinismo não tem mais raízes entre vocês, como também entre os trabalhadores franceses: nós podemos jurar (...) divulga-se entre nós, que vocês têm vontade de invadir a França, nós não acreditamos (...) Nosso Partido está decidido a se opor, por todos os meios, à guerra e, em particular, à guerra entre nossos dois países.” (12)

As ações particulares, feitas por organizações nacionais - partidos, sindicatos -, se acrescenta a da II Internacional. Nos seus Congressos são levantadas teses pertinentes às reivindicações operárias, e entre elas aparece a que trata da guerra.

Em 1907 no Congresso de Stuttgart, em 1910 no de Copenhague, e no Congresso Extraordinário

de Bâle (Suíça) em 1912, a questão do conflito armado aparece com realce; ainda mais, o de Bâle é dedicado exclusivamente ao tema no momento da segunda crise Balcânica. O documento de 1907 é o mais radical deles, pois a sua redação inicial, de tendência reformista - de autoria de Bebel -, é modificada com as inserções radicais introduzidas por Lênin e Rosa Luxemburgo.

**Em julho de 1914
os fatos
se precipitam e os
partidos
operários se definem**



O texto final reza que “se uma guerra for desencadear-se, é dever da classe trabalhadora dos países interessados, é dever dos seus representantes nos parlamentos, com auxílio do Bureau Socialista Internacional, força de ação e de coordenação, empregar todos os esforços para impedir a guerra por todos os meios que lhes pareçam mais adequados e que variam, naturalmente, segundo a gravidade da luta de classes e a situação política geral. Se a guerra chegar, apesar disso, a estalar, tem o dever de esforçar-se para fazê-la cessar imediatamente e de utilizar, de toda a energia de que forem capazes, da crise econômica e política gerada pela guerra para agitar as camadas sociais mais profundas e precipitar a queda do domínio capitalista”.

O espírito da Resolução de 1907 é atenuado em 1910, quando a Conferência de Stuttgart diz que a classe operária é o “único inimigo da guerra com que se pode contar”; o de Copenhague (1910) atenua mais o texto e proclama “que a classe operária tem maior interesse que as outras classes em opor-se à guerra, embora só o proletariado organizado disponha de força suficiente para garantir a paz. E indica, por fim, que se as guerras não podem ser completamente abolidas enquanto o capitalismo não acabar por completo, podem, no entanto, serem diminuídas a partir deste momento em frequência e em intensidade”. O Congresso Extraordinário de Bâle continua a tomar posições atenuadas, indicando aos operários a necessidade de que façam ouvir suas vozes e reivindicações: “elevai com toda a vossa força o vosso protesto unânime nos Parlamentos; uni-vos em manifestações e atos de massa, utilizem todos os meios que a organização e a força do proletariado põe em vossas mãos, de modo que os governos sintam constantemente diante de si a vontade atenta e atuante de uma classe trabalhadora resolvida a defender a paz. É preciso opor, assim, ao mundo capitalista da exploração e do crime às massas do mundo proletário da paz e da união dos povos” (13).

Analisando-se a posição socialista sobre a guerra, vemos que a luta travada é uma constante no movimento operário e que se dá em todos os seus níveis

de organização. O que os distingue é a estratégia e a tática utilizadas por cada um, ao qual se acrescenta o seu lado ideológico. Definidos na sua totalidade, levanta-se a questão da relação entre a definição e a ação pragmática. Em que medida a denúncia do perigo de guerra se desdobra em ação contra a guerra, ou seja, em que medida passa-se da análise crítica à luta contra a guerra? Como adotar a tática a ser utilizada, como lutar contra o sistema capitalista? O mês de julho de 1914 é momento em que, em cada partido, em cada sindicato, em cada consciência proletária surgem reações amplas e conflitantes que confirmam ou não parte da herança acumulada nos últimos 50 anos da história européia.

Localizamos os acontecimentos em julho de 1914 porque neste mês os fatos se precipitam e as correntes operárias se definem diante do problema. É a partir do atentado de Sarajevo, a 28 de julho, quando morrem o Arquiduque François-Ferdinand, herdeiro do trono da Áustria, e sua mulher, que a crise se acelera, criando situação mais grave que as anteriores, como nos casos do Marrocos e dos Bálcãs. Aproveitando-se da crise, a Áustria se aproxima mais da Alemanha e, certa do seu apoio, envia ultimatum à Sérvia, no dia 23 de julho; em 25, a Áustria rompe relações com a Rússia e convoca seus reservistas; em 1º de agosto é a vez da França e da Alemanha fazerem o mesmo, na hora em que a Alemanha declara guerra à Rússia consolidam a Entente Cordial, enquanto a Alemanha e a Áustria que formam parte da Triplíce Aliança, não conseguem levar a Itália a acompanhá-las na declaração de guerra.

No começo de julho de 1914, as diversas correntes socialistas ainda acreditam que a crise será superada como em outros momentos passados, enquanto isso a realidade demonstra que, a um momento trágico sucedem-se outros mais trágicos. Assim, nas duas primeiras semanas de julho, os socialistas acompanham os acontecimentos, ainda certos de que a paz sobreviveria a todos esses acontecimentos. A certeza advém de algumas das reações que começam a aparecer na França e na Alemanha, como resultado das Conferências realizadas pelos socialistas alemães e franceses, em Berna (1913) e Bâle (1914). Esses conclaves são seguidos da reunião preparatória ao Congresso Extraordinário de Viena, da Internacional Socialista, marcada para 23 de agosto de 1914. Para preparar o evento, os franceses se reúnem em Paris, nos dias 15, 16 e 17 de julho, e votam pela greve internacional. A Resolução vencedora reza que o “Partido Socialista (seção francesa da Internacional Operária) considera a greve geral espontânea dos trabalhadores de todos os países, combinada com a propaganda contra a guerra entre as massas, como o meio mais apropriado para impedir a guerra e impor a arbitragem internacional do conflito”. (14)

Outro esforço é a reunião do Bureau Socialista Internacional, em Bruxelas, em 28 de julho. Nela com-

parecem delegados da Alemanha, França, Bélgica, Inglaterra, Polônia, Rússia, Itália, Suíça, Austria-Hungria, Dinamarca e Espanha. Estão presentes Jaures, J. Guesde, Vaillant, Jean Longuet, Marcel Sembat, Haase, Rosa Luxemburgo, Victor Adler, Nemeç, Keir Hardie. Adler diz que a guerra contra a Sérvia é popular na Áustria e que o Congresso da Internacional, marcado para Viena, seria impossível nestas condições. Haase diz que se deve prosseguir na luta contra a guerra, na Alemanha. É essa a opinião de Jaures sobre a França. À noite, em comício, falam Rosa Luxemburgo e outros delegados (15).

Na Alemanha, o Partido Social Democrata se reúne no dia 28, após o ultimatum da Áustria à Sérvia (23 de julho, só divulgada no dia seguinte). Ele é seguido de outro, do próprio Comitê Diretor, no dia 31. Nesta hora existe a certeza de que haveria mobilização militar alemã. Os socialistas realizam então comícios e o Comitê Diretor se reúne. Enquanto esperam a notícia sobre a mobilização militar, o órgão máximo do Partido (C.D.) contacta o grupo parlamentar para avaliar o problema dos créditos de guerra. Haase e Ledebour procuram apoio entre os companheiros para votar pela recusa; Fischer e Molkenbourg são a favor da concessão dos créditos para o governo. E todos concordam em que se envie o camarada Müller a Paris, via Bruxelas, para ouvir e, também convencer o Partido Socialista, para que os socialistas franceses aceitem tomar posições iguais às do Reichstag Alemão. A chegada do enviado alemão a Paris, acompanhado de Huysmans, secretário do Bureau Internacional Socialista, provoca estupor. Neste dia, 1º de agosto, Müller recebe a notícia do assassinato de Jaures (31.7) mas, mesmo assim, ele entra em contacto com os delegados franceses (16).

Karl Liebknecht, Rosa Luxemburgo e Clara Zetkin votam contra os créditos de guerra



A esperança de que os franceses e alemães pudessem se manifestar conjuntamente contra a guerra se mostra quimérica. Fora os comícios e outros atos praticados, nem o Partido Socialista Francês, nem o Partido Social Democrata Alemão dão mostras, neste último mês de paz, de que estivessem dispostos a boicotar as pretensões das classes dirigentes. Com o fracasso das últimas tentativas, tudo faz crer que o conflito é inevitável. A última esperança se dá no dia 31 de julho, quando Jaures, acompanhado de Bedouche Cachin, Bracke, Longuet, Compere-Morel, Vaillant e Renaudel procuram o subsecretário do Ministério das Relações Exteriores, para avaliar as obrigações internacionais da França - na verdade, a Aliança com a Rússia - e saber o que fora feito até então para evitar a guerra. Também nesta noite de 31, Jau-

res é morto e o Partido Socialista se reúne com o delegado alemão em 1º de agosto, como vimos.

A partir de 1º de agosto, os partidos socialistas mostram a verdadeira face de suas intenções. Num mesmo momento, o Partido Socialista Francês, o Partido Socialista Belga, a Social Democracia Alemã, a Social Democracia Austríaca, etc., aderem aos seus respectivos governos. O pretexto, de cada um deles, é de que estão se defendendo contra a hostilidade de um inimigo; isto é, adotam posição *defensiva*, contra a *ofensiva* de seus contrários: jogando com este critério, a Alemanha teria que se defender da ação feudal da Rússia; os franceses revidariam ao autoritarismo prussiano e ao pangermanismo. Em 3 de agosto o P.S.D.A. vota a favor dos créditos de guerra, com exceção da minoria composta de Ledebour, Haase, Lensch, Liebknecht, Geyer, Stolle, Peiroles, Emmel; Rosa Luxemburgo, Clara Zetkin, Mehring, Otto Ruhle, Eisner que seguem a linha internacionalista. Na França a adesão à guerra é quase total; contrários são pequeno grupo de sindicalistas, como Alfred Rosmer, Merrhein, Pierre Monette. Na Rússia, os bolcheviques mostram-se contrários à guerra; o mesmo não se dá com Plekhanov, nesta hora mais ligado aos mencheviques; e nem como o anarquista Kropótkin, que adere ao social-patriotismo. Na Áustria, o fenômeno de adesão inclui Frederic Adler e outros líderes social democratas. Desta maneira, a crise dos socialistas e de seus valores ideológicos aparece em profundidade, levando-se a acreditar no naufrágio dos movimentos de esquerda.

EDGAR CARONE é historiador, Professor da FFLCH - USP.

NOTAS

- (1) ROVAN, Joseph. *História da Social Democracia Alemã*, pp. 68-69. O grifado está no original.
- (2) ROVAN, Joseph. *Ibidem*, p. 95.
- (3) Os Congressos seguintes se dão em 1893, 1896, 1900, 1904, 1907, 1910 e 1912.
- (4) Ver Edgard Carone, *A II Internacional pelos seus Congressos (1889-1914)*. (a sair)
- (5) SCHEIDEMANN, Philipp. *L'Effondrement*, p. 10-11.
- (6) A literatura retrata bem o aspecto de horror e de repúdio à guerra: *O Fogo*, de Henri Barbusse; *A Cruz de Madeira*, de Roland Dorgelès; *Nada de Novo no Front*, de Remarque.
- (7) ZEVAËS, Alexandre. *Le Parti Socialiste de 1904 a 1923*, p. 48. O Congresso é de 1893.
- (8) ZEVAËS, Alexandre. *Ibidem*, p. 48-49.
- (9) Idem, *Ibidem*, p. 50-51.
- (10) ZEVAËS, Alexandre. *Ibidem*, p. 52.
- (11) ROSMER, Alfred. *Le Mouvement Ouvrier Pendant la Guerre*, p. 93.
- (12) ZEVAËS, Alexandre. *ibidem*, p. 78. É discurso de Marcel Sembat, em Congresso de Lyon, do Partido Socialista, em 18.2.1912. Nele comparece delegação alemã.
- (13) Os textos são tirados de A. Fabra Ribas, *O Socialismo e o Conflito Europeu*, pp. 28-30. Os textos completos estão em: Edgard Carone, *A II Internacional*, Ed. Anita Garibaldi e Editora da USP.
- (14) RIBAS, A. Fabras. *ibidem*, p. 32
- (15) ZEVAËS, Alexandre. *ibidem*, p.114-118. Ver o artigo seguinte, onde o encontro é analisado de maneira mais cuidadosa.
- (16) Sobre o Relatório de Müller, ver o artigo seguinte.

A internacional socialista (1945-1985)

AUGUSTO CESAR BUONICORE

*Observa-se uma ofensiva da social democracia
sobre países dependentes
na Ásia, África e América Latina. Mas este
avanço ocorre ao lado
de derrotas eleitorais nos países europeus*

Nestes últimos anos temos observado uma ofensiva da Social Democracia europeia sobre os países dependentes da Ásia, África e América Latina.

Contraditoriamente este avanço se dá num momento que a própria Social Democracia na Europa atravessa uma profunda crise, vítima de uma série de derrotas eleitorais na Inglaterra e Alemanha, e vivendo um profundo desgaste político na França, onde governa a cerca de 10 anos.

A ofensiva política da IS somada às alterações operadas nas estruturas econômicas de vários países do chamado terceiro mundo criaram condições para o desenvolvimento do projeto social-democrático fora dos países centrais. No Brasil este fenômeno também pode ser observado.

A Social Democracia, no sentido clássico, que sempre teve grandes dificuldades para implantar-se em nosso país parece encontrar hoje um terreno mais favorável para se desenvolver. O processo de filiação da CUT à CIOLS e a aproximação de vários partidos brasileiros da Internacional Socialista, são provas mais do que evidentes destas alterações na conjuntura nacional e internacional. Estas mudanças devem nos levar a estudar mais seriamente o problema da Social Democracia no mundo atual.

Este artigo não trata de uma análise detalhada da natureza de classe da Social Democracia das condições sociais para o seu surgimento e desenvolvimento. Ele também não se propõe a expor a complexa relação entre Partido-Sindicato-Estado nos países onde ela exerce uma real influência, ou seja, não se trata da análise dos modelos social-democráticos clássicos (Suécia, Alemanha, Inglaterra) ou não clássicos (Fran-

ça, Espanha, Portugal). O objetivo deste artigo é mais modesto. Ele busca expor de maneira mais sistemática a atuação da Internacional Socialista nestas últimas décadas, em especial na sua relação com os países dependentes, expondo o caráter contra-revolucionário de sua intervenção.

A derrota do nazi-fascismo criou as condições favoráveis para o avanço da unidade de ação entre as forças progressistas do mundo. Neste processo a URSS e os partidos comunistas tinham jogado um papel destacado, saíram do conflito mundial com uma força política redobrada, objetos de um profundo respeito das massas operárias e populares de todos os países. Os partidos comunistas da Europa, vanguardas da resistência, saíram da clandestinidade para se constituírem em grandes partidos de massa. Nos primeiros governos de coalizão, no imediato pós-guerra, os comunistas participaram lado a lado com socialistas e liberais. A febre da unidade também tomou conta do movimento operário e popular. Mesmo os inimigos da unidade foram obrigados a se curvar.

Numa reunião internacional de partidos social-democratas, realizada em Londres, em março de 1945, os representantes de diversos partidos reafirmaram a necessidade da unidade do movimento operário internacional. E um ano mais tarde, na 1ª Conferência oficial dos partidos socialistas, realizada em Clacton (Inglaterra), Harold Laski, representando o espírito reinante na Conferência afirmaria: "Se se lograr a cooperação da Rússia com a Internacional Socialista, em 20 anos a Europa se converterá em um continente socialista" (1).

No seio desta 1ª Conferência ocorreram discordâncias quanto ao problema da fundação ou não de



Comemoração
da independência
da Argélia,
em junho de 1962

uma nova Internacional e de qual seria o seu caráter. De um lado existiam aqueles que desejavam a imediata formação de uma nova Internacional, com o claro objetivo de demarcar campo com os comunistas e dificultar as ações conjuntas, de outro lado existiam aqueles que se posicionavam contra a fundação imediata porque, no fundo, ainda alimentavam a ilusão da possibilidade da construção de uma nova Internacional que congregasse social-democratas e comunistas, a exemplo do que ocorrera no campo sindical com a fundação da Federação Sindical Mundial (FMS), em 1945.

Devido às divergências apenas foi possível formar um frágil comitê de ligação e informação coordenado pelos trabalhistas britânicos.

Em uma nova conferência realizada em 1946 também não se conseguiu chegar a um acordo sobre a data para reconstrução da IS, formou-se então um comitê consultivo com os membros de todos os partidos presentes na conferência.

Os Estados Unidos e a grande burguesia européia não podiam observar impassíveis o avanço do movimento comunista e antiimperialista. Na Europa, os partidos comunistas cada vez mais consolidavam suas posições entre a população a ponto de se tornarem os principais partidos na França e na Itália. Este crescimento da influência comunista poderia ser constatado em todas as partes do mundo. As democracias populares do Leste europeu também definiam o seu caminho rumo ao socialismo. Somava-se a isso o impulso das lutas de libertação nacional na África e na Ásia. Os impérios coloniais desabavam como castelos de cartas, reforçava-se o espírito nacionalista entre os povos das nações economicamente dependen-

tes. Era preciso pôr um freio nesta situação, pensavam os grandes grupos imperialistas. O tempo dos acordos e da coexistência pacífica estava chegando ao fim.



Já em março de 1946 Winston Churchill faz virulento ataque à URSS e às democracias populares

O primeiro sinal desta mudança de ventos foi a declaração do ex-primeiro ministro britânico Winston Churchill quando em visita aos EUA, em março de 1946. Churchill fez um virulento ataque à URSS e às democracias populares, apelando para o rompimento de todos os pactos e a formação de uma aliança ocidental contra a "ameaça soviética". Este apelo calaria fundo na consciência da grande burguesia e dos militaristas.

Em março de 1947, o presidente norte-americano Harry Truman formularia uma "nova" doutrina para a política externa de seu país, na qual era atribuída aos EUA o papel de xerife do mundo, autorizando as intervenções dos exércitos americanos onde os interesses da grande potência estivessem ameaçados. Poucos meses depois o secretário de estado americano General Georg Marshall apresenta ao Congresso um programa para reconstrução da Europa. Este programa previa pesados investimentos para a Europa arrasada pela guerra; mas as condições para o recebimento desses empréstimos eram lesivas à soberania destes países e tinham implicações políticas sérias.

O plano tinha basicamente dois objetivos: primeiro, fortalecer o capitalismo naquela parte do mun-

do, que se encontrava bastante debilitado pelos resultados da guerra e pelo ascenso do movimento operário dirigido pelos comunistas; segundo, colocar as burguesias destes países sob a orientação política e militar do imperialismo americano. Através do Plano Marshall os EUA conseguiram arrastar os países europeus para um bloco militar hostil à URSS, o que culminaria com a criação do Pacto do Atlântico Norte em 1949.

Estas alterações na conjuntura mundial teriam reflexos na política interna de cada país, e a Social Democracia não poderia ficar à margem deste processo. Novamente diante dela se colocava a questão: marchar com o socialismo ou capitular?

Na Europa, como consequência direta do Plano Marshall, os comunistas foram afastados dos governos de coalizão e a sua ação passou a ser reprimida. Em meio aos primeiros conflitos da guerra fria é convocada uma nova conferência socialista que se realiza em Anversa nos fins de 1947. A luta de tendências ganha vulto na conferência, consolidam-se dois blocos, um majoritário, que assume a defesa intransigente do Plano Marshall e outro minoritário representado pelos partidos socialistas do Leste Europeu e pelo PS Italiano, que criticava o plano por seu caráter imperialista e prejudicial à unidade do movimento operário e socialista internacional. Nesta conferência foi criado um novo órgão para coordenação dos partidos socialistas, o Comitê Internacional das Conferências Socialistas (Comisco), presidido por Morgan Phillips.

O Comisco, embrião da nova Internacional, graças à ação dos trabalhistas britânicos, acabou por se constituir num instrumento de propaganda do Plano Marshall entre os partidos e sindicatos europeus.

Os líderes da direita social-democrata acreditavam piamente que a injeção de capitais americanos poderia reacender a chama da produção e com isto minorar a crise que atravessava o capitalismo europeu, o que permitiria distribuir algumas migalhas para os trabalhadores destes países. A volta do desenvolvimento capitalista era condição fundamental para o seu projeto reformista. A crise, segundo eles, criava o caldo cultural para a radicalização operária e o crescimento da influência comunista, solapando assim sua base político-eleitoral.

A situação se agrava depois dos acontecimentos na Tchecoslováquia. Em 1948, os partidos burgueses abandonam o governo tcheco buscando com isto desestabilizar o regime de democracia-popular. Diante desta manobra da reação, os operários dirigidos pelo Partido Comunista e apoiados pelos socialistas de esquerda se mobilizam e conseguem barrar a ação dos golpistas, garantindo a manutenção de um governo com hegemonia comunista, apressando assim a caminhada no sentido da construção do socialismo.

A direita da Social Democracia, sob pressão da burguesia, passa então para a ofensiva. Aproveitan-

do a sua maioria no Comisco adverte e expulsa o PS Tcheco e inicia um processo para expulsão coletiva dos partidos da Romênia, Bulgária e Hungria. Contra eles pesava a séria acusação de manter uma unidade de ação com os comunistas. A direção do Comisco envia um ultimato aos partidos da Polônia e da Itália no qual afirma: "escolham entre a submissão ao Kominform ou a livre cooperação socialista" (2). Como se pode ver, a cooperação passaria a não ser tão livre assim. Os poloneses e o PS Italiano acabariam por se afastar da organização. O próximo passo do Comisco foi aceitar a participação de grupos socialistas de direita exilados da URSS e do Leste europeu. O anticomunismo passou a ser condição fundamental para o ingresso no Comisco.



**Social Democracia
participa
do acordo de Bruxelas,
embrião
da famigerada OTAN**

Em março de 1948, por iniciativa do governo trabalhista inglês, firmou-se o tratado de Bruxelas que seria o embrião da famigerada OTAN. Dos 12 países que iriam assinar o Pacto Atlântico, sete possuíam governos com participação social-democrata.

E em 30 de junho de 1951, expurgados todos aqueles que pudessem pôr em risco os seus planos de capitulação diante da burguesia, a direita social-democrata poderia finalmente reconstruir a sua Internacional.

A conferência de fundação da IS realizada em Frankfurt aprova também um documento que seria o programa para ação política da Social Democracia para as décadas seguintes: "a Declaração de Tarefas e Objetivos do Socialismo Democrático." Ela é a síntese do pensamento reformista imperante na Social Democracia europeia.

Este programa, ao contrário das internacionais anteriores, é marcado pela "neutralidade ideológica", segundo ele o "socialismo não exige um critério uniforme, os socialistas já basearam suas convicções no marxismo, nos princípios religiosos e humanistas, pois todos eles se orientam para um mesmo objetivo: um sistema de justiça social, de busca de uma vida melhor, da liberdade e paz universal" (3). Esta maneira desideologizada de compreender o socialismo só tendeu a se agravar. O próprio termo marxismo desapareceria dos documentos de vários partidos da IS.

Mesmo durante o Congresso de Frankfurt o próprio presidente eleito da IS, Morgan Phillips, se gabaria do fato do movimento operário inglês nunca ter aceito as concepções marxistas da luta de classes.

Os socialistas, afirma a declaração de Frankfurt, "lutam para construir uma sociedade nova dentro da liberdade e por meios democráticos" (4). O caminho para o socialismo era o caminho das urnas e a principal arma era o voto. E isto, segundo eles, esta-

va mais que comprovado pelas vitórias eleitorais dos socialistas.

O documento ia mais longe ao afirmar que nos países capitalistas governados pelos social-democratas “já estavam assentadas as bases da sociedade socialista. Ali estavam desaparecendo os males do capitalismo e a sociedade se desenvolvia com um novo vigor” (5). Decerto este “socialismo” só foi possível graças ao incentivo dos dólares yanques, talvez por isso na declaração não conste nenhuma linha sobre o imperialismo americano e o perigo que ele representava para a paz mundial.

A Declaração de Oslo de 1962 seguiria na mesma direção: “A história não confirmou a doutrina de pauperização do proletariado. A ação dos partidos socialistas, trabalhando em ligação estreita com os sindicatos (...) corrigiu os piores excessos do capitalismo. Novas formas de propriedade e o controle da produção apareceram. O desemprego massivo foi vencido, as horas de trabalho diminuíram, a seguridade social foi instaurada e a formação escolar alargada. Mesmo onde os partidos socialistas estão na oposição, os governos são obrigados, sob pressão da opinião pública, a adotar soluções essencialmente socialistas sobre o problema do pleno emprego e do bem-estar social” (6). Por tudo isso, eles podem afirmar que muito do que seria uma democracia socialista já foi realizada na Europa Ocidental e com ajuda, ou omissão, da própria burguesia.

**Estado “democrático”
alemão
coloca na ilegalidade
o Partido
Comunista da Alemanha**



Os documentos da IS reafirmam a democracia como valor universal. Mas chegam mesmo a retroceder de suas posições reformistas para posições abertamente conservadoras ao verem nas democracias ocidentais instrumentos privilegiados para a construção do socialismo e que por isto deviam ser defendidas contra a hipotética ameaça soviética e protegidos também do ímpeto contestatório da classe operária. Hans Jochen Vogel, ex-ministro e membro da direção do PSD alemão, referindo-se ao programa do partido de 1959 afirmaria: “ele estabelece como um dos deveres dos social-democratas não combater o Estado democrático” (7). Este mesmo Estado democrático alemão colocaria na ilegalidade o Partido Comunista, seus líderes na prisão e mais tarde sob a direção social-democrática, em nome da defesa do Estado, impediria o acesso de comunistas e socialistas de esquerda aos empregos nos serviços públicos.

A posição da IS em relação ao movimento comunista é bastante sintomática. No documento de 51 ela afirma que “o movimento comunista internacional é instrumento de um novo imperialismo”.

Esta posição anticomunista acompanharia a IS durante toda a sua vida. Em 1962, na Declaração de Oslo ela não se intimidará em afirmar entre outras coisas que “a China representa o principal perigo aos países da Ásia” e que “os líderes comunistas são os principais responsáveis pelas rivalidades entre o Leste e o Oeste” (8).



**Social Democracia
francesa
sustenta guerra
sanguinária
contra argelinos**

Estas avaliações distorcidas servirão de base para justificar o apoio incondicional à política militarista norte-americana representada pela OTAN. Nesta mesma declaração os social-democratas afirmam: “rejeitamos a idéia de um desarmamento das democracias ocidentais, o poder defensivo em caso de ataques deve ser preservado como meio de desencorajar a agressão. (...) Os partidos dos países membros da OTAN a consideram como um poderoso instrumento para a paz e por isso afirmam a sua vontade de mantê-lo” (9). É por isso que entre os pontos da declaração da nova Internacional consta que “o princípio da soberania nacional ilimitada deve ser abolido”. Este item cairia como uma luva para justificar a política atlantista, como para instrumentalizar alguns partidos membros da IS para o seu apoio as aspirações colonialistas de suas respectivas burguesias.

Desde 1954, o povo argelino vinha lutando pela libertação de seu país do jugo francês. A SFIO (Seção Francesa da Internacional Operária) filiada à IS, desde o início se colocou ao lado das pretensões imperialistas da burguesia francesa. Em 1956, Guy Mollet, vice-presidente da IS é eleito 1º ministro e mantém a guerra sanguinária contra o povo argelino, compactuando com métodos fascistas empregados pelo exército francês contra a resistência argelina. Diante da crítica mundial Pierre Comim, da direção da SFIO afirmaria: “Nós socialistas nos negamos a considerar que a fase nacionalista seja o meio para lograr a libertação do homem (...) é dever dos socialistas ajudar a evitar esta fase perigosa e avançar até formas mais desenvolvidas de cooperação entre os povos da colônia e da metrópole” (10). Como pode haver cooperação amigável entre o imperialismo e um povo subjugado?

Ainda em 1956 estoura um novo conflito, desta vez no Oriente Médio. O presidente Nasser, do Egito, seguindo a sua política nacionalista assume o controle do canal de Suez. Mais que depressa uma aliança de três países (França, Inglaterra e Israel) invadem o Egito. Na direção de dois desses governos (França e Israel) se encontravam socialistas ligados à IS. Dessa vez seria o próprio 1º ministro “socialista” Francês que responderia às críticas: “a expedição a Suez se situa no espírito internacionalista e de solidarieda-

de socialista. Nós estamos salvando Israel, um pequeno país que marcha para o socialismo em face do ditador Nasser” (11).

Em todos estes acontecimentos a IS não deixou de emitir críticas, mas em nenhum momento ousou tomar medidas mais sérias contra seus membros que se viram envolvidos nestas aventuras imperialistas.

No congresso de 1959 o PS uruguaio fez pesadas críticas ao comportamento de diversos partidos, membros da IS, e solicitou a expulsão da SFIO. A direção da organização achou por bem ignorar a solicitação uruguaia. Indignado, o Partido Socialista do Uruguai abandonou a IS. Com isto a Internacional perdeu seu principal membro na América Latina.

As posições pró-imperialistas adotadas pela IS, mantinham afastados muitos partidos reformistas e nacionalistas dos demais continentes. Muitos deles até desejariam uma aproximação, mas se tornava impossível defender em seus países qualquer ligação orgânica com a IS, encarada como um braço da política colonialista da burguesia européia. A IS portanto continuava a ser uma organização internacional de partidos reformistas da Europa Ocidental.

Mas a IS não podia ficar de olhos fechados diante dos movimentos de libertação nacional e dos novos países que surgiam na luta contra o colonialismo. Em 1960 a IS realiza a 1ª Conferência fora da Europa, em Haifa (Israel). Este ato simbólico sinalizava uma tentativa de aproximação com a África e a Ásia.

Analisando a nova política da IS o jornal *The Times* afirmaria: “o objetivo dos líderes da IS é impedir que os partidos dos novos Estados caiam no controle comunista.” Isto é reconhecido pelos próprios dirigentes da IS. No VII Congresso, G. Saragat afirmaria: “os 800 milhões de pessoas que se libertaram neste último ano do colonialismo vão influir decididamente sobre a futura evolução da humanidade. Se se deixarão seduzir pelo comunismo ou se unirão sob as bandeiras do socialismo democrático. Esta é a questão decisiva” (12).

Neste Congresso participaram pela primeira vez representantes de organizações africanas. Estiveram presentes partidos da Nigéria, Tanganica, Senegal, Madagascar e Camerun. Desses apenas os partidos do Camerun e de Madagascar se filiaram à IS.

A Declaração de Oslo (1962) reafirmaria que a IS reconhece o direito do povos à autodeterminação, mas alerta às novas nações que “o nacionalismo levado a seus extremos pode levar à ruína da liberdade e do progresso humano. É preciso evitar os excessos nacionalistas” (13). A saída era a cooperação fraterna entre os países desenvolvidos (exploradores) e os países subdesenvolvidos (explorados).

Apesar dos esforços da IS ainda na década de 60 continuava a ser uma organização de partidos social-democratas da Europa Ocidental. Dos seus 40 membros, apenas 7 representavam a Ásia, África e América Latina (14).

Uma das alternativas encontradas para driblar o embaraço dos dirigentes reformistas do terceiro mundo foi a alteração dos estatutos da IS com a inclusão de um artigo que permitiria a participação de observadores convidados nas reuniões da Internacional. Esta medida, segundo Sibiliov, “abriu as portas para muitas organizações que estavam dispostas a cooperar sem se converterem em membros plenos para não assumirem a responsabilidade pelas decisões e ações desta organização” (15).

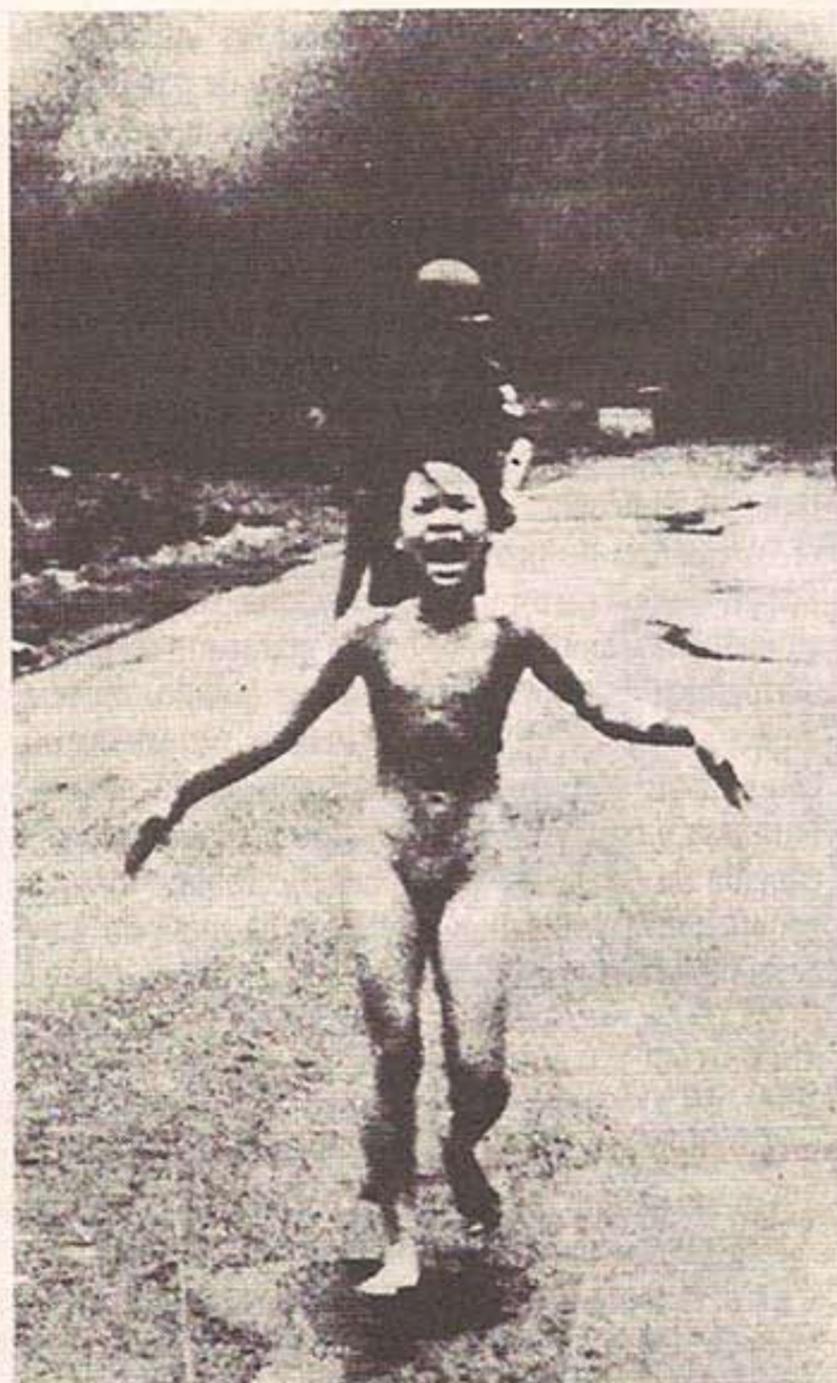
Nos fins da década de 60 e início da de 70, a crise do capitalismo se agrava. Segundo Sibiliov, “o aumento das dificuldades econômicas dos países capitalistas, o incremento da luta competitiva entre eles pelos mesmos mercados, pelas fontes de matérias-primas (especialmente petróleo) conduziu a crescentes contradições entre os imperialistas e as aspirações de muitos governos presididos pelos partidos social-democratas que defenderiam os interesses de seus países e buscariam limitar a influência das transnacionais norte-americanas” (16).



**Guerra do Vietnã
divide os
social-democratas.
Parte opõe-se
à agressão dos EUA**

A primeira divergência pública mais aguda entre a direção da IS e a política externa norte-americana se deu em 1965 quando da intervenção americana na República Dominicana e a segunda divergência se deu durante a guerra do Vietnã. Por algum tempo a IS acompanhou impassível as agressões americanas no sudeste asiático, mas a partir dos fins da década de 60 vários partidos e sindicatos ligados à Social Democracia Européia aderem à campanha internacional contra a guerra no Vietnã. Dentro dos principais partidos ocorre uma luta entre aqueles que desejam manter a subordinação à política norte-americana e aqueles que desejavam maior independência. No Congresso do Partido Trabalhista Britânico de 1965 uma emenda condenando os bombardeios indiscriminados contra o Vietnã do Norte foi derrotada, pouco tempo depois esta mesma moção seria aprovada no Congresso dos sindicatos britânicos. Na Suécia o próprio primeiro ministro Olaf Palme liderou manifestação de protesto contra a agressão americana, o que custou o rompimento das relações diplomáticas entre os dois países. Mas somente em 1972 a IS se colocaria de maneira mais decidida contra a intervenção americana.

Uma série de acontecimentos vai reforçar a tendência antiamericana dentro da militância social-democrática. Primeiro, o golpe militar na Grécia, em abril de 67, que teve apoio americano. Mas a gota d'água foi o golpe militar contra o governo de Frente Popular no Chile, golpe dado com apoio direto dos EUA.



Criança atingida por Napalm (Vietnam, 1972)

O Partido Socialista Chileno, que foi desalojado do governo, era ligado à IS. O governo Allende, era propagandeado como um modelo para a América Latina de como se podia avançar para o socialismo sem luta armada. A queda do presidente criou um profundo mal-estar nas fileiras social-democratas, o que levou a uma certa radicalização de suas posições.

No Congresso do PS Francês, Pontillon afirmaria que “os socialistas também devem tratar de criar uma Europa independente porque hoje ela se encontra ameaçada pelo domínio econômico do imperialismo americano”. O Secretário Geral do PSOE, Felipe Gonzales, no Congresso de 1977 exortou o governo espanhol a romper os acordos com os EUA sobre as bases militares no território espanhol porque eles “submetem a política exterior de nosso país aos interesses dos EUA”. Neste mesmo período, o presidente do PSDA, Willy Brandt, qualificou de “absurda” a proposta dos EUA para aumentar os gastos militares em detrimento dos gastos sociais (17).

É fato que toda esta retórica não se traduziu em medidas efetivas. Mesmo estes partidos quando estiveram no poder não tiveram a vontade política para romper com os laços que prendiam seus países ao imperialismo americano, mas nem por isso deveríamos menosprezar tais declarações que em certo sentido mostram a existência de contradições não solucio-

nadas. Criadas com certeza pela existência das disputas interimperialistas mas também pelas pressões das bases da própria Social Democracia que só radicalizavam.

A constatação da existência de certas contradições com o imperialismo americano não deve nos levar a falsas conclusões quanto ao caráter desta organização. Ela continua desempenhando um papel ativo na luta contra as transformações revolucionárias e socialistas no mundo. Esta continua sendo a essência de sua política.

O Congresso de Genebra, realizado em 1976, tentava mostrar ao mundo que a IS mudava os seus rumos, rompendo com a lógica dos grandes blocos (EUA-URSS) e sinalizando uma aproximação maior com o terceiro mundo. Neste Congresso, Willy Brandt foi eleito presidente da IS e Berndt Carlson do PS Sueco para a secretaria geral. Os trabalhistas ingleses passam para uma posição secundária na organização.

Ainda em 1976 a IS realiza uma reunião em Caracas, dentro da sua nova estratégia de aproximação dos movimentos democráticos e nacionalistas do continente americano. Em 1980 realizou-se na República Dominicana uma 1ª Conferência Regional sobre os problemas da América Latina e Caribe, na qual os partidos “socialistas” condenaram a “campanha caluniosa contra a revolução da Nicarágua e a política dos EUA, que estrangula o desenvolvimento econômico do país” e declararam seu apoio à Frente Sandinista e Frente Democrática e Revolucionária de El Salvador. Posições que foram ratificadas no Congresso da IS em Madri (18).

Os resultados desta ofensiva da IS foram significativas. Se em Genebra somente 7 partidos da América Latina eram membros, no Congresso de Madri em 1980 o seu número mais que dobrou, chegando a 15 membros. Neste período ingressou como membro efetivo o movimento Nova Jóia de Granada, primeiro movimento revolucionário caribenho que ingressava na IS. A Frente Sandinista passava a tomar acento nas reuniões da IS como Observadora (19).

Os objetivos de tais aproximações são claros; em primeiro lugar visam desbancar a hegemonia norte-americana na região e, em segundo lugar, impedir que os movimentos revolucionários da América Latina e Caribe se liguem à Cuba ou radicalizem suas posições no sentido de levar as suas revoluções até as últimas conseqüências, ou seja, a construção efetiva do socialismo. Era preciso afastar estes dois perigos para que se pudesse abrir caminho para a construção de uma nova hegemonia política e econômica na América Latina e Caribe: a hegemonia do grande capital europeu.

No Brasil a ofensiva da IS se deu no final da década de 70 em pleno ascenso do movimento de oposição popular à ditadura militar. Em fevereiro de 1978, Brizola participaria de uma reunião de bureau da IS onde trava contatos com Willy Brandt e sob

auspícios deste último se realiza em Lisboa a 1ª reunião de socialistas brasileiros, cujo objetivo era discutir a formação de um partido social-democrata no Brasil.

Em outubro de 1984, em pleno governo Figueiredo, com o Partido Comunista do Brasil ainda na ilegalidade, se realiza no Brasil uma nova reunião do bureau da IS. Desta reunião participam representantes do PDT, PT e do PMDB. Diante da impossibilidade de se construir um Partido social-democrata único, a IS passa a relacionar-se e a investir em várias alternativas partidárias no país.

Ao firmarmos a essência não revolucionária da Social Democracia em geral, não devemos chegar a conclusões falsas e sectárias da impossibilidade de fazermos alianças ou estabelecermos pontos de unidade com as direções destas correntes. A Social Democracia em determinadas condições, movida pelas contradições inerentes à sociedade capitalista dependente, pode se constituir numa aliada importante na luta contra os projetos conservadores e ditatoriais das classes dominantes neste continente. Estas organizações podem cumprir também um papel, ainda que de maneira vacilante, na luta contra o imperialismo norte-americano.

A unidade de ação deve também pressupor uma luta permanente no seio da frente no sentido de construir uma hegemonia socialista e revolucionária no processo de transformação da sociedade brasileira e latino-americana.

A IS nunca se constituiu em uma verdadeira Internacional, ou seja, numa organização que se pautasse pelo princípio internacionalista da solidariedade operária e cumprisse um papel de coordenação e apoio à luta dos trabalhadores de todo o mundo contra o capitalismo. A IS nasceu como um aglomerado de partidos social-democratas da Europa Ocidental, que tinha como principal objetivo barrar o avanço da consciência revolucionária dos operários europeus. A IS, neste período, cumpriu o infame papel de alinhar parte da classe operária ao lado das burguesias nacionais e do imperialismo norte-americano, contra as organizações comunistas e o bloco socialista. Mesmo com a inclusão de novos partidos da África, Ásia e América Latina esta hegemonia ocidental não foi quebrada. As alterações efetuadas na década de 70 apenas transformaram a IS num instrumento mais eficaz na cooperação de novos partidos e nações para a influência político-econômica das potências da Europa Ocidental.

Social Democracia nunca promoveu apoio e solidariedade às lutas dos trabalhadores e povos



Outra característica da IS é que ela não consegue tomar decisões que sejam acatadas pelo conjunto dos partidos a ela filiados, pois existe uma forte

tendência de cada partido colocar os interesses de suas respectivas burguesias (e também de parcelas privilegiadas da classe operária) acima dos interesses históricos dos trabalhadores. Cada vez que os interesses nacionais entram em choque com os princípios do internacionalismo proletário os dirigentes destes partidos não têm dúvidas em optar pelos interesses menores de seus próprios países capitalistas.

Foi este espírito mesquinho que levou à bancarrota a II Internacional em 1914 e mais tarde levaria também à falência a Internacional Operária e Socialista. A essência do projeto social-democrata se contrapõe ao verdadeiro espírito internacionalista. O internacionalismo só pode ter por base o marxismo revolucionário, uma concepção proletária de mundo, ou seja, uma concepção despojada de todo reformismo e social-patriotismo, tão típicos da consciência pequeno burguesa e também compartilhada por uma reduzida camada de operários que se beneficiariam e ainda se beneficiam das migalhas que caem da mesa do grande banquete imperialista.

AUGUSTO CESAR BUONICORE é historiador, membro da Direção da CUT Regional Interior I - SP.

NOTAS

- (01) SIBILIOV, N. *La Internacional Socialista*, p. 10
- (02) PORTELLI, H. *L'Internationale Socialiste*, p. 51
- (03) Idem, p. 181
- (04) Idem, p. 181
- (05) Idem, p. 180
- (06) Idem, p. 185
- (07) POULAIN, J. *A Social Democracia Hoje*, p. 153
- (08) PORTELLI, H. *L'Internationale Socialiste*, p. 185
- (09) Idem, p. 185
- (10) SIBILIOV, N. *La Internacional Socialista*, p. 182
- (11) PORTELLI, H. *L'Internationale Socialiste*, p. 95
- (12) SIBILIOV, N. *La Internacional Socialista*, p. 188
- (13) PORTELLI, H. *L'Internationale Socialiste*, p. 186
- (14) SIBILIOV, N. *La Internacional Socialista*, p. 195
- (15) Idem, p. 196
- (16) Idem, p. 146
- (17) Idem, p. 146
- (18) Idem, p. 219
- (19) PORTELLI, H. *L'Internationale Socialiste*, p. 11

BIBLIOGRAFIA

- ABENDROTH, Wolfgang, *A História Social do Movimento Trabalhista Europeu*, Ed. Paz e Terra, 1977.
- ANDERSON, Perry - "Antinomias da Social Democracia", jornal: *Em Tempo*, Fe. de 1990.
- DUARTE, A. e MIRANDA, O. *Trabalhismo e Social Democracia*, Ed. Global-1985.
- JAGUARIBE, Hélio (org.) - *A Proposta Social-Democrata*, Livraria José Olympio Editora S.A. 1989.
- LÊNIN, V.I. - *A Falência da II Internacional*, Ed. Kairós, 1979.
- MAYER, Thomas - *Socialismo Democrático: Uma Introdução*, Ed. Paz e Terra e Friedrich Ebert Stiftung, 1983.
- POULAIN, J. (org.) - *A Social Democracia Hoje*, Ed. Civilização Brasileira, 1980.
- SIBILIOV, N. - *La Internacional Socialista*, Ed. Progresso, Moscou, 1980.
- COLE, G.D.H. - *História del Pensamiento Socialista - Vol. V e VI - Comunismo e Social Democracia 1914-1931*, Fundo de Cultura Económica - México - 1975.

Saneamento básico: do falso milagre ao fracasso real

TÉIA MAGALHÃES

O novo governo de Itamar Franco assume uma pesada herança na área de saneamento. Os problemas estruturais não foram enfrentados nos três anos do ex-presidente Fernando Collor

O início do governo Collor, em 1990, foi um momento contraditório para o saneamento brasileiro. De um lado os resultados limitados no cumprimento das metas estabelecidas para a *Década da água* instituída pela ONU em 1980 para dotar de saneamento aqueles países que ainda apresentavam insuficiência básica. Por outro, o lançamento de um novo plano de saneamento, no início do governo, que prometia ser a redenção de dez anos de quase estagnação nos investimentos em água e esgoto.

A situação em março de 1990 é dramática; a desordem econômica se traduzia pela persistência de elevadíssimos índices de inflação, que seis planos econômicos sucessivos aplicados ao longo de dez anos não tinham sido capazes de debelar. No saneamento, vazio institucional, as companhias endividadas e incapazes de investir sequer para manutenção adequada dos sistemas já existentes.

O novo governo, na época, apresenta à Nação, bem ao estilo do então presidente, um plano milagroso para consertar a economia, ponto de partida para qualquer outra iniciativa: o fim da inflação, a retomada do relacionamento internacional e a volta dos investimentos estrangeiros, o equilíbrio das contas do Estado com cortes de despesas e vendas de empresas estatais, e, em conseqüência, a retomada do desenvolvimento, em poucos meses, em ritmo de "milagre econômico".

Com essas perspectivas "milagrosas", o plano para o saneamento também era igualmente ambicioso: uma Secretaria Nacional de Saneamento, ligada ao Ministério da Ação Social, se encarregaria de administrar um plano de investimentos em níveis nunca ousados: 20 bilhões de dólares ao longo de cinco

anos, que seriam obtidos de fontes de dentro e de fora do país.

Após três anos de governo, no entanto, ao invés de estarmos com a economia estabilizada e entrando para o Primeiro Mundo, como prometia o audacioso presidente, o Brasil entra para o clube dos países mais miseráveis do mundo, que ainda convivem com a cólera, uma doença do século passado, típica do atraso social, e que só prospera onde não existe abastecimento público de água potável e onde os esgotos não são convenientemente afastados e tratados.



**Nas cidades brasileiras
18% não
têm água potável.
No campo, são
96% sem abastecimento**

O quadro herdado pelo governo Collor na área de saneamento era pouco animador; os progressos obtidos na *Década da água* foram modestos e contribuíram pouco para eliminar os déficits realçados pelo processo explosivo de urbanização das décadas anteriores. O diagnóstico apresentado à Nação em 1990 pela então criada Secretaria Nacional de Saneamento fala por si: cerca de 18% da população urbana não dispunha de acesso à água potável de rede pública; mais da metade desses tinham abastecimento intermitente, com rodízios de fornecimento; no meio rural, apenas 4% da população contava com abastecimento de rede pública. Quando se falava em esgotos sanitários, a situação era bem pior: 70% da população urbana não dispunha de rede de coleta e, desses, mais de 80% não tinha disposição adequada - apenas 6%

dos esgotos eram tratados corretamente.

Nas áreas de coleta de lixo, a situação não era melhor: 60% da população urbana brasileira não contava com coleta regular de lixo; a drenagem urbana era precária, fazendo com que qualquer chuva um pouco mais forte leve a situações de catástrofe mesmo as mais ricas e importantes cidades brasileiras.

Mas a vulnerabilidade à cólera precisa ser buscada um pouco mais para trás também. Nos caminhos pelos quais o Brasil tentou resolver os problemas de saneamento agravados no processo de desenvolvimento da década de 70, e que desembocou na crise em que não só o setor de saneamento mas o próprio país se viu mergulhado desde o início dos anos 80, quando o modelo de crescimento sem crises dos militares ruiu.

Em 1980, a ONU criou a *Década da Água* para combater a falta de saneamento básico



Em 1980 a ONU instituiu a *Década da Água*, uma espécie de programa destinado a superar as enormes deficiências de saneamento básico existentes nos países mais pobres, e responsáveis em grande parte pelos altos índices de mortalidade infantil persistentes nesses países, além de outras doenças relacionadas com a falta de saneamento básico. O propósito principal da *Década* foi de “proporcionar em 1990, a toda a população, água de boa qualidade em quantidade suficiente e serviços sanitários básicos, dando prioridade aos pobres e aos menos favorecidos”.

Cada país membro da ONU, como é o caso do Brasil, fixou então metas a serem atingidas no de-

cênio, em termos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, além de metas para a melhoria da administração dos serviços, como por exemplo o estabelecimento de políticas tarifárias adequadas para garantir a manutenção e continuidade dos investimentos, desenvolvimento de mecanismos apropriados de financiamento, modernização tecnológica e capacitação de pessoal.

As metas fixadas pelo Brasil previam o atendimento de 90% da população urbana com rede pública de água - cerca de 100 milhões de pessoas - e esgotamento sanitário para 70 milhões de moradores das cidades. Elas não pareciam absurdas, então, afinal o país vinha de um período recente de grande crescimento econômico, e de grandes empreendimentos na área de saneamento.

No final dos anos 60 e início de 70, o Brasil ingressou num processo de crescimento econômico continuado, com taxas médias de 11% ao ano nos anos 68-73 e 7% ao ano nos anos 74-80, que criou um parque industrial moderno e diversificado, alterou a estrutura de produção agrícola e dotou o país de um sistema de serviços sofisticado. No entanto, a face social sombria escondida sob o manto desses feitos fantásticos na área econômica era dramática.

A população urbana do país passou de 31,5 milhões em 1960 para 52,1 milhões em 1970 e para 79,8 milhões em 1980, sendo que grande parte dessa população se encontrava concentrada nas cidades maiores e nas nove regiões metropolitanas formadas nesse período.

A estrutura de saneamento básico disponível em 1970 permitia atender apenas 45% da população urbana com água potável proveniente de rede pública e 22% com rede de coleta de esgotos; tratamento

58.

Mortalidade infantil

O mais sensível indicador da qualidade de vida é a taxa de mortalidade infantil - o número de crianças que morrem antes de completar um ano de vida em cada mil nascidas vivas.

E a mortalidade infantil está intimamente associada aos níveis de atendimento nos serviços de saneamento, pois as principais causas de morte entre as crianças com menos de um ano de idade são as doenças diarreicas, provocadas pela contaminação da água.

A cólera é uma das doenças de veiculação hídrica, cujo controle está absolutamente associado ao nível de cobertura dos serviços de saneamento básico. Ela é endêmica em vários países da África e da Ásia e a última pandemia alcançou a América Latina através do Peru, onde a doença atingiu centenas de milhares de pessoas. Através do Peru, a cólera penetrou no Amazonas, espalhando-se por vários estados do Nordeste brasileiro no início de 1992.

O Brasil, embora seja a décima economia mundial, apresenta ainda uma elevada taxa de mortalidade

infantil - 61 por 1.000. Neste triste campeonato mundial, o Brasil praticamente só “perde” para os países africanos mais pobres, para alguns países da América Latina e da Ásia. Mas “ganha”, por exemplo, da Tunísia, cuja taxa é de 51 por 1.000, do Paraguai (41), do México (41); e mesmo a região mais rica do país, a Região Metropolitana de São Paulo, cuja taxa de mortalidade infantil foi de 37 por 1.000 em 1988, consegue “ganhar” da Argentina, Venezuela, Sri Lanka, Tailândia, Romênia, Panamá e Coréias do Sul e do Norte, por exemplo.

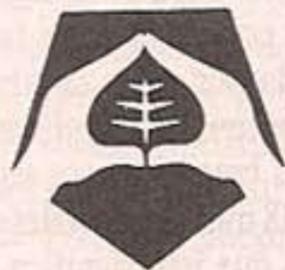
Quanto ao sonho de chegarmos ao Primeiro Mundo, se a taxa de mortalidade infantil for uma credencial, estamos longe de chegar lá. As taxas nos países considerados mais desenvolvidos do mundo situam-se quase sempre na faixa de um dígito: 8 na França, nos EUA, Canadá, Itália e Inglaterra, 7 na Alemanha e 4 no Japão. Por esse critério quem está mais perto do Primeiro Mundo, entre os países da América Latina, é Cuba, com 11 por 1.000.

(T.M.)



de esgotos, nem pensar. Como consequência, o principal indicador da qualidade de vida - o índice de mortalidade infantil - era tanto mais alta quanto mais pobre e pior atendida a região do ponto de vista de saneamento.

Os recursos vinham do FGTS, e o Planasa centralizava a sua distribuição para os municípios



Para superar essa situação, os governos militares idealizaram um modelo para o saneamento, à imagem e semelhança do modelo econômico. Foi criado em 1971 o Plano Nacional de Saneamento, o Planasa, que formulou as diretrizes para os investimentos; os recursos viriam do FGTS, dinheiro barato e de fluxo garantido, que seriam emprestados às companhias estaduais já existentes, ou criadas para viabilizar os investimentos. Com a cobrança de tarifas pelos serviços, os recursos seriam repostos ao FGTS, com juros e correção monetária, e poderiam novamente ser emprestados, criando um fluxo aparentemente ininterrupto de financiamento para as obras.

Para garantir maior controle no gerenciamento dos empréstimos e das obras a serem construídas, as operações foram centralizadas nas companhias estaduais e esses recursos do Planasa só poderiam ser investidos nos municípios através das companhias concessionárias dos serviços.

Como não poderia deixar de ser, os investimentos feitos pelo Planasa acompanharam o ritmo de cres-

cimento da economia: quanto mais crescia a economia do país, mais salários eram pagos, mais recursos o FGTS recolhia e, portanto, mais recursos disponíveis havia para emprestar às companhias de saneamento. Os níveis de atendimento das populações abastecidas com água potável cresciam a ritmo de Brasil Grande, grandes obras foram iniciadas em todos os Estados brasileiros. São fruto desse processo os sistemas de abastecimento da Cantareira, em São Paulo, e Pedra do Cavalo, na Bahia, entre outros.

Mas, como também não poderia deixar de ser, quando a economia do país entra em crise pela imposição de um ajuste na economia atrelado ao ajuste externo decorrente da crise da dívida do Terceiro Mundo, o desemprego se alastra, os salários minguam, os recursos do FGTS se reduzem, a inflação dispara, as companhias não conseguem pagar os empréstimos e saldar suas dívidas com o FGTS, e os investimentos são paralisados, ou crescem muito lentamente.

Se a década de 70 foi a década dos investimentos, do dinheiro fácil, a década de 80 foi a década de pagar a dívida contraída, de pagar juros elevados pelos empréstimos.

Uma companhia estadual como a Sabesp, por exemplo, opera por concessão em, aproximadamente, metade dos municípios do Estado de São Paulo; a Região Metropolitana de São Paulo, que tem cerca de 30 municípios integrados ao Sistema Adutor Metropolitano, para o qual o Sistema Cantareira foi construído, foi sendo dotado ano a ano de mais obras de redes, adutoras e estações de tratamento de água, enquanto existiram recursos. E à medida em que a água foi chegando à periferia e aos bairros mais pobres, a

taxa de mortalidade infantil foi caindo.

Na década de 70 e até 1982 os recursos investidos pela Sabesp são vultuosos, chegando a US\$ 331 milhões no ano de 1981; mas eles caem brutalmente a partir de 1983, quando a crise se agrava, e chegam a apenas US\$ 65 milhões no ano seguinte. Além disso, o rombo vem de todos os lados; caem os investimentos com recursos do FGTS e também com recursos do Tesouro Estadual, que de 4% da receita tributária entre 75 e 78, não passam de 1% a partir de 1983. Por outro lado, a capacidade de investimentos com recursos tarifários é duplamente estrangulada; de um lado pelo aumento dos juros em decorrência do aumento da correção monetária - os juros que representavam 30% em média das receitas em 82, pulam para 45% da receita de tarifas em 1983; de outro, pelo fato de que as tarifas de serviços públicos em geral passam a ser um dos instrumentos de controle da inflação, acumulando defasagens que começam a afetar a própria operação dos sistemas.

Como se imaginava que o modelo Planasa funcionaria sempre de modo perfeito, que se poderia garantir investimentos para as obras à medida em que elas fossem sendo necessárias, não havia muita preocupação com o gerenciamento dos sistemas, com tecnologias mais baratas, com sistemas menos sofisticados; incentivava-se o consumo perdulário, as tarifas eram baratas, não se media a água consumida, as perdas de água eram, e são até hoje, enormes. E nos anos das vacas magras os problemas se multiplicam, porque não havia recursos sequer para a manutenção adequada das obras já instaladas.

**Em 1988, a Sabesp de SP
quase sofre
colapso. Não havia
recursos
para os investimentos**



Em 1988 a Sabesp vivia uma situação dramática do ponto de vista do abastecimento de água; não havia recursos para investimentos para colocar em operação o último módulo dos três de 11 metros cúbicos previstos inicialmente; a ampliação da capacidade de produção, com a construção de um novo sistema a leste da Região, o Sistema Alto Tietê, estava completamente atrasado e com seu futuro comprometido diante da falta absoluta de recursos para as obras; do ponto de vista da manutenção, não havia recursos para reformas e conservação dos 120 reservatórios e das redes, e o risco de se ter um colapso do sistema por falta de manutenção nas adutoras, e até nas bombas dos dois módulos em operação do Sistema Cantareira, era permanente. Os poucos recursos disponíveis para investimentos precisavam ser canalizados para obras destinadas a permitir maior capacidade de manobra da água nas redes, já que a falta d'água começou a se agravar com os atrasos da entrada em opera-

ção da última etapa do Cantareira e da implantação do primeiro módulo do Sistema Alto Tietê.

E não será demais lembrar que se trata de uma das maiores e mais bem equipadas companhias estaduais de saneamento do país; quando se trata de companhias dos estados do Nordeste brasileiro, sequer a operação regular era coberta pelas tarifas. Um estudo publicado pela Sudene em 1987 mostrava que a Caern, Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte, no período de 76 a 83 apresentava receitas de 122 bilhões de cruzeiros para despesas que somavam 331 bilhões de cruzeiros, dos quais 225 bilhões eram despesas financeiras e fiscais; situação semelhante era vivida pelas outras companhias como Cagepa, do Pará, CAEMA, do Maranhão e Cagece, do Ceará.

Do ponto de vista do gerenciamento, portanto, a Década também não apresenta resultados animadores: a gestão dos recursos financeiros comprometeu a capacidade de financiamento das companhias estaduais responsáveis pelos serviços de saneamento em 3/4 das cidades brasileiras; há investimentos paralisados sem oferecer benefícios, as perdas de água são alarmantes - cerca de 50% -, a inadequação tecnológica é flagrante.

O plano apresentado pelo governo Collor pretendia superar todos esses problemas e, ao herdar esse diagnóstico precário, apresenta um plano audacioso, como o presidente. Imaginava-se chegar ao fim do governo com praticamente toda a população urbana servida por água potável e aproximadamente 60% dessa população ligada a redes de esgotos. Metade da população rural também deveria chegar a 1994 servida por redes de abastecimento de água e coleta de esgotos. Isto significaria incorporar 42 milhões de novos brasileiros aos sistemas de abastecimento de água e 38 milhões às redes de esgotos. Para se ter uma idéia do que isso significa, em 20 anos - de 1970 a 1990 - foram beneficiados 32 milhões de novos brasileiros com redes de água e 20 milhões com redes coletoras de esgotos, um enorme esforço, quando o país crescia a taxas altíssimas.

O novo governo começou por atender um antigo reclamo do setor, ao criar uma estrutura institucional responsável pelo saneamento - a Secretaria Nacional de Saneamento; do ponto de vista dos investimentos, suas metas, amparadas na certeza de que a inflação seria controlada a curtíssimo prazo, e que haveria a retomada do crescimento rapidamente, animaram os segmentos do setor.

Logo no início do primeiro ano do governo, a magia começa a se desfazer. Os 20 bilhões de dólares prometidos para investimentos na área de saneamento foram calculados a partir de falsas suposições: em 5 anos, 10 bilhões deveriam vir dos orçamentos federal, estaduais e municipais; outros 2,5 bilhões viriam de fontes externas, como Banco Mundial e BID; o FGTS contribuiria com outros 3 bilhões de dólares; mais 2,5 bilhões viriam da iniciativa privada, através

da privatização e da concessão de serviços; e ainda 1,8 bilhão de dólares seriam obtidos com o pagamento da dívida das companhias, além de 1,5 bilhão de investimentos com recursos tarifários que sobrassem da operação dos serviços.

O plano mirabolante de Collor fez água por todos os lados. Os recursos foram superdimensionados



O plano fez água por todos os lados; desde sua apresentação parecia pouco provável que cada uma dessas submetas pudessem ser alcançadas. Os recursos de orçamentos estavam evidentemente superdimensionados. Governo Federal, estados e municípios estavam, e continuam, sufocados por grandes endividamentos do passado que consomem boa parte de suas receitas tributárias com juros de dívidas que continuam a ser roladas e que dificultam a contratação de novos financiamentos. Recentemente, por exemplo, o governo de São Paulo enfrentou dificuldades para obter aval do governo federal para fechar a contratação de empréstimo do BID para o badalado Programa de Despoluição do Tietê, porque o governo federal exigiu que, primeiro, a Sabesp, que é quem vai executar as obras, saldasse sua dívida com a União.

Por outro lado, as fontes externas continuam esquivas; veja-se o exemplo do Proseg, um programa lançado pela Secretaria Nacional de Saneamento em agosto de 1991, para aplicação de 400 milhões de dólares em obras de rede de esgoto destinadas a ocupar mão-de-obra desempregada, e que receberá 350 milhões de dólares do BID. Até hoje os recursos não foram liberados, e só recentemente o empréstimo foi efetivamente aprovado pelo banco, depois de ter sido consagrada uma solução para o pagamento dos juros da dívida externa e ter sido delineada uma solução para o refinanciamento do principal da dívida - com mais de um ano de atraso, portanto. Esses recursos, assim, no mínimo entrarão muito mais lentamente do que o governo imaginava.

As mesmas reticências existem em relação ao pagamento da dívida das estatais e investimentos com recursos próprios das companhias, restando como última esperança o FGTS, também afetado duramente pela recessão. Mais ainda, pelas novas regras do FGTS, companhias inadimplentes com o Fundo não podem contrair novos empréstimos.

Essa dura realidade foi forçando o governo a refazer suas metas, tentando adequá-las à situação; tanto as metas econômicas, quanto as metas para o saneamento. O ex-presidente Collor há muito tinha esquecido a inflação zero e o crescimento a ritmo de milagre; também já não se falava em 20 bilhões de dólares para saneamento há algum tempo. Na primeira versão do plano, os recursos previstos, já em 1990,

seriam de 2,7 bilhões de dólares; em 91 eles pulariam para 3,45 bilhões, em 92 para 4,45, em 93 para 4,95, e em 1994 chegariam a 5,15 bilhões de dólares.

A primeira revisão pública das metas foi apresentada em setembro de 1991, no Congresso da ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, em Goiânia; estimava-se, então, que os investimentos médios anuais seriam de 3,7 bilhões de dólares, cerca de 64% do que seria necessário para dotar o país de uma infra-estrutura adequada em saneamento, totalizando até o final do governo 15 bilhões de dólares. Mesmo com a redução, não era nada de se desprezar. Mas já naquela ocasião as perspectivas para 1992, numa visão otimista, segundo a própria Secretaria Nacional de Saneamento, eram de que os investimentos somassem apenas 2,2 bilhões de dólares, ou seja, 38% do que seria necessário.

Um balanço dos investimentos realizados, apresentado no Comitê Nacional de Saneamento em meados de 92, comprova que realmente a visão era otimista até demais. Nos dois primeiros anos do governo Collor foram investidos 2,2 dos 6,1 bilhões de dólares previstos no plano; as disponibilidades do FGTS para aplicações para o ano de 92, àquela altura, eram inferiores aos compromissos contratados - 93 milhões de UPFs disponíveis contra 142 milhões de UPFs contratados. E dos recursos previstos no Orçamento da União, apenas 26% foram liberados nos seis primeiros meses do ano e só 2% efetivamente repassados para obras.

Esse quadro é muito pouco alentador para a superação das debilidades sanitárias do país; não só porque os recursos têm sido largamente insuficientes para alterá-lo, mas também porque o próprio setor está desmobilizado diante da enorme frustração que acabou de experimentar ao ter acreditado nas fórmulas mágicas acenadas por Collor. E é pouco provável que se consiga reverter essa situação sem que se altere o próprio modelo do setor de saneamento, descentralizando a operação dos sistemas, buscando tecnologias mais apropriadas e acessíveis, democratizando o processo de decisão e priorizando os aspectos sanitários em relação aos aspectos comerciais, voltando enfim a pensar o saneamento como um instrumento essencial de saúde pública.

Sem isso, continuaremos a ostentar níveis de mortalidade infantil vergonhosos e deixando claramente expostos à cólera cerca de 20 milhões de brasileiros que ainda não têm acesso a sistemas públicos de abastecimento de água. E se a epidemia de cólera voltar a alastrar-se de nada adiantarão as inúmeras cartilhas que o Ministério da Saúde espalhou no ano passado pelos aeroportos brasileiros, onde dificilmente transitam pessoas que tomam banho de caneca e bebem água de bica.

Apontamentos para uma estética marxista*

ICHI TERUKINA

Cada campo de estudo concreto deve colocar-se novamente o problema da dialética do ser e do pensamento. O problema da criação artística leva a indagar peculiaridades da consciência individual

62

Há muitas décadas existe tendência generalizada de se pensar que o problema fundamental da filosofia - a dialética do ser e do pensamento, da matéria e da idéia - já foi totalmente resolvido. Chega-se mesmo à situação em que muitos pensadores marxistas e cientistas progressistas dedicam-se simplesmente a aplicar mecanicamente as soluções (geniais) dos grandes mestres do marxismo. Tudo leva a supor que atravessamos uma época de aplicações e não de feroz luta ideológica.

Em minha opinião, cada campo de estudo concreto, se quer ser verdadeiramente científico, deveria se colocar novamente o problema da dialética do ser e do pensamento de acordo com as peculiaridades específicas de seu objeto de estudo. E, segundo os resultados da solução deste problema fundamental, e em concordância com as linhas gerais e doutrinárias do marxismo, se poderá comprovar quem está do lado materialista e quem está do lado idealista.

Por outro lado, hoje é muito difícil encontrar-se, algum trabalho científico onde o materialismo (ou o idealismo) tenha sido aplicado conseqüentemente de cabo a rabo. Assim como o idealismo é constantemente reproduzido pelas atuais condições de existência e pela feroz agressão ideológica do capitalismo, também o materialismo, por ser uma doutrina que se encontra estreitamente ligada ao progresso da ciência, constantemente persuade a muitos pesquisadores, de tendências idealistas, a absorver numerosos axio-

mas materialistas que são, em última instância, os únicos pontos resgatáveis de seus alfarrábios teóricos. Numa palavra, na atualidade os trabalhos científicos estão denominados pelo ecletismo.

É muito importante compreender então, que a pureza doutrinária de uma investigação e sua respectiva exposição é pouco freqüente na história do pensamento científico e muito menos ainda na história do pensamento estético. E na atualidade, quando a agudização da luta de classes penetra na vida diária de milhões de homens (envolvendo assim, em uma batalha planetária toda a humanidade), a situação é mais dramática.

Não é por outra razão que os grandes materialistas da história são grandes; precisamente porque levaram até as últimas conseqüências seu ponto de vista materialista e não se deixaram iludir pela teia de aranha do idealismo. Uma teia de aranha que penetra sutilmente nos inocentes cérebros desguarnecidos de muitos pesquisadores honestos, mas sem consciência da milenar e multilateral luta entre o idealismo e o materialismo. As contradições continuam em todas as frentes e se tornaram mais agudas ainda, penetraram na vida cotidiana de toda a humanidade já que os meios de comunicação de massa substituíram os conceitos por clichês e rótulos. Deste modo, o conteúdo da palavra tem sido desvalorizado drasticamente e ao homem comum e corrente, ao qual se somam os cientistas e pesquisadores que se acreditam "apolíticos", não resta outro remédio senão encarar a realidade através do ponto de vista constantemente imposto pelos meios de comunicação de massa e pelos ideólogos burgueses por eles patrocinados.

Ante tal agressão ideológica, acreditamos que

(*) Devido ao seu tamanho este artigo será publicado em três partes. O original em espanhol foi traduzido por Maria Lourdes Motter, professora da ECA-USP e por Roseli Fígaro, jornalista e mestrande na ECA-USP.



GRAVURA M.C. ESCHER, COM MOTIVOS DE RÉPTEIS, 1941

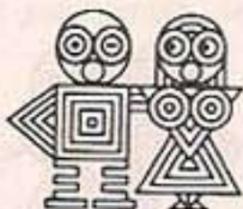
é uma necessidade impostergável encontrar uma solução radical para esta histórica luta, começando pelo levantamento das contradições internas que trazemos em nós mesmos, questionando os possíveis resíduos idealistas que foram se inculcando em nós devido à constante agressão ideológica da qual somos objeto, e da qual dificilmente alguém consegue escapar.

Este trabalho trata de trazer à luz alguns problemas com que me defrontei no transcurso de uma demorada pesquisa sobre a linguagem cinematográfica e os problemas estéticos que derivam deste meio de expressão:

1. A necessidade de resolver, doutrinariamente, o problema da dialética do ser e do pensamento no campo específico da teoria cinematográfica.

2. A necessidade de explorar, dentro da consciência individual, a luta interna que se dá entre a tendência idealista e a tendência materialista, no seio da consciência de um sujeito concreto.

Conjunto de indivíduos concretos e reais são os atores verdadeiros do drama revolucionário



Ao revisar toda a bibliografia que estava a meu alcance, surpreendi-me ao constatar que teóricos ideologicamente tão opostos como o idealista Jean Mitry e o materialista Umberto Barbaro, embora divergindo em certos tópicos da estética cinematográfica, concordavam em muitos aspectos capitais da natureza da linguagem cinematográfica. Esta concordância chamou minha atenção, e iniciei um processo de indaga-

ção sobre o por quê da existência de tantos lugares comuns entre teóricos tão opostos. Pensei inicialmente que estas idéias provinham de uma fonte comum, porém minha procura foi vã.

Após este processo de revisão, bastante prolixo, cheguei à conclusão de que em nenhum caso os teóricos do cinema haviam enfrentado diretamente o espinhoso problema da relação entre a matéria cinematográfica e a reflexão (ou idéia) cinematográfica.

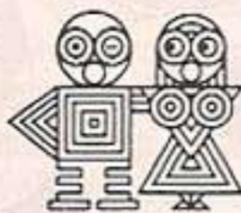
Todos partiram do pressuposto de que a imagem cinematográfica tinha uma estrutura dada, mas ninguém tentou esquadriñar sua estrutura material intrínseca, e as formas primárias de como esta estrutura material comunicava um movimento visual; simplesmente se limitaram a repetir manuais escolares de física básica e sobre esta ridícula base iniciavam suas "grandes" especulações em torno da estética da imagem cinematográfica.

Por outro lado, o problema da criação e criatividade artística me levou a indagar sobre as peculiaridades da consciência individual, uma vez que o fator ativo de uma criação artística é o indivíduo concreto e real que se defronta com a resistência que lhe opõe o material a ser modelado. Mas o problema da consciência individual se colocou, inicialmente, em contradição com o modo generalizado e unilateral de concepção da consciência individual como um produto passivo da sociedade.

Este modo de conceber a consciência individual induziu várias gerações de estetas e teóricos da arte a considerar o artista como um ente passivo, como um mero instrumento que a sociedade, como um todo abstrato, maneja de forma caprichosa lhe concedendo benevolmente o direito de chamar-se artista, pe-

lo simples fato de ter sido treinado em certos ofícios, que lhe dão o privilégio de criar certos objetos artísticos. Assim, se deixou de lado inumeráveis problemas inerentes à individualidade (não individualismo) do homem cotidiano, tirando-se o solo à sociedade concreta e real; porque uma sociedade é, queiramos ou não, um conjunto de indivíduos concretos e reais que, em última instância, são os atores verdadeiros (protagonistas e antagonistas) do drama das mudanças revolucionárias.

**Considerar a matéria
como ponto
de partida da estética
e da
teoria da arte**



Em um breve ensaio, publicado na "Revista Peruana de Cultura", David Sobrevilla caracteriza nosso tempo como uma época de ruptura "entre a imagem do mundo que nos oferecem a ciência e a filosofia e a realidade em que vivemos", um mundo onde o fantasmagórico prevalece, afastando-nos da compreensão cabal de nossa realidade. Esta verdade, que podemos constatar no continuum de nossa vida cotidiana, não é mais que a manifestação de uma sociedade que agoniza e arrasta consigo um universo de uma "pseudoconcreção" (Kosik, K.) que encobre a natureza absurda e irracional de um sistema sócio-econômico totalmente esgotado e ahistórico.

Neste contexto social - excelente caldo de cultura para o ressurgimento de todo tipo de concepções idealistas - é muito fácil compreender a alarmante profusão de pseudoteorias que invadem todos os campos do saber humano; concepções que desconsideram a básica e fundamental relação do homem com a natureza e sua realidade social através da práxis; ou seja, a unidade da observação, interpretação e transformação da natureza, da sociedade e do próprio homem mediado pelo trabalho humano.

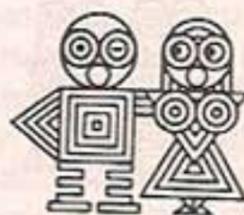
Este fato acontece com particular força no campo da estética e da teoria da arte. Nesse sentido é importante que nos aproximemos do problema estético com uma atitude profundamente científica, com uma atitude que não tema desprezar os prejuízos criados por uma estética que tem desconsiderado a certeza de nossa sensibilidade e da materialidade do objeto artístico.

Com toda a razão afirma R. Arnheim que na atualidade "...temos desatendido o dom de ver as coisas através de nossos sentidos. O conceito aparece divorciado da percepção, e o pensamento se move entre abstrações. Nossos olhos ficaram reduzidos a instrumentos de identificação e mediação, por isso padecemos de uma escassez de idéias susceptíveis de serem expressas em imagens e uma incapacidade de descobrir significações no que vemos" (Arnheim, 1979, p. 13). Mas se nos atermos a apenas esta questão, corre-

mos o risco de cair no velho sensorialismo da ilustração burguesa, posto que a essência da questão está na relação entre o real, a percepção do real e sua conceptualização.

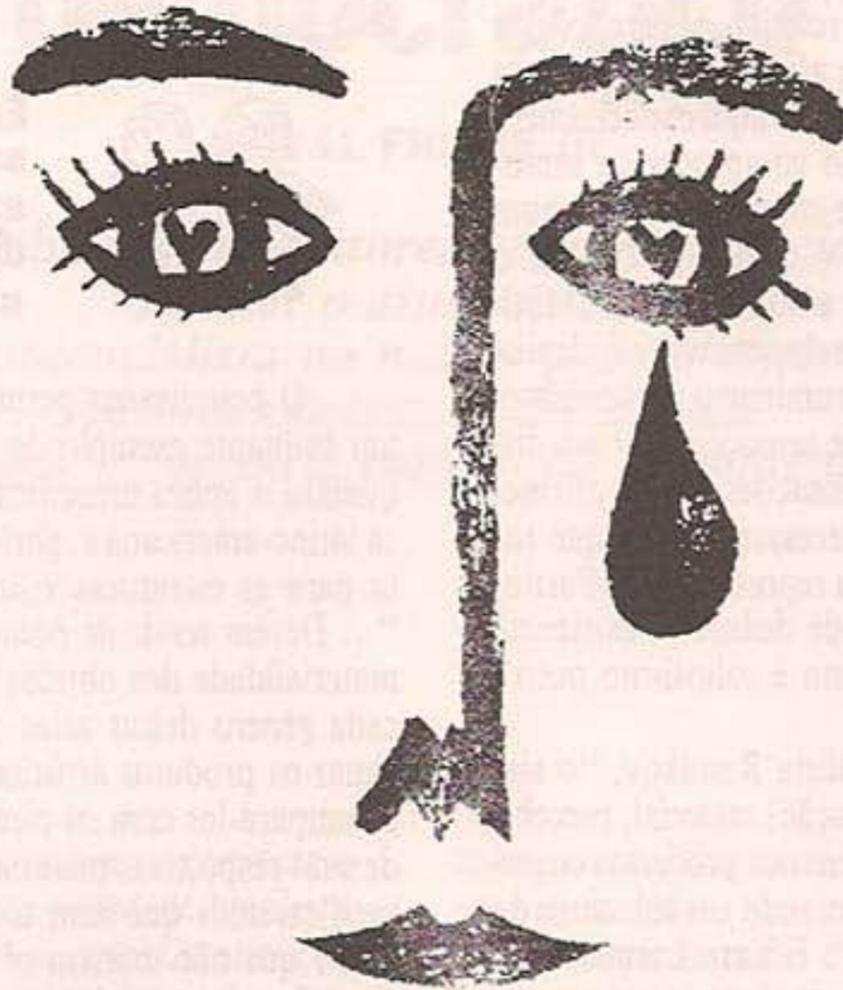
Enquanto para os empiricistas a percepção sensorial é um muro que nos impede de tomar contato com o real; para os materialistas é uma via segura que permite que nos relacionemos adequadamente com essa realidade objetiva dentro da qual nos movemos. Esta última atitude é um dos aspectos fundamentais da concepção materialista, em oposição à qual tem renascido uma série de correntes idealistas. Um idealismo que toma como pretexto um fato bastante simples, ou seja: se nós, como sujeitos, percebemos os objetos como se fossem uma espécie de tecido discreto do continuum real, significa que o real (inexoravelmente contínuo do ponto de vista macroscópico) não pode ser apreendido pelo sujeito tal como é realmente, a não ser que nós *reconstruamos*, a partir do tecido discreto que nos oferecem nossos sentidos, o continuum real por intermédio de uma atividade subjetiva que *preencha* os vazios deixados por nossa "imperfeita" percepção das coisas. E concluem: se nossos sentidos não podem captar o real em sua verdadeira dimensão, somos nós (como sujeitos que pretendemos apreender o real) os que criamos a realidade a partir de nossa subjetividade.

Esta é, por exemplo, a posição de Jean Mitry ao afirmar que: "... o objeto está constituído pela soma de sensações múltiplas referidas a uma mesma estrutura, a um mesmo 'conjunto'. É um grupo de sensações 'objetivadas' sobre um ser idêntico considerado como sujeito ou causa". Para retomar a expressão de Bradley continua Mitry, "o objeto é conteúdo ideal de um conjunto de percepções" (Mitry, 1978, vol. I p. 121). Adiante, mais explicitamente nos diz: "O real percebido é a forma de nossa percepção, que está determinada, ou seja, 'demarcada e limitada' por nosso nível sensorial. Perceber é construir um mundo, ter consciência dele, é constituir este mundo como objeto ...". Portanto segue afirmando Mitry, "o objeto não engendra nenhum dado sensível, são os dados sensíveis que engendram o objeto" (Op. Cit. p. 228).



**Doutrina de Mach das
coisas como
complexo de sensações
é puro
idealismo subjetivo**

Já sabemos até onde nos leva esta concepção. Ela trata de insinuar que nossos sentidos não são confiáveis, portanto, força-nos a bloquear radicalmente a única via primária e básica de nos relacionarmos com a natureza e a realidade social em que vivemos. Dessa maneira, trata de nos "desconectar" do real para dar lugar a um mundo ideal cujo único ponto



de contato com a realidade é um mundo estruturado pelo EU elaborador de todas as coisas. Este princípio radicalmente idealista nos induz a uma aproximação da materialidade do objeto artístico com inumeráveis prejulgamentos, sobretudo quanto à sua existência objetiva.

Sem negá-la explicitamente, escamoteia-a, acrescentando que a esteticidade do objeto artístico transcende a sua materialidade. Logo, uma aproximação válida ao estético deve prescindir de todo substrato material e concentrar-se somente na “artisticidade” do objeto de arte.

Para verificar esta contraposição, analisemos sumariamente a categoria fundamental da semiótica: o *signo*, e como ele é caracterizado diferentemente por essas duas tendências.

Para Pierre Guiraud, “um signo é um estímulo - ou seja, uma substância sensível - cuja imagem mental está associada em nosso espírito à imagem de outro estímulo que esse signo tem por função evocar com o objetivo de estabelecer uma comunicação” (La Semiologia, p. 33). Por outro lado, Roland Barthes afirma: “o signo é pois composto de um significante e de um significado. O plano dos significantes constitui o plano da expressão e o dos significados, o plano do conteúdo.” (La Semiologia, Comunicações, p. 32) Os dois autores, e em geral toda a escola semiótica da Europa Continental do Ocidente, remetem explicitamente a Saussure, para quem o signo é “...a

combinação do conceito e da imagem acústica...” (Curso de Lingüística Geral, p. 139). (*) Imediatamente vimos que a grande ausente de todas estas definições é ... a *matéria!*

Alguém poderá dizer que Pierre Guiraud fala de um estímulo, de uma substância sensível, etc. E que Saussure estabelece uma relação entre o conceito e a imagem acústica, que seria o mesmo que dizer entre o conceito e a matéria. Não obstante, estes princípios não são mais que novos modos de expressar a ve-

(*) Ferdinand Saussure (Genebra, 1857-1913); a obra “Curso de Lingüística Geral” foi publicada em 1916, por seus alunos CHARLES BALLY e ALBERT SECHAYE, a partir de compilações de anotações de suas aulas. A contribuição de Saussure foi retirar a lingüística do “círculo relativamente estreito do estudo das línguas naturais” (COELHO NETO, J.T., 1980, p.17). Sua assertiva língua/fala será o pé do estruturalismo, que influenciou a lingüística de Hjelmslev, a antropologia de Claude Levi-Straus e a psicanálise de Lacan. No entanto, com a visão puramente sincrônica da linguagem, Saussure reduziu o lingüista a um filólogo, pois não estudou a língua no discurso (viva), mas como corpus cristalizado, morto. (MARCELLES & GARDIN, 1976, p. 107/8). Ou seja, a língua é um corpo vivo, expressão das relações sociais; é um sistema sincrônico e diacrônico, suas relações devem ser estudadas no decorrer do tempo histórico, também como manifestação concreta da consciência social, como produto ideológico das relações sociais. Mas, sem dúvida, a grande e inovadora contribuição de Saussure foi a de elevar o estudo da linguagem aos mais diferentes campos e domínios da comunicação. (Nota dos tradutores).

lha máxima de Berkeley “Esse est percipi aut percipere”. (*)

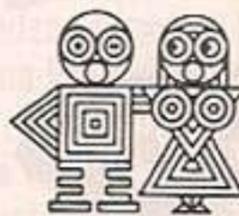
Vale a pena pois lembrar, ainda que rapidamente, como Lênin refutou todos os argumentos da “única filosofia científica” que apregoavam Mach, Avenarius, Lunacharsky & cia. No capítulo I de seu “Materialismo e Empirocriticismo” relativo às sensações e complexos de sensações, Lênin afirma: “O que temos que assinalar é que Mach reconhece aqui explicitamente que as coisas ou corpos são complexos de sensações...” (p. 24); e mais adiante continua “... nenhum subterfúgio, nenhum sofisma (...) poderá ocultar o fato claro e indiscutível de que a doutrina de E. Mach sobre as coisas como complexo de sensações é idealismo subjetivo, é simplesmente ruminar o berkeleyísmo. Se os corpos são ‘complexos de sensações’, como disse Mach ou ‘combinações de sensações’, como afirmava Berkeley, disto se deduz necessariamente que todo o mundo não é senão minha representação. Partindo de tal premissa, não se pode deduzir a existência de mais que um só homem; isto é solipsismo puro” (p. 25).

Por isto, para o materialista Resnikov, “o signo é um objeto (fenômeno ou ação) *material*, percebido sensorialmente, que intervém nos processos cognitivos e comunicativos, representando ou substituindo um outro objeto (ou objetos)”. E Yure Lotman afirma por sua vez que “o signo é uma substituição *material* dos objetos, fenômenos ou conceitos, com a qual facilita o intercâmbio de informação na sociedade” (Lotman, 1979, p. 8) (Os grifos são nossos).

A diferença é evidente: para os idealistas, o signo é uma referência que vai além de sua própria natureza física. Por isso, negam-no como ente material; ao ser transcendido por sua função puramente signíca, a existência do signo como tal já não lhes interessa mais que por sua função comunicativa e/ou gnosiológica, marginalizando a existência real e objetiva do signo como objeto material. Para os materialistas, ao contrário, o signo é a encarnação objetiva e material de um valor signíco diferente de sua própria materialidade. “Por conseguinte - afirma Resnikov -, o signo é um objeto material, mas um objeto material que se reflete no cérebro sobre a forma sensível do signo. O signo material (1) é um elemento primário, enquanto sua imagem é um elemento secundário.” (Resnikov, 1970, p. 16)

Isso nos remete então a uma dialética entre a materialidade do signo - elemento primário - e sua forma expressiva - elemento secundário. A dialética entre a fisicalidade do signo e o signo propriamente dito não foi ainda explorada, apesar de que esta vertente configura um campo fecundo para o estudo das artes. A partir dela, a especificidade de qualquer arte já não se manifesta tão somente como um conglo-

merado de formas expressivas delimitadas em função de outros meios artísticos e demarcadas exteriormente. Com ela, o gênero artístico específico é colocado como uma unidade dialética entre a fisicalidade do signo e sua expressão, e as formas próprias do meio se desenvolvem segundo a dinâmica interna que manifesta essa contradição.



Entre linguística e semiótica existem certas diferenças não identificadas

O pesquisador peruano Juan Acha nos oferece um brilhante exemplo da fecundidade dessa questão quando o aplica especificamente na análise da estética latino-americana e, particularmente, quando se volta para as estruturas visuais da arte latino-americana; “... Devem servir de ponto de partida - diz Acha - a materialidade dos objetos e as noções tradicionais de cada gênero destas artes. Por conseguinte, nos cabe situar os produtos artísticos num mundo dos objetos e compará-los com os científicos e tecnológicos à luz de suas respectivas materialidades. Nessa comparação verificaremos que nem todos os produtos são tangíveis e que não existem objetos puramente artísticos, científicos ou tecnológicos. Em todo ato ou obra humana coexistem estruturas ou relações artísticas, científicas e tecnológicas. Isto quer dizer que todo ato ou obra humana reflete o homem...” (Acha, 1979, p. 15).

Esta maneira de propor o problema tem a vantagem de devolver à estética e à teoria da arte essa multiplicidade perdida através de inúmeras sedimentações teóricas que têm buscado em vão manejar a pureza de um “belo” absolutamente abstrato e infinitamente distanciado do real concreto. Assim, o “belo”, como substância do estético, aparece totalmente desligado de suas mediações básicas (ética, gnosiológica, valorativa e política) e de suas formas concretas e específicas de existência objetiva, determinadas pelas qualidades de seu suporte físico correspondente.

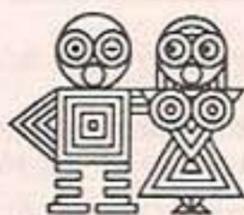
Quando falamos da materialidade do signo, o que na verdade fazemos é *deslocar* o problema fundamental gnosiológico (a dialética do ser e do pensar) para o plano específico dos signos, como uma forma de dar o primeiro passo para um modo materialista de enfrentar os problemas fundamentais da teoria da arte (2).

Se nos perguntamos, por exemplo, qual é o centro de atenção de Lênin quando desenvolve a polêmica contra os machistas em seu “Materialismo e Empirocriticismo”, com certeza a resposta seria: contrapor à interpretação idealista de Mach e seus seguidores a concepção materialista do mundo. Mas para conseguir tornar efetiva essa luta e vencer a estes berkelianos, Lênin teve que responder multilateralmente a to-

(*) ... “a realidade, o ser, se reduz à percepção que dele temos (esse et percipi)”. CORBISIER, R. 1987, p. 138. (Nota dos tradutores).

das as armadilhas idealistas que seus adversários colocavam em torno do problema gnosiológico fundamental: a primazia da matéria sobre a idéia e o papel das sensações na relação entre o ser e o pensar. E embora Lênin dedique boa parte de seu célebre trabalho ao papel que representam os signos na relação gnosiológica entre o ser e o pensar (veja-se por exemplo "A teoria dos símbolos - ou dos hieróglifos" - e a crítica de Helmholtz), quando transferimos o centro de nossa preocupação para a esfera dos signos, o problema filosófico fundamental toma um matiz diferente. Assim, se no plano gnosiológico a polêmica relativa ao signo se centra na *Função Mediadora* do signo entre *O real e o ideal*; na dialética do signo propriamente dito, o núcleo problemático se transfere: por um lado, dada a natureza social do signo (Campo da semiótica atual) e, por outro lado, devido às relações que existem entre a materialidade do signo e suas formas signicas de manifestação. Vale dizer: se bem que do ponto de vista *gnosiológico* a importância do signo se centraliza em *sua função mediadora* entre a realidade e o conhecimento desta realidade, do ponto de vista *semiótico* e da *teoria da arte* a análise do signo se concentra em *sua natureza* e nas diversas formas sensíveis de manifestação. Destas duas grandes conotações que o signo possui, interessa à teoria da arte, em primeiro lugar, a natureza do signo e as formas sensíveis que este apresenta, posto que a arte é por antonomásia, criadora de novos significados e não um mero recriador ou atualizador de um conjunto sistemático de signos.

Signo como totalidade material deve ser considerado como ponto de partida da semiótica



Assim, entre a lingüística (disciplina que serviu como fonte metodológica e conceptual para a semiótica da Europa Continental do Ocidente) e a semiótica existem certas diferenças metodológicas de princípios que não foram suficientemente identificadas e, por isso, esta última disciplina carrega sobre seus ombros, como pecado original, muitas deficiências metodológicas e conceptuais que são pertinentes assinalar aqui.

Se comparamos, por exemplo, a linguagem e sua clássica divisão saussureana (*langue/parole*) com qualquer meio artístico, veremos que todo fato artístico se distancia totalmente do que Saussure qualificou uma vez como "lingüística da língua" (em contraposição a uma "lingüística da fala"), porque o fato artístico é sobretudo criação que se encontra em permanente contradição frente a tudo aquilo que signifique sistema ou totalidade fechada. E se a língua é, como disse R. Barthes, "...ao mesmo tempo uma instituição social e um sistema de valores, como instituição social não é em absoluto um ato, escapa a toda preme-

ditação; e a parte social da linguagem, o individuo não pode por si só, nem criá-la, nem modificá-la...". Por outro lado, "a fala é um ato individual de seleção e atualização, está constituída em primeiro lugar pelas combinações mediante as quais o sujeito falante pode utilizar o código da língua com o fim de expressar seu pensamento pessoal..." (Barthes, 1972, p. 18-19). Nota-se claramente que a arte se aproxima mais ao que Saussure classificou como "lingüística da fala", do que da "lingüística da língua".

O mais grave é que a semiótica ou, para ser mais justo, a semiologia (3) (*) tomou como sua fonte fundamental a lingüística saussureana sem criticar a fundo seu sistema dualista, baseado na dicotomia língua/fala e, ao passar ao largo desta desagregação abstrata da linguagem, não se acautelou ou não quis acautelar-se, de que esta era uma separação, de fato, entre a matéria e a idéia, entre a massa heteróclita e concreta que representa a fala (*la parole*) em oposição à língua (*la langue*), que é uma abstração deste fato cotidiano e multilateral(4).

Por isso os próprios colegas de Saussure foram suficientemente cautelosos para não tomar como princípio universal a divisão proposta pelo célebre genebrino (5) e esta cautela se deve fundamentalmente a que uma ciência - a lingüística - deixaria de ser uma disciplina científica se perdesse contato com o objeto - a linguagem e suas manifestações concretas (*la parole*) - à qual deve sua própria existência. E é aqui que reside o verdadeiro drama existencial da semiótica: com essa demonstrada incapacidade metodológica de reconhecer seu objeto concreto de estudo, jamais dará um passo positivo para uma interpretação séria e científica sobre a natureza dos signos precisamente porque se nega obstinadamente a reconhecer que seu objeto - o signo - é, em primeiro lugar, um objeto concreto e material que existe fora de nossa consciência e, em segundo lugar, que um objeto material significa algo diferente de seu próprio conteúdo material, o qual, apesar disso, se configura nele, apelando às características sensíveis dessa materialidade. Neste sentido, o signo - reconhecido como uma totalidade material - deve ser considerado como verdadeiro ponto de partida da disciplina semiótica.

Estas objeções que fazemos ao ponto de partida da semiótica e que expusemos sucintamente, não obe-

(*) Charles Sanders Peirce (Massachusetts, 1839-1914), fundador do movimento pragmático norte-americano, baseou os fundamentos de sua obra nas concepções filosóficas de Kant. Em vida publicou apenas alguns artigos. Sua obra foi divulgada postumamente pela Harvard University Press, entre 1931 e 1935. Suas idéias vão dar origem a uma filosofia das significações, chamada de semiótica, ou doutrina formal dos signos. Para Peirce "um signo, ou um representamen é algo que sob certo aspecto ou de algum modo representa alguma coisa para alguém, dirige-se a alguém, isto é, cria na mente dessa pessoa um signo equivalente ou talvez um signo melhor desenvolvido". (SCHAFF, A. *Semiótica e Filosofia*, p. 93) (Nota dos Tradutores).

decem a motivos puramente doutrinários, mas sim a uma exigência científica, a uma necessidade imperativa de dotar a semiótica dos instrumentos indispensáveis para que essa disciplina supere de uma vez e para sempre a marca escolástica que carrega.

Exigência científica que alcança também os semióticos que, sem negar a existência material do signo, deslizam e flertam constantemente com o idealismo. É o caso concreto de Resnikov cuja posição - como vimos - é bastante clara com relação ao caráter material do signo; não obstante, ao avançar sua exposição comete um grave erro de princípio, porque desdenha a indiscutível fronteira que existe entre a materialidade do signo e o significado que este comporta. Assim: "No processo comunicativo - afirma Resnikov - o signo intervém ora como objeto material ora como imagem psíquica (nota-se a colocação dualista que, por outro lado, já havíamos assinalado com seu impróprio termo 'signo material'), porque se é certo que, por um lado, a comunicabilidade exige o objeto material como meio de comunicação, por outro lado aquela seria impossível sem o reflexo de tal meio na consciência de quem participa do processo comunicativo (...) Estes processos estão intimamente relacionados entre si, já que a imagem sensível do signo se forma na base do funcionamento do (sic) signo material no processo comunicativo. Isto põe em evidência que nos processos cognitivos e comunicativos (atenção!) *É errado contrapor signo material e imagem sensível do signo.*" (Resnikov, opus cit., p. 16) (o grifo é nosso)

Se nosso objeto específico de análise é o signo

e partimos da premissa materialista de que o signo é um objeto que existe fora de nossa consciência e tomamos a imagem sensível deste como um reflexo ideal desse objeto, então identificar as propriedades reais do veículo material com suas manifestações sensíveis, é cair no que Engels denominou basófia eclética.

Este tem sido e é ainda o equívoco mais grave de toda a semiótica contemporânea, erro crasso do qual não puderam subtrair-se nem sequer aqueles cientistas que, como Resnikov, manifestam tendências materialistas e que avaliaram corretamente o papel gnosiológico dos signos em sua condição de mediadores entre a realidade e o pensamento. Também eles resvalam no limo idealista quando tentam caracterizar a natureza específica do signo.

Se bem que a semiótica (em seu estágio atual) pode facilmente diluir nossas objeções apenas aduzindo que a função do signo é fundamentalmente comunicar idéias por meio de mensagens (Guiraud) - coisa que nunca pusemos em discussão - e, portanto, seu objeto de estudo pode esgotar-se na análise do comportamento dos sistemas de signos no seio da sociedade (Saussure); quando nos deslocamos para o campo da criação artística, aquelas exigências expostas anteriormente se convertem agora em pré-requisitos básicos para compreender a partir da filosofia materialista o processo da criação e criatividade estéticas.

ICHI TERUKINA é peruano, cineasta, já publicou "Cineramas", Lima, 1992.

68.

BIBLIOGRAFIA

- ACHA, Juan. *Arte y sociedad, Latinoamérica (El producto artístico y su Estructura)*, México, Fondo de Cultura Económica, 1981.
- ARNHEIM, Rudolf. *Arte y percepción visual (Psicología del ojo lector)*, nueva versión. Madrid, Alianza Editorial, 1979.
- BARTHES, R. *La semiología*, Buenos Aires, Editorial Tiempo Contemporáneo (Colección Comunicaciones), 1972.
- GUIRAUD, P. *La semiología*, Buenos Aires, Siglo XXI S.A., 1974.
- LÉNIN, V.I. *Materialismo y empiriocriticismo*, Obras Escogidas Vol. IV, Moscú, Editorial Progreso, 1976.
- LOTMAN, Yuri. *Estética y Semiótica del Cine*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1979.
- MALMBERG, Bertil. *Los nuevos caminos de la Lingüística*, México Siglo Veintiuno Editores S/A, 1974.
- MARTINET, André. *Elementos de Lingüística General*, Madrid, Editorial Gredos, 1974.
- MITRY, Jean. *Estética y psicología del cine: las estructuras*, Madrid, Siglo Veintiuno Editores S/A, 1978.
- RESNIKOV. *Semiótica y teoría del conocimiento*, Madrid, Alberto Corazón Editor, 1970.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística General*, Buenos Aires Editorial Losada S/A, 1974.
- SOBREVILLA, David. "Sobre el carácter irreal de la época contemporánea", in *Revista Peruana de Cultura*, segunda época, número 1, Lima, Instituto Nacional de Cultura, 1982.
- ZIS, A. *Fundamentos de la estética marxista*, Moscú, Editorial Progreso, 1976.

NOTAS

(1) Falar de signo material não é apropriado neste caso, porque nos induz a interpretar o fato signico como um processo dual; trata-se, agora, de estabelecer a unidade material e ideal contida no signo. Para ele é

preferível dizer "materialidade ou fisicalidade do signo" ao invés de "signo material".

(2) Há que ter presente que a estética e a teoria da arte não se superpõem totalmente, "...a interpretação artística do mundo é mais ampla que a arte, posto que compreende não só a criação artística, mas também a atitude estética do homem frente à realidade". (A. ZIS, 1976, p.6)

(3) O termo semiótica provém da escola anglo-saxônica de base lógico-filosófica ou, mais precisamente, de uma raiz conductista; por outro lado, a semiologia se liga diretamente à escola da Europa continental de base lingüística.

(4) O próprio Saussure estava perfeitamente consciente de que essa diferenciação provinha de uma urgente necessidade de focalizar a linguagem sob uma ótica distinta da que prevalecia na lingüística comparativa, como uma necessidade de definir o objeto de estudo de uma lingüística propriamente diacrônica e, portanto, como uma delimitação do concreto justificada somente na medida em que se poderia delimitar, através dessa separação abstrata de linguagem, com uma maior precisão, seu objeto de estudo e à margem de todas as implicações gnosiológicas que derivariam posteriormente da raiz da famosa dicotomia *langue/parole* pressuposta por Saussure; por isso Bertil Malmberg afirmou enfaticamente que "...Saussure não pretendeu abordar o problema das relações entre a linguagem e a realidade". (MALMBERG, 1974, p. 49)

(5) "Esta distinção, muito útil entre língua e fala - afirma André Martinet -, pode levar a crer que a fala possui uma organização independente da organização da língua de maneira que se poderia, por exemplo, considerar a existência de uma lingüística da fala ao lado de uma lingüística da língua. Assim, é necessário convencer-se de que a fala não faz mais que concretizar a organização da língua. Só com o exame da fala e do comportamento que determina nos ouvintes pode-se alcançar um conhecimento da língua. Para consegui-lo será necessário que façamos abstração do que na fala é não-lingüístico, como o timbre de voz próprio de um indivíduo, ou seja, que não forma parte dos hábitos coletivos adquiridos durante a aprendizagem da língua." (MARTINET, 1974, p. 35)

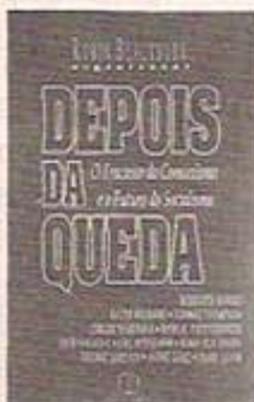
A queda do muro de Berlim e o futuro do socialismo

Robin Blackburn, *Depois da Queda - o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*, Editora Paz e Terra, RJ, 1992.

A principal consequência internacional da Revolução Russa de 1917 pode ter sido, ironicamente, favorecer o desenvolvimento da democracia burguesa no Ocidente capitalista - esta tese, defendida pelo historiador marxista inglês Eric Hobsbawn, aparece desenvolvida com detalhes num dos ensaios do livro *Depois da Queda - o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*, recém editado pela Paz e Terra. Organizado por Robin Blackburn, editor da *New Left Review*, o livro traz ensaios de alguns dos mais eminentes intelectuais que têm se dedicado a estudar a queda dos regimes revisionistas do Leste europeu, como Norberto Bobbio, Hans Magnus Enzensberger, André Gorz, Jurgen Habermas, Fredric Jameson, Ralph Miliband, Edward Thompson, Diane Elson, além de Hobsbawn (que comparece com dois ensaios) e Blackburn.

Esse elenco de notáveis oferece uma boa mostra do debate que os acontecimentos de 1989 suscitou. Bobbio, por exemplo, diz que "o fracasso não é apenas dos regimes comunistas, mas da revolução inspirada pela ideologia dos comunistas". Habermas, por sua vez, pensa que o único socialismo possível é uma variação do capitalismo. "As sociedades complexas", escreve ele, "não podem se reproduzir, a menos que preservem intacta a lógica da auto-regulagem de uma economia regida pelos mercados". Isto é, para ele, uma sociedade complexa jamais deixará de ser capitalista, já que "economia regida pelos mercados" significa *economia baseada na produção de mercadorias*, e esta economia tem um nome: capitalismo. Apesar disso, seu ensaio não pode ser desprezado, pois faz uma útil resenha das principais interpretações das transformações ocorridas no Leste.

A nova ordem mundial erigida sobre as ruínas do muro de Berlim é o tema de Fredric Jameson, para quem a falência do bloco soviético não significa o fracasso do socialismo - já que o sistema soviético não podia ser considerado socialista, pensa ele. Foi, na verdade, um bem sucedido esforço de modernização e construção de uma sociedade industrial, cujo resultado poderia ter evoluído para o socialismo. Além disso, pensa ele, esses acontecimentos estão ligados à crise do capitalismo ocidental: "se não se pode dizer que o socialismo fracassou, também não se pode dizer, com base em qualquer leitura significativa do sistema de mercado enquanto tal, que o capitalismo triunfou."



Entre os ensaios deste livro, porém, destacam-se o de Blackburn e os de Hobsbawn. Blackburn resenha o debate que a Revolução Russa provocou entre os socialistas desde os primeiros tempos. Recorda que as críticas de Kautsky à estratégia bolchevique centrava-se no que tal estratégia "implicava de sinistro para o desenvolvimento cultural e político dos trabalhadores". Mostra como Martov, o líder menchevique, aceitou a Revolução de Outubro, "mas atacou violentamente o 'terrorismo político' e a 'utopia econômica' das políticas bolcheviques". Apesar disso, diz ele, Martov tentou - ao contrário de Kautsky - estabelecer um *modus vivendi* com os bolcheviques, durante a guerra civil. Kautsky não chegou nem mesmo, diz ele, a apreender "adequadamente a modernidade do sistema soviético".

Mas é na resenha do debate da planificação, do mercado e da democracia que o ensaio de Blackburn se destaca, ao recordar o esforço de vários economistas e pensadores marxistas e socialistas, como Bukharin, Trotsky, Oskar Lange, H.D. Dickinson, Otto Neurath, Eduard Heimann, Karl Polanyi, entre outros, para encontrar mecanismos de regulação econômica - um debate que envolveu inclusive pesos-pesados da economia burguesa como Leopold von Mises e Friedrich von Hayek.

Hobsbawn, por sua vez, diz que "é muito mais fácil ver 1989 como uma conclusão do que como um começo" - trata-se da conclusão de uma etapa da história do socialismo. Uma etapa que, pelo simples fato de demonstrar o funcionamento de uma alternativa econômica e social ao capitalismo, mantinha o ocidente capitalista na defensiva, levando a burguesia a fazer concessões políticas e sociais aos trabalhadores. "Talvez a história, em sua ironia", diz ele, "decidirá que a realização mais duradoura da Revolução de Outubro foi a de tornar 'o mundo desenvolvido' novamente seguro para 'a democracia burguesa' ". Um mundo capitalista que viveu, neste século, uma verdadeira montanha russa política e social, lembra Hobsbawn: "duas guerras mundiais, seguidas por dois surtos de revolução global, levando ao colapso indiscriminado de velhos regimes políticos e a instauração do poder comunista, primeiro sobre um sexto do território mundial e mais tarde sobre um terço da população mundial, e à dissolução de vastos impérios coloniais construídos antes e durante a era imperialista". Viveu também uma crise profunda como a de 1929, na qual as economias capitalistas quase foram ao colapso, enquanto a URSS atravessou imune a tormenta.

Assim, pensa Hobsbawn, o "principal efeito de 1989 é que o capitalismo e os ricos pararam, por enquanto, de ter medo" - apesar da incapacidade demonstrada por ultraneoliberais como Reagan e Thatcher em "liquidar ou mesmo reduzir de forma significativa as despesas com a previdência social" nos EUA e na Grã-Bretanha. Nesse quadro, cabe aos socialistas, pensa Hobsbawn, encontrar um sistema que combine mercado e interesse social.

O problema é difícil e, tudo indica, está em aberto. De qualquer forma, Hobsbawm insiste que “os socialistas estão aqui para lembrar ao mundo que em primeiro lugar devem vir as pessoas e não a produção. As pessoas não podem ser sacrificadas”, assegurando que “o futuro do socialismo assenta-se no fato de que continua tão necessário quanto antes, embora os argumentos a seu favor já não sejam os mesmos em muitos aspectos”.

José Carlos Ruy

Soberania e Dignidade - Raízes da sobrevivência

José W. Bautista Vidal, Editora Vozes, 1991.

No auge da onda neoliberal, o livro do professor Bautista Vidal, da Universidade de Brasília, levanta a voz em defesa de um modelo independente de desenvolvimento para o país. São 213 páginas repletas de dados que contestam projetos atuais e apresentam alternativas, particularmente no campo energético.

Ainda que a leitura do texto não seja exatamente como o General Andrade Serpa diz no prefácio (“... fi-lo de um jato, como quem lê um conto de Poe ou um romance de Agatha ...”), seu texto trata, em linguagem acessível, de diversos assuntos complexos, em especial a questão energética: as alternativas de substituição do petróleo por energias advindas da biomassa dos trópicos; aborda o modelo dependente adotado pelas elites brasileiras, etc.

O autor é conhecido não só pela atividade docente como também pela defesa firme de idéias nacionalistas. Foi no período em que o professor Bautista ocupou a STI, Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e Comércio, em especial a partir de 1976, que o Brasil decidiu implementar, de forma acelerada, talvez o maior programa energético alternativo de que se tem conhecimento em nossa história - o “Pró-Álcool”. Foi uma forma de tentar contornar a crise decorrente do primeiro e grande embargo do petróleo, decretado pelos árabes em 1973 que elevou os preços internacionais de US\$ 5.00 o barril, para mais de US\$ 20.00, causando enormes prejuízos no endividamento externo dos países dependentes dessa forma não renovável de energia.

Em várias passagens do seu livro, há uma firme defesa do “Pró-Álcool” e do desenvolvimento de outras formas energéticas nacionais, que utilizem a fonte solar em suas derivações. Exemplos são o bagaço da cana, o óleo de mamona, o óleo de dendê, o carvão vegetal e outras formas - viáveis sem danificação do solo, sem alterar a malha fundiária produtora de alimentos e, fundamentalmente, sem nenhuma

poluição, gerando muito mais empregos do que a produção de gasolina e diesel.

Outras Fontes de Energia

Com fatos, dados e números que impressionam até mesmo o leitor completamente leigo no assunto, o professor Bautista investe contra o modelo de matriz energética brasileira, de 35 anos, implementado basicamente a partir de 1955, pelo presidente Juscelino Kubistchek. Diga-se de passagem, o autor arrisca uma opinião de que Juscelino teria feito um grande acordo com as montadoras multinacionais de veículos: a partir de suas instalações no Brasil, ele construiria milhares de quilômetros de estradas, como de fato o fez. (pág. 119).

Suas críticas firmes e embasadas em números incontestáveis, atingem até mesmo o sistema hidro-elétrico brasileiro. O Plano 2010, da Eletrobrás, prevê a construção na região amazônica de mais 79 usinas hidro-elétricas, além das 10 já em funcionamento. A de Tucuruí, por exemplo, construída ao custo de vários bilhões de dólares, alaga uma área de 2.430Km² (pelo fato de a região ser de terras muito planas, o lago formado é sempre imenso), e derrubou milhares de metros cúbicos de árvores que, se transformadas em matéria energética (carvão vegetal), renderiam, segundo o professor Bautista, o equivalente a milhões de litros de combustível. Isso tudo para produzir energia elétrica para a indústria de alumínio, que exporta o nosso metal a custos menores que os de produção e muito abaixo dos preços internacionais, atendendo às exigências do imperialismo.

Não pense o leitor que tal idéia possa implicar, pela proposta do professor, qualquer devastação, por menor que seja. Pelo contrário. Ele é radicalmente contra o desmatamento de florestas. Sua proposta é, para a Amazônia, desenvolver grandes plantações de dendê, que produz um óleo que poderia funcionar em motores de ciclo Otto, substituindo a gasolina. Ou plantar cana em no máximo 1% do território nacional, o que atenderia a 70% das necessidades de combustíveis automotivos no país.

Há dados que demonstram que 70 milhões de hectares de terra produzindo dendê, resultariam, por ano, em 21 bilhões de barris de óleo combustível ou diesel, suficientes para abastecer nossas necessidades energéticas, e ainda cerca de 9 bilhões de barris que poderiam ser exportados. Tal produção é superior à da própria Arábia Saudita, 3ª maior produtora mundial de óleo cru, a detentora da maior reserva descoberta e presumível do planeta (200 bilhões de barris). São soluções que trariam desenvolvimento independente para o país, mas que não são sequer cogitadas pelas elites brasileiras, historicamente subordinadas aos interesses imperialistas e antinacionais.

Questões filosóficas e políticas

Há contudo uma heterogeneidade no nível geral do livro quando o professor Bautista incursiona



no terreno filosófico referindo-se ao pensamento de autores como Ortega y Gasset, Roger Garaudy, Sérgio Rouanet ou Karl Marx. No terreno da avaliação histórica o autor afirma "...Os ideais da vida eterna, motor espiritual dessa cultura (ibérica, no caso), elevaram ao infinito a tenacidade de um punhado de homens que construíram neste hemisfério as bases de uma civilização humanista ..." (p. 140). Isto corresponde a uma visão idealizada do processo de colonização hispânica na América Latina onde foram fortes as componentes predatórias e genocidas com os povos autóctones.

O autor é de opinião também que a proposta do socialismo, que ele chama de utópico, chegou ao fim. No seu lugar aparece o "...ideal ecológico de união de todos os homens para a preservação do planeta..." (p. 181) secundarizando a questão do sistema social capaz de realizar um tal objetivo.

Apesar da grande riqueza de informações, o livro carece de referências mais precisas ao apresentar dados preciosos para o debate. Embora o autor justifique esta opção ("... excessos de citações poderiam tirar a leveza do texto ..."), um maior rigor com as fontes acrescentaria ainda mais força à sua própria argumentação.

A ressalva principal ao conteúdo do livro é, contudo, a ausência de articulação da questão nacional com as questões democrática e popular. A questão nacional, ainda que fundamental para a soberania e a dignidade de um povo e de um país não pode estar dissociada da luta democrática e popular, levando-se em conta as forças políticas necessárias ao combate eficaz do projeto neoliberal e antinacional.

O livro do professor Bautista Vidal deve ser lido e debatido, pois seu conteúdo de fato contribui para armar com dados e fatos todas as pessoas que defendem um Brasil soberano e democrático.

Lejeune Mato Grosso

O projeto de integração competitiva

(Uma avaliação crítica da política industrial do governo Collor) - Luis Antonio Paulino, Dissertação de mestrado - EAESP/FGV-1992.

O grande mérito do trabalho apresentado por Luis A. Paulino reside, de um lado, na atualidade de seu tema central: a reinserção econômica do Brasil na economia mundial frente às novas características do sistema capitalista comandado pelos países imperialistas (EUA, Japão, Alemanha, etc) e pelas grandes corporações transnacionais. Por outro lado, o trabalho entra no debate polemizando e confrontando-se com as teses, concepções e propostas defendidas por setores liberais (neoliberais) presentes na sociedade brasileira.

Nem o impeachment de Collor e a efetivação do presidente Itamar Franco tiram a atualidade desse debate, pois suas raízes mais profundas e as consequências práticas estão intimamente ligadas com a superação da crise estrutural que o Brasil enfrenta e com seu futuro enquanto nação independente e soberana. Não é por acaso que o debate está presente na imprensa e em importantes instituições nacionais, tais como governo, congresso, partidos políticos, universidades, entidades empresariais, etc.

Nesse sentido, a dissertação de Luis A. Paulino extrapola o limite de um trabalho meramente acadêmico e se transforma numa contribuição efetiva, num instrumento importante para ampliar, aprofundar e acrescentar novos elementos e argumentos para a discussão em curso.

Partindo de um objeto de análise relativamente específico - a proposta de política industrial do governo Collor - o autor não se restringe a uma crítica pontual e limitada.

Ao tomar como pano de fundo a evolução da crise mundial do capitalismo nos últimos 15 a 20 anos e elaborar sua análise crítica com base na teoria da regulação desenvolvida pela corrente marxista francesa composta por Aglietta, Lipietz, Coriat e outros, Luis A. Paulino não só dá consistência teórica ao seu trabalho como também consegue caracterizar a proposta política industrial de Collor, como contrária aos interesses nacionais, na medida em que favorece os objetivos estratégicos dos países imperialistas e das corporações transnacionais que buscam superar a crise de acumulação capitalista, impondo uma nova divisão internacional do trabalho e uma nova ordem econômica, social e política em nível mundial.

Outro aspecto relevante do texto é que ao reunir um conjunto de informações e dados estatísticos coletados em numerosos autores nacionais e estrangeiros, compondo-os numa estrutura lógico-científica de análise, o autor consegue explicar e compreender a natureza de novos fenômenos emergentes num período de crise e transição tais como: a crise de acumulação capitalista tem como raiz a falência do fordismo/taylorismo como forma de organização do trabalho produtivo a necessidade do estabelecimento de um novo paradigma tecnológico-econômico (liberal-produtivista) para superar a crise e dar seqüência à exploração do capital sobre o trabalho assalariado; o ressurgimento da ideologia liberal no terreno econômico social e político (neoliberalismo), o desemprego crescente como resultado da produção capitalista flexível; o novo papel do Estado capitalista, etc.

Todos esses temas extremamente atuais e principalmente suas consequências para a luta cotidiana dos trabalhadores assalariados e para os que lutam por transformações radicais do capitalismo (socialistas) merecem e exigem maior debate. O texto contribui para isso.

Como observações críticas ao trabalho de Luiz Paulino pode-se registrar e indicar duas questões.

A primeira refere-se ao seu fundamento teórico. A teoria da regulação ou escola regulacionista, embora se coloque como marxista, justaposta a outra corrente também denominada marxista, incorpora elementos teóricos do pensamento econômico keynesiano de matriz burguesa. Apesar de ser indiscutível a contribuição dessa teoria na análise moderna da economia capitalista, ao privilegiar o papel do Estado como instrumento impulsionador econômico aproxima-se muito das concepções "reformistas" de Keynes.

A análise do caráter de classe do Estado que "conduz" o desenvolvimento econômico é fundamental para não restringir a discussão e a luta sobre o papel do Estado, dentro dos limites do sistema capitalista e de sua lógica econômica e política.

A segunda questão refere-se à conclusão do trabalho de Luis. A. Paulino. Após desenvolver uma crítica demolidora da proposta do governo Collor, ao seu perfil neoliberal e suas conseqüências para o Brasil, a alternativa de política industrial que apresenta, embora conduza o debate para um terreno mais amplo como a necessidade de uma solução diferente para a questão da dívida externa, de discutir o papel e a crise financeira do Estado e até a necessidade inexorável de um outro Projeto Nacional, limita a alternativa proposta aos marcos referenciais do capitalismo.

Pode-se atribuir essa limitação, conhecendo-se as convicções socialistas do autor, ao fato de tratar-se de uma dissertação de mestrado, com objetivos específicos e não de um debate a respeito dos rumos e das soluções alternativas para o Brasil.

Finalmente cabe observar que o presente trabalho, pela sua seriedade teórica e analítica, pela riqueza do seu conteúdo em informações e pelas explicações dos fenômenos emergentes da crise do capitalismo, é um texto que deve ser estudado por todos os que estão engajados na tarefa de compreender a trajetória recente de importantes acontecimentos econômicos, sociais e políticos mundiais e suas conseqüências.

Apesar das limitações apontadas, é opinião do autor desta resenha - e nessa medida plenamente discutível - que a dissertação de Luis. A. Paulino revela-se com uma base sólida para o debate atual e como importante contestação às idéias neoliberais presentes na sociedade brasileira.

Fernando Pupo

Desenvolvimento com independência

CASTRO, Antonio Barros de. "A Economia Brasileira em Marcha Forçada". Francisco Eduardo Pires de Souza. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

O texto "A Economia Brasileira em Marcha Forçada" apresenta grande interesse, no momento em que o Brasil persiste há mais de 12 anos envolto

na mais profunda crise de sua história. Na verdade, como acentua o livro, a crise estala em 1974, manifesta no estrangulamento externo advindo das necessidades de petróleo, matérias-primas e máquinas. Necessidades que se patentearam incompatíveis com os fluxos monetários externos. Assim, o texto está dividido em três partes.

Na primeira, é analisada a estratégia adotada pelos governos militares e seus resultados particularmente na situação externa do país.

Na segunda, é feito um balanço analítico do processo de endividamento externo.

Na última parte da obra, realiza-se um estudo dos problemas que se apresentam ao desenvolvimento nacional. Desta forma, é esta a atualidade do texto, é feita uma argumentação contra as tendências neoliberais no sentido de defesa da participação do Estado na economia como articulador do desenvolvimento nacional. O texto faz o diagnóstico de que "a indústria deste país, em cuja construção o Estado teve um papel decisivo, longe de ineficiente e artificial, é uma estrutura integrada crescentemente competitiva, e que começa a dar provas de criatividade tecnológica".

A linha de argumentação desenvolvida passa pela identificação da visão estratégica de longo prazo que teria orientado a atuação do Estado na economia no período pós 64 até o início da década de 80. Uma linha estratégica que possibilitaria até mesmo a remoção dos obstáculos externos ao crescimento do país. Esta última conclusão é respaldada em análise criteriosa dos setores chaves da economia, bem como dos grandes programas setoriais em que o Estado atuou no sentido de garantir a sua devida articulação, proporcionalidade e coordenação com as restrições externas.

Especificamente é citado o programa de substituição do petróleo importado, os programas de metais não ferrosos, papel e celulose, laminados de aço, produtos químicos, fertilizantes, etc.

Do livro pode-se inferir que apesar de certo predomínio do capital externo, particularmente manifestado no endividamento externo, é possível uma estratégia, capitaneada pelo Estado, que garanta o desenvolvimento do país.

Por outro lado, o texto imputa a opção neoliberal e suas conseqüências perversas às correlações de forças políticas na sociedade, em particular no governo da Nova República.

Contrariamente, as posições que consideram que as dificuldades por que passa o país têm caráter estrutural apontam a necessidade de mudanças radicais na sociedade brasileira, em especial o rompimento com o domínio dos monopólios internacionais.

De ponto em comum, fica a idéia progressista da necessidade de uma estratégia de desenvolvimento nacional com independência frente às pressões externas.

A concentração de capital e as contradições do capitalismo

Agenor Silva, Dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Economia - PUC-SP, para obtenção de título de mestre em economia, 1992.

Este é o título da dissertação apresentada pelo economista Agenor Silva Júnior para obtenção do título de mestre em economia pela PUC de São Paulo. O trabalho, julgado em 1992, recebeu nota 10, com louvor, da banca examinadora.

Agenor sustenta a idéia de que o sistema capitalista continua se movimentando em meio à crises e contradições cada vez mais violentas e que tal marcha inevitavelmente levará à sua própria destruição e substituição por um modo de produção mais avançado, uma forma superior de organização da sociedade.

Nos dias de hoje, em que a propaganda neoliberal embriaga as consciências e os acontecimentos do Leste parecem dotar o capitalismo de um fôlego insuspeitável, a tese não desfruta de muitas simpatias nos meios acadêmicos. Defendê-la, nessas condições, é uma prova de lucidez e coragem intelectual.

As leis econômicas que orientam a marcha da produção capitalista têm caráter objetivo e fazem pouco caso de fantasias burguesas como o conto do fim da história. São elas que explicam o contraste entre a euforia de alguns ideólogos do capitalismo, suscitada pelas vitórias políticas, e a mediocridade dos indicadores econômicos do sistema imperialista, sacudido por crises que abalam toda sua estrutura.

Tais leis são as referências de Agenor, baseado na teoria marxista. Ele examina, com Marx, através principalmente de "O Capital", os mecanismos da crise cíclica, fenômeno que continuou operando ao longo da história do capitalismo, agora com particularidades concedidas pelo imperialismo e localiza na relação entre a propriedade privada e a socialização da produção a contradição fundamental do sistema, que rompe na forma de crises.

O imperialismo é abordado conforme as idéias desenvolvidas por Lênin, como o estágio superior do sistema, uma fase em que suas contradições amadureceram e tornaram-se progressivamente mais agudas (embora isto não se desenvolva de forma linear). Enfim, é o capitalismo agonizante, a ante-sala do socialismo.

Agenor resgata, assim, teses fundamentais da economia política marxista. É essencial, mas não suficiente. Ao lado disto torna-se necessário um esforço maior voltado para a elevação da compreensão marxista sobre a presente crise do imperialismo, o que exige ir além das observações feitas por Marx e Lênin. A crise econômica atual tem caráter estrutural, não podendo ser explicada pelos mecanismos da crise cíclica, da mesma forma que a simples menção à tendência à estagnação referida em "O Imperialismo..." não é suficiente para iluminar o pensamento a respeito do fenômeno.

Impõe-se o estudo do assunto para que uma caracterização mais nítida da crise, que vai orientar a estratégia revolucionária, seja possível.

Umberto Martins

73

NOTAS

Desaparece David Bohm

Faleceu em outubro passado, aos 74 anos, vítima de ataque cardíaco, o cientista e filósofo David Bohm. A notícia nos sensibiliza pelo seu papel na cultura de nosso tempo e pelas suas ligações com o Brasil. Na década de 50 ele notabilizou-se por proposta de reinterpretação de uma das teorias mais fundamentais da física moderna - a teoria quântica. Bohm buscou recuperar o determinismo próprio à física clássica que fora substituído na nova teoria por previsões de natureza probabilística. Suas tentativas constituiram, no que pese seu insucesso, controvérsia científica ainda não resolvida. Ele destacou-se também por variadas contribuições científicas e filosóficas. Contribuiu também para a valorização, no ocidente, do pensamento filosófico oriental. Dos seus livros mais importantes dois estão publicados em português: "Totalidade e Ordem Implícita" e "Ciência, Ordem e Criatividade".

Nascido norte-americano, foi uma das muitas

vítimas do "McCarthyism". Chamado a depor no Congresso Americano foi inquirido se era comunista ou se algum comunista tinha trabalhado com Oppenheimer. Bohm tinha sido aluno de Oppenheimer, um dos criadores da bomba atômica americana durante a Segunda Guerra. Ele então arguiu os direitos assegurados na Constituição para não responder, sustentando que se o fizesse estaria submetendo outras pessoas e a si próprio a perseguições. Chegou a ganhar na Justiça o direito de manter esta posição, mas perdeu o cargo que tinha na Universidade de Princeton e qualquer chance de trabalhar nos EUA.

Foi na condição de cientista desempregado e perseguido político que veio para o Brasil, trabalhando na USP entre 1951 e 1955. Para a sua vinda contou com o empenho de Einstein, seu amigo, e dos cientistas brasileiros Mario Schenberg e A. de Moraes. Aqui ele ministrou cursos, influenciando na formação de toda uma geração de cientistas brasileiros, e prosseguiu suas pesquisas publicando artigos com os brasileiros J. Tiomno e W. Schutzer. Em 1955 foi para Is-

rael e em seguida para Londres onde fixou-se de forma permanente.

Vida dura na antiguidade

O ideal grego de beleza e saúde corporal tinha pés de barro, mostrou o arqueólogo Joseph Carter (da Universidade do Texas), que estudou 272 esqueletos de antigos colonos gregos de Metaponto, no sul da Itália. Esses homens, que viveram entre os anos 580 e 250 a.C., sofriam de malária, sífilis, doenças venéreas, tinham cáries, eram baixinhos devido à má alimentação, e tinham deformações ósseas causadas por desnutrição; sua idade média mal chegava aos 40 anos. Eram corpos de trabalhadores, pessoas comuns, e não de membros da elite dominante - estes sim, gente de vida mais cômoda, bem alimentados e saudáveis.

Outra pesquisa recente encontrou realidade semelhante no antigo Egito. A antropóloga egípcia Azza Sarry El Din estudou esqueletos de 162 pessoas que moraram no planalto de Gizé por volta do ano 2.000 a.C. "Os esqueletos dos trabalhadores", diz ela, "indicam que eles eram desnutridos, doentes e sobrecarregados de trabalho. Os ossos das classes altas mostram que o privilégio significava melhor comida, menos doenças e vida mais longa". Os trabalhadores tinham suas espinhas dorsais "curvadas de tanto carregar peso. Havia inflamação óssea que causava incômodo", problemas que apareciam também nas mulheres e nos filhos dos trabalhadores, que morriam entre os 18 e os 40 anos de idade. Os membros da elite, ao contrário, tinham vida mais saudável, e viviam até os 50 anos - e mesmo, alguns, até os 70 anos.

Buraco sem fundo

Europeus e americanos costumam acusar os países pobres de perdulários e inconsequentes. E os europeus acusam os americanos do mesmo mal. Agora, uma pesquisa da Rexecode - instituto ligado aos empresários franceses - mostrou que a dívida pública da Comunidade Econômica Européia também atinge "dimensões paquidérmicas", como diz a revista *L'Express*: os doze países da CEE devem 3,8 trilhões de dólares, contra 3,3 dos EUA. A dívida americana representa 58% do PIB, enquanto a européia equivale a 62% do PIB do Velho Mundo.

Solidariedade a Cuba

O engenheiro sanitarista brasileiro Marcos Helano Montenegro, participou, em novembro passado, do *XXIII Congresso Internacional de Ingeniería Sanitaria e Ambiental*, realizado em Havana, onde - "reconhecendo as significativas conquistas de Cuba na promoção da qualidade de vida de seu povo" e "a grave ameaça a estas conquistas que representa o bloqueio econômico, comercial e financeiro hoje impos-

to a Cuba", apresentou uma moção, aprovada pelos delegados, para "condenar qualquer forma de embargo ou bloqueio econômico, financeiro ou comercial que atente contra a soberania de qualquer nação e que cause prejuízo ao desenvolvimento de seu povo na busca da concretização do direito inalienável de uma vida saudável e produtiva em harmonia com a natureza".

Montenegro, hoje é assessor da prefeitura de Betim (MG) para saneamento e abastecimento de água, e é também presidente da Assemac - Associação Nacional dos Serviços Municipais de Águas e Esgoto.

O tamanho da pobreza

Um estudo recente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mostrou que, em 1990, o Brasil tinha 14,4 milhões de famílias - 65 milhões de pessoas com renda inferior a meio salário mínimo. Quase metade da população do país. Deles, 34 milhões não tinham recursos sequer para comer: são os chamados indigentes. "Isso significa", diz o documento, "que em 1990, de cada dez brasileiros, 4,4 eram pobres e 2,3 indigentes". O número de pobres, que chegou a ser 24,4% da população em 1980, voltou aos patamares históricos em 1988, quando atingiu 39,2% da população.

1992
ANNUS
HORRIBILIS



Monarquia perde apoio

Monarquistas, atenção: o trono britânico, apontado como exemplo para o mundo - e para o Brasil - vai mal. Pesquisa recente mostra que o apoio dos ingleses à casa de Windsor caiu verticalmente nos últimos dez anos: enquanto em 1984 74% dos ingleses achavam que a Grã-Bretanha não ficaria melhor sem a monarquia, em 1992 este número baixou para 55%.



Faça agora sua assinatura

Consciência e espontaneidade na rebelião dos *cara-pintadas*. A Gênese da corrupção e a heresia de Galileu. O programa dos bolcheviques e os dilemas da volta ao capitalismo na terra de Boris Yeltsin. A automação "faz a cabeça" do trabalhador? O marxismo acerta suas contas com a emancipação feminina, a engenharia genética, a questão ambiental e sua vertente malthusiana... O que há de *neo* no liberalismo. Tiradentes morreu quantas vezes? O PCdoB faz 70 anos engajado no socialismo aqui e agora. "Nova Ordem Mundial": há ordem nesta loucura?

Princípios tem tudo isso e muito mais. É a revista de uma época de muitas perguntas e poucas respostas. É um espaço de indagação, investigação, elaboração, debate, polêmica, busca de caminhos, ainda que novos, ainda que irreverentes e subversores. É um ponto de referência do pensamento marxista sobre as coisas do nosso país e do nosso tempo. Queira ou não queira, você está no centro deste debate. Leia, discuta, assinie *Princípios*.



- Às Portas de Moscou (Alexandre Bek) - 300 págs.
- 30 Anos de Confronto Ideológico (Coletânea) - 300 págs.
- Marx e os Sindicatos (D. Losovski) - 216 págs.
- Estratégia e Tática (Coletânea) - 172 págs.
- Em Defesa do Socialismo Científico (J. Stálin) - 172 págs.
- Problemas Econômicos do Socialismo na URSS (J. Stálin) - 100 págs.
- A Política Revolucionária do PCdoB (Documentos) - 244 págs.

Nome	_____				
Endereço	_____				
Bairro	_____	Cidade	_____		
CEP	_____	Estado	_____	Telefone	_____
Assinatura Anual (4 edições) a partir do nº	Cr\$ 300.000,00				
Assinatura de Apoio (9 edições - 5 passadas e 4 próximas):	Cr\$ 450.000,00				
Assinatura Anual para o exterior - 50 dólares	Apoio: 75 dólares				
Copie os dados acima e envie junto com cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda. Rua dos Bororós, 51 - 1º andar - CEP 01320-020 - São Paulo - Fone: (011) 278-3220.					

Números disponíveis: 4, 9, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27.

PROMOÇÃO:

Para a assinatura feita até 28 de fevereiro você ganha como brinde 1 livro e 2 *Princípios* escolhidos na relação acima. Na assinatura feita até 31 de março o brinde é de 1 livro ou 2 *Princípios*.
Faça 5 assinaturas da revista *Princípios* e pague apenas 4.

NÃO SEI DANÇAR

UNS TOMAM ÉTER, OUTROS COCAÍNA.
EU JÁ TOMEI TRISTEZA, HOJE TOMO ALEGRIA.
TENHO TODOS OS MOTIVOS MENOS UM DE SER TRISTE.

SIM, JÁ PERDI PAI, MÃE, IRMÃOS.
PERDI A SAÚDE TAMBÉM.
É POR ISSO QUE SINTO COMO NINGUÉM
O RITMO DO JAZZ-BAND.

UNS TOMAM ÉTER, OUTROS COCAÍNA.
EU TOMO ALEGRIA.
EIS PORQUE VIM ASSISTIR
A ESTE BAILE DE TERÇA-FEIRA GORDA.

MISTURA MUITO EXCELENTE DE CHÁS...
ESTA FOI AÇAFATA...

NÃO, FOI ARRUMADEIRA.
E ESTÁ DANÇANDO COM O EX-PREFEITO MUNICIPAL:
TÃO BRASIL!

DE FATO ESTE SALÃO DE SANGUES MISTURADOS
PARECE O BRASIL...

HÁ ATÉ A FRAÇÃO INCIPIENTE AMARELA
NA FIGURA DE UM JAPONÊS.
O JAPONÊS TAMBÉM DANÇA MAXIXE:
ACUGÊLÊ, BANZAI!

A FILHA DO USINEIRO DE CAMPOS
OLHA COM REPUGNÂNCIA
PARA A CRIOLA IMORAL.
NO ENTANTO O QUE FAZ A INDECÊNCIA DA OUTRA
É DENGUE NOS OLHOS MARAVILHOSOS DA MOÇA.
E AQUELE CAIR DE OMBROS...
MAS ELA NÃO SABE...
TÃO BRASIL!!

NINGUÉM SE LEMBRA DE POLÍTICA...
NEM DOS OITO MIL QUILÔMETROS DE COSTA...
O ALGODÃO DO SERIDÓ É O MELHOR DO MUNDO?...
QUE ME IMPORTA?

NÃO HÁ MALÁRIA NEM MOLÉSTIA DE CHAGAS
NEM ANCILÓSTOMOS.
A SEREIA SIBILA E O GANZÁ DO JAZZ-BAND BATUCA.
EU TOMO ALEGRIA!

Petrópolis, 1925



CARICATURA DI CAVALCANTI

MANUEL BANDEIRA (1886-1968)